



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Programa Regional de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente Mestrado

VANDA LÚCIA OURIQUES LEAL

INJUSTIÇA AMBIENTAL NA PERIFERIA URBANA:
AVANÇOS E OBSTÁCULOS NA REVITALIZAÇÃO DO RIACHO DAS
PIABAS-PB



João Pessoa – Paraíba
2013



VANDA LÚCIA OURIQUES LEAL

**INJUSTIÇA AMBIENTAL NA PERIFERIA URBANA:
AVANÇOS E OBSTÁCULOS NA REVITALIZAÇÃO DO RIACHO DAS
PIABAS-PB**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Profº Drº Gustavo Ferreira da Costa
Lima



João Pessoa – Paraíba

2013

L435i Leal, Vanda Lúcia Ouriques.

Injustiça ambiental na periferia urbana: avanços e obstáculos na revitalização do Riacho das Piabas-PB / Vanda Lúcia Ouriques Leal.-- João Pessoa, 2013.

152f.

Orientador: Gustavo Ferreira da Costa Lima

Dissertação (Mestrado) – UFPB/PRODEMA

1. Meio ambiente. 2. Educação ambiental crítica. 3. Injustiça ambiental. 4. Gestão - participação. 5. Riacho das Piabas-PB - revitalização.

TERMO DE APROVAÇÃO

VANDA LÚCIA OURIQUES LEAL

INJUSTIÇA AMBIENTAL NA PERIFERIA URBANA: AVANÇOS E OBSTÁCULOS NA REVITALIZAÇÃO DO RIACHO DAS PIABAS-PB

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovado em: ____/____/2013.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drº Gustavo Ferreira da Costa Lima (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba, UFPB

Profº. Drº Fernando Garcia (Examinador Externo)
Universidade Federal de Campina Grande, UFCG

Profª. Drª Ma Cristina Basílio Crispim da Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal da Paraíba, UFPB

Profª Drª Maristela Oliveira de Andrade (Examinador Suplente - Membro Interno)
Universidade Federal da Paraíba, UFPB

*Dedico à minha família, em especial, à minha mãe pelo
incentivo constante e renovador.*

*Aos alunos, educadores e moradores dessa área por
expressarem através da fala, gestos, poemas, desenhos,
fotografias, vídeos e redações o descontentamento
referente aos inúmeros problemas ambientais e sociais
existentes.*

Aos amigos pelo encorajamento quando mais precisei.

*Àqueles que lutam pela paz, igualdade e garantia dos
direitos constitucionais para todos os cidadãos.*

AGRADECIMENTOS

De forma especial agradeço a **Deus**, autor e Mestre da minha vida, que através de sua palavra, viva e eficaz me norteou para seguir seus preceitos, notadamente o respeito a todas as formas de vida, motivando-me a lutar pela fraternidade e justiça entre os homens.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - **CAPES** pelo apoio financeiro, nos últimos quatro meses deste trabalho.

Aos funcionários da UFPB/PRODEMA, pelos serviços rotineiros, em especial ao secretário **Saulo Freire** que pacientemente nos acolheu.

Minha gratidão à professora **Dr^a Cristina Crispim** pela dedicação e brilhante comprometimento com a missão do PRODEMA.

Aos professores integrantes do programa pela condução dos trabalhos científicos com sabedoria, coerência, simplicidade e ética, tendo como fundamento básico a luta incessante pela melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade socioambiental para as presentes e futuras gerações.

À professora **Dr^a Maristela Andrade** e ao professor **Dr^o Fernando Garcia** pelas significativas contribuições no exame de qualificação.

Agradeço especialmente ao professor **Dr^o Gustavo Lima** pela orientação do trabalho que agiu com leveza, descrição, amizade, muita paciência e eficiência.

Ao professor **Dr^o Roberto Sassi** pelo apoio inicial, troca e compartilhamento de ideias, assim como pela solidariedade nos momentos difíceis.

Aos colegas de turma pela amizade e construção de conhecimentos no decorrer do curso.

Aos **membros da articulação interinstitucional** pró-revitalização do Riacho das Piabas pela iniciativa, perseverança, ousadia e dedicação.

Às instituições governamentais que prestaram informações valiosas.

Aos **moradores dessas comunidades** por terem demonstrado confiança, apoio e disposição ao concederem as entrevistas, pelo intercâmbio de experiência que, mesmo vivendo em condições precárias, evidenciaram entusiasmo pela vida e gratidão pela relação de fraternidade entre seus semelhantes.

Agradeço a algumas criaturas humanas especiais, dotadas de valores e virtudes raras na sociedade atual como **Joselma Santos de Sousa**, moradora da área mais precária da comunidade Rosa Mística, que mesmo na luta contra um câncer grave, é amante da vida e tem como maior sonho garantir o direito a uma vida digna para todos da área.

Agradeço ainda ao **Frei Hermano José** que, a exemplo de São Francisco De Assis, assumiu como missão prioritária cuidar dos mais pobres e desprovidos dos direitos básicos indispensáveis à cidadania.

A todos vocês, meu respeito e meu muitíssimo obrigada!

*Cuidar da natureza é cuidar de
nós mesmos, pois ela é o
presente de Deus para nós.*

Rudson Carneiro (*In memoriam*) –
Escola M. Luzia Dantas

LUGAR DO ESQUECIMENTO

*Essa é a minha rua
A rua que eu vou falar
Não tenho muitas coisas para contar
Viajo no mar de lágrimas
Procurando coisas bonitas
Pra contar sobre minha
rua, meu lugar.*

Joice

*Irmã Mãe Terra quero dormir em tuas entranhas. Mas,
antes de adormecer, escuta as batidas agradecidas de
meu coração. Obrigado por teus límpidos regatos: eles
nascem nas altas vertentes; suas águas são frescas
porque correm pelas quebradas profundas e saciam a
sede dos caminantes. Obrigado, irmã terra, pelas covas e
pelas cavernas. Nelas, resplandece de maneira especial, o
rosto de Deus; nelas, os peregrinos passam a noite; nelas,
os mendigos esquentam-se com as fogueiras de inverno:
são as casas dos pobres. Obrigado, irmã terra, por tuas
pederneiras duras que nos dão fogo; o qual ilumina a noite,
preserva-nos do frio, alegra a vista, cauteriza as feridas e
purifica a terra. Obrigado irmã terra, por teus ventos e
brisas. Eles nos refrescam, no verão, esparramam, em
suas asas, as sementes de vida e movem as pás dos
moinhos. Obrigado, irmã terra, pelas hortaliças, os trigais,
os pomares, as fontes de água fresca, pelas árvores onde
os pássaros fazem os ninhos. Obrigado, irmã terra, pelo
berço que nos emprestas para dormirmos o sono eterno.*

Inácio Larrañaga

RESUMO

Este é um estudo de Educação Ambiental, gestão e participação. Trata-se da análise de uma situação de degradação e de, ao mesmo tempo, revitalização do Riacho das Piabas, em Campina Grande-PB. Entendeu-se como uma situação de injustiça ambiental e os conceitos principais que nortearam o estudo foram percepção, (in) justiça ambiental, educação ambiental e gestão, na perspectiva da cidadania e da participação. O objetivo geral: Investigar os avanços e limites do processo de mobilização/articulação interinstitucional pela revitalização do Riacho das Piabas, em Campina Grande-PB; Os objetivos específicos foram assim definidos: Analisar a percepção e motivação dos comunitários no processo de revitalização, assim como a (in)existência de canais de acesso à esfera pública; Caracterizar os principais problemas ambientais nas comunidades ribeirinhas do Riacho das Piabas sob o ponto de vista dos moradores locais; Levantar informações acerca das ações socioambientais realizadas na área, especialmente aquelas referentes à mobilização socioambiental pela revitalização do Riacho das Piabas. Como buscou-se compreender a complexidade em questão traçou-se um caminho metodológico baseado em pesquisa bibliográfica e documental. Além disso, utilizou-se a técnica de observação participante, a aplicação de questionários semiestruturados e o registro fotográfico. A análise dos dados deu-se a partir de categorias como (in)satisfação quanto à situação de poluição, ao diagnóstico da situação, desejo de mudança, críticas ao poder público, sugestões de melhoria e autocrítica. Os resultados apontam para o fato de que existe um conflito potencial, que a definição de papéis e responsabilidades ainda não está clara para a maioria, que o poder público tem sido relativamente omissos as escolas, os educadores e as crianças são atores com potencial de transformação imprescindíveis, que os comunitários apesar de estarem insatisfeitos pouco tem se mobilizado e que a articulação veio para formalizar e somar forças em um movimento que resiste há anos, mas que precisa da força de comunitários dispostos a entrar e permanecer na luta e, acima de tudo, modificar sua forma de atuação e relação com o meio em que vivem, pois só assim haverá transformação e revitalização do Riacho das Piabas e da dignidade daquele contingente populacional.

Palavras-chave: Injustiça Ambiental; Educação Ambiental Crítica; Conflito; Gestão; Participação.

ABSTRACT

This is a study of Environmental Education, management and participation. It is the analysis of a situation of degradation and, at the same time, the revitalization of the "Piabas" Stream, in Campina Grande, PB. It was felt as an environmental injustice and the main concepts that guided the study were perception, (in) environmental justice, environmental education and management, from the perspective of citizenship and participation. The general objective: to Investigate the advances and limitations of the mobilization process/inter-institutional articulation by revitalising the Piabas Stream, in Campina Grande, PB; The specific goals were defined as follows: Analyze the perception and motivation of the Community in the process of revitalization, as well as the existence of channels of access in regards to the public; Characterize the main environmental problems in the riverside communities of the Piabas Stream from the point of view of local residents; Gather information about environmental actions carried out in the area, especially those regarding the Social Environmental mobilization revitalising the Stream of Piabas. As we tried to understand the complexity of the question, we have outlined a methodological path based on bibliographic and documentary research. In addition, we used the technique of participant observation, the application of semi-structured questionnaires and a photographic record. The analysis of the data took place from categories such as satisfaction regarding the situation of pollution, the diagnosis of the situation, and desire for change, critical to the public powers that be, such as State, Legislative, Executive and Judiciary, as well as suggestions for improvement and self-criticism. The results point to the fact that there is a potential conflict, that the definition of roles and responsibilities is not yet clear for the majority, that the public power has been relatively silent, that the schools, the teachers and children are actors with potential for transformation are essential, that the Community, despite being dissatisfied, has little if mobilized and that the linkage came to formalize and to unite forces in a movement of resistance some years ago, but who needs the strength of Community willing to enter and stay in the fight and, above all, modify their way of working and relationship with the environment in which they live, because that is the only way that there will be no transformation and revitalisation of the Piabas Stream and the dignity of the population contingent.

Keywords: Environmental Injustice; Critical Environmental Education; Conflict; Management; Participation.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	OBJETIVOS.....	17
1.1.1	<i>Geral.....</i>	17
1.1.2	<i>Específicos.....</i>	17
2.	METODOLOGIA.....	18
2.1	OBJETO DE ESTUDO.....	18
2.2	MÉTODOS E TÉCNICAS.....	23
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	28
3.1	PERCEPÇÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA.....	28
3.2	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E JUSTIÇA AMBIENTAL.....	30
3.3	EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA.....	35
3.4	GESTÃO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVA.....	39
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	43
4.1	RESGATE HISTÓRICO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO DE 1993 A 2009.....	43
4.2	ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL PELA REVITALIZAÇÃO DO RIACHO DAS PIABAS.....	54
4.2.1	ATORES DA ARTICULAÇÃO.....	60
4.2.2	CARACTERIZAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS ATORES COMUNITÁRIOS.....	61
4.2.2.1	<i>Moradores da Rosa Mística.....</i>	61
4.2.2.2	<i>Moradores do Louzeiro.....</i>	67
4.2.2.3	<i>Moradores do Jardim Menezes.....</i>	71
4.2.2.4	<i>Moradores do Jardim Continental.....</i>	76
4.2.2.5	<i>Moradores das Adjacências: Alto Branco/Conceição/Bairro das Nações....</i>	81
4.3	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	85

4.3.1	<i>DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO.....</i>	85
4.3.2	<i>(IN)SATISFAÇÃO.....</i>	93
4.3.3	<i>CRÍTICA AO PODER PÚBLICO.....</i>	96
4.3.4	<i>AUTOCRÍTICA.....</i>	97
4.3.5	<i>DESEJO DE MUDANÇA.....</i>	99
4.3.6	<i>SUGESTÕES DE MELHORIA.....</i>	100
4.4	<i>A VERSÃO DOS PARCEIROS.....</i>	102
4.5	<i>A VERSÃO GOVERNAMENTAL.....</i>	105
4.6	<i>PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS.....</i>	107
5	CONSIDERAÇÕES.....	115
	REFERÊNCIAS.....	117
	APÊNDICES.....	123
	ANEXOS.....	128

1. INTRODUÇÃO

O paradigma social dominante vem fomentando as disparidades socioeconômicas e tem contribuído para o crescente aumento da complexidade dos problemas ambientais. Este paradigma, linear e cartesiano, fortaleceu-se com a voracidade capitalista em que tecnologia, progresso e crescimento tem sido considerados fundamentos, em detrimento de vários outros aspectos, incluindo-se aí a vida humana e ecossistêmica. Daí a importância de despertar o indivíduo, por meio da Educação Ambiental, para refletir sobre o seu papel transformador no meio em que vive, integrando conhecimento da realidade local, percepção ambiental, atitudes, comportamentos e valores, como premissas para compreender a si mesmo e perceber seu o entorno.

De acordo com Lima (2002), a chamada Educação Ambiental Crítica ou emancipatória visa à transformação da ordem social e à renovação da sociedade e de sua relação com o meio ambiente.

Para Capra (1996) *apud* Lestinge & Sorrentino (2008) numa tentativa de responder às questões ambientais, conclui-se que vivemos numa grave crise de percepção, num estado de desconexão com a realidade espaço temporal. Nesse sentido, é imprescindível que os atores sociais desenvolvam e participem de ações sistemáticas e permanentes, inserindo a Educação Ambiental na busca de um novo paradigma ecológico que é definido por Leff (2008) como Saber Ambiental.

Os problemas ambientais são complexos e apresentam múltiplas dimensões. Quanto mais complexa for uma realidade, mais diversificados devem ser os elementos, as relações que interagem no meio e as evidências da degradação ambiental. Para Lima (2009), as múltiplas crises ecológica, social, econômica, ética e cultural são os grandes argumentos que justificam a busca de novas respostas para renovar as relações entre a sociedade e o meio ambiente.

Diante das dificuldades de dar respostas a tão graves problemas que interferem diretamente na qualidade de vida, é preciso estabelecer um novo modelo de cooperação e de parceria entre a sociedade e o governo, onde estes atuem enquanto parceiros na gestão compartilhada e manutenção dos recursos ecológicos. Este modelo deve favorecer a organização da sociedade, através do envolvimento e participação dos vários atores sociais locais, incluindo as ONG's, os comunitários, a

mídia local entre outros. Isto favorecerá o desenvolvimento de processos de reflexões, conhecimentos da realidade local e mediante um esforço comum possam adotar metas de melhorias, a partir de diagnósticos e indicadores que sejam capazes de medir outras dimensões referentes à qualidade de vida.

Estas novas práticas são de especial relevância para o Brasil, que apresenta um déficit histórico de organização e de participação, exigindo grande investimento na formação de redes de colaboração a serem multiplicadas, tendo como finalidade vencer o ceticismo e a inércia para melhorar as condições gerais de vida (CAMARGO, *apud* TRIGUEIRO, 2003).

Neste sentido, este estudo trata de um caso de injustiça ambiental que tem provocado mobilização comunitária diante da ausência do Estado e da degradação produzida pelo modelo de desenvolvimento privatista e excludente.

A área deste estudo localiza-se na cidade de Campina Grande – PB (zona Norte) a 120 km de João Pessoa, onde está a Micro Bacia Hidrográfica do Riacho das Piabas. A água doce da bacia favoreceu o desenvolvimento da Cidade de Campina Grande nas imediações do Açude Velho. O tempo passou e atualmente os trechos médio e a jusante desta microbacia já se encontram irreversivelmente urbanizados, entretanto as nascentes principais a montante resguardam um modo de vida rural que ainda resiste à urbanização.

A região tem grande importância como patrimônio histórico e biológico por compor reconhecida diversidade de recursos naturais com destaque para a flora, fauna e recursos hídricos, que especialmente nos séculos XVIII e XIX serviram como fonte de água doce para a população de Campina Grande quando era de aproximadamente 2.000 pessoas. Do Louzeiro a água brota principalmente de um “olho d’água” que jamais secou.

Esta área vem sofrendo impactos antrópicos variados o que compromete sua diversidade natural como as nascentes e a biodiversidade. A falta de manejo adequado do solo através das atividades agrícolas, a destruição da mata ciliar, caça predatória, derrubada de árvores, queimadas, destino inadequado do lixo, falta de saneamento básico, instalação de olarias e fábrica de couro¹, ocupação

¹ Controversamente, o discurso do representante do Curtume afirmou: *A fábrica de couro emprega 60 pessoas. [...] Não usamos água. Os resíduos daqui são levados por uma empresa de João Pessoa que leva. Os resíduos passam por duas caixas de captação e três filtros e daí seguem para o esgoto, Riacho das Piabas. Nós não prejudicamos o meio ambiente em nada. O mau cheiro [...] tem o pessoal que joga nos terrenos baldios e queima. O cheiro é forte e prejudicial* (ASM, Rosa Mística).

desordenada do espaço e circulação de pessoas são exemplos de problemas vivenciados pelos comunitários que, na maioria dos casos, são os próprios causadores da situação.

Desta forma, a região está comprometida não somente enquanto riqueza natural, mas como referência histórica de grande valor na formação histórica da cidade de Campina Grande.

No entorno da Mata do Louzeiro residem aproximadamente 50.000 pessoas, nos bairros: Palmeira, Jeremias, Jardim Continental, Nações, Jardim Meneses, Alto Branco e Conceição (Rosa Mística). Entretanto, na altura da mata do Louzeiro e próximo ao riacho, Comunidades ribeirinhas ano após ano, tem sofrido com os problemas decorrentes das enchentes, da ausência de infraestrutura e da própria ação humana quando dispõe o lixo inadequadamente, por exemplo.

Observando a urbe em nossos dias, é difícil perceber que em outrora a região era cortada por pequenos ribeiros e o alagamento se dá exatamente pelas arbitrárias reformas urbanas empreendidas ao longo do tempo, não levando em consideração a abundância dos riachos. Além do mais, o concreto e o asfalto impermeabilizam o solo, não provendo a penetração d'água. Agravando ainda mais, a ineficiente rede de galerias subterrâneas é constantemente interrompida pelo lixo jogado diariamente pela população. Assim, as águas voltam para o lugar que é seu e se não houver um plano inteligente de vazão destas águas pluviais, Campina Grande continuará desabrigoando moradores e causando imensos transtornos por conta das águas em busca de seu antigo curso (IPARAÍBA, 2011).

Registra-se que a partir do ano 2000, a Escola Municipal Luzia Dantas, cujos alunos também enfrentam tais condições ambientais adversas, porque são moradores destas comunidades, em parceria com mais duas escolas locais (Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Gomes e Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Dagoberto – ver Figura 1) despertaram o interesse pelas questões ambientais locais, incluindo-as em sua Proposta Pedagógica. A partir de então, as crianças, adolescentes e jovens passaram a trabalhar com as questões de educação ambiental na escola, por meio do desenvolvimento de projetos e ações nas comunidades como, por exemplo, a realização em parcerias com outros projetos, de caminhadas ecológicas. Nascia a ideia de luta, inicialmente pela conservação, da região.



Figura 1. Alunos da Escola Frei Dagoberto.

Esta região conta com vários agravantes, que vão desde a construção irregular das residências próximo ao riacho até à falta de representatividade política e de saneamento ambiental. Estas questões demonstram a ausência de fiscalização e, portanto, atuação dos órgãos municipais e estaduais. A omissão dos órgãos é acentuada quando os principais afetados com a situação não se organizam enquanto atores políticos e reivindicam continuamente e incansavelmente as melhorias necessárias.

Na comunidade Rosa Mística, o leito do riacho passa a ser canalizado e nele são lançados esgoto e lixo que vão desembocar no Açude Velho (cartão postal campinense). Carroceiros locais e moradores depositam entulhos nas margens do riacho, causando obstrução e aumentando os riscos de enchentes.

A imprensa local sempre cobre transtornos causados pelas chuvas na região. Os impactos socioambientais têm contribuído para aumentar a vulnerabilidade da comunidade e, essa circunstância, despertou o interesse de representantes de algumas Instituições públicas e organizações da sociedade civil, a exemplo da iniciativa da Paróquia São Francisco de Assis, responsável pela evangelização dessas comunidades que através do Frei Hermano José, desenvolveu uma ação local que tomou como base a Campanha da Fraternidade do

ano de 2011, com o tema: “Fraternidade e Vida no Planeta” e lema: “A Criação Geme em Dores de Parto” e os ensinamentos de São Francisco de Assis, conhecido como o patrono da ecologia.

Coincidentemente, o Projeto de Extensão Universidade Cidadã (UFPB/PUC) estava atuando na Escola Municipal Luzia Dantas e através da igreja veio a somar reforçando a articulação interinstitucional pela revitalização do Riacho das Piabas que conta atualmente com representantes de outros parceiros (Escola Municipal Luiz Gomes, Colégio Autêntico, Ministério Público Estadual, 31º BIMTZ - Batalhão de Infantaria Motorizado-, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Embrapa, ONG Jovem Ambientalista e Nova Consciência e Supermercado Ideal).

A partir de 2011, a Escola Municipal Luzia Dantas passou a ser um ponto de referência importante por sediar os encontros da articulação que culminou com ações práticas em 2011 e 2012 (caminhadas, trilhas, mutirões de limpeza, participação no “Ladeira a baixo”, coleta de assinaturas –petição, Ação Civil Pública entre outras).

Desse modo, demanda-se a importância desta pesquisa para compreender as transformações socioambientais decorrentes desse processo educativo e político, investigando-se qual a percepção acerca daquele ecossistema, o riacho das Piabas, as consequências que a mobilização ou desmobilização tem trazido, assim como a forma que estes processos tem sido construídos ou estruturados a partir, ainda, da articulação entre os atores.

O problema que move este estudo visa responder à seguinte questão: Quais os avanços e limitações das ações de revitalização do Riacho das Piabas e das comunidades do entorno?

Como hipótese, temos: Muito embora a população, em algum momento, tenha conseguido se organizar, ultimamente o que se percebe é a ausência de participação, mobilização, articulação e parceria com os órgãos públicos e outras entidades. Além disso, constitui-se ainda como limitação a ausência de atuação efetiva dos órgãos públicos de controle e monitoramento ambiental e de serviços básicos como saneamento etc.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Investigar os avanços e obstáculos ao processo de mobilização/articulação interinstitucional pela revitalização do Riacho das Piabas, em Campina Grande-PB.

1.1.2 Específicos

- Identificar a quota de participação e educação política na articulação de cada um dos atores políticos;
- Analisar a percepção e motivação dos comunitários no processo de revitalização e dos alunos quanto ao seu local de moradia, assim como a (in)existência de canais de acesso à esfera pública;
- Caracterizar os principais problemas ambientais nas comunidades ribeirinhas do Riacho das Piabas sob o ponto de vista dos moradores locais;
- Levantar informações acerca das ações socioambientais realizadas na área, especialmente aquelas referentes à mobilização socioambiental pela revitalização do Riacho das Piabas;

2. METODOLOGIA

2.1. OBJETO DE ESTUDO

O Riacho das Piabas é afluente do Rio Paraíba. As nascentes de sua microbacia² hidrográfica pertencem à região do médio curso do Rio Paraíba, situadas na zona rural (montante) dos municípios de Puxinanã, Lagoa Seca e Campina Grande na região urbana (jusante) da Reserva Florestal do Louzeiro e seguem o curso pelo trecho médio, situado na zona noroeste do município, área periurbana, íngreme, com resquícios de vegetação onde se localizam os bairros e comunidades: Rosa Mística, Louzeiro, Jardim Menezes e Jardim Continental, Palmeira, Bairro das Nações (Ver Figura 3, Área de Estudo), tendo continuidade na avenida canal, artéria viária que interliga vários pontos da cidade bifurcando-se e desembocando no Açude Velho, considerado como cartão postal municipal.

² A Microbacia Hidrográfica do Riacho das Piabas fica localizada entre as latitudes sul 7° 12' 18 "e 7° 09' 28" e longitude oeste de 35° 52' 50 "e 35° 55' 02", com altitude máxima de 2.260 pés a montante onde tem as nascentes do Riacho das Piabas localizadas próximo às divisas dos Municípios de Lagoa Seca e, altitude mínima de 1.759 pés a jusante onde integra a Reserva Urbana do Louzeiro em Campina Grande-PB. Toda região se insere pertencendo a região do médio curso da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba que é uma das 3 bacias que possui comitê no Estado da Paraíba. No entanto, o comitê não atua na área de estudo. A AESA (Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba) realiza monitoramento, mais corretivo que preventivo na região (Sousa, 2002 *apud* Lima *et al* (200?). Disponível em: <http://migre.me/f9A07>. Acesso em: Jun. 2013.

A partir do quadro é perceptível a disparidade do bairro Alto Branco em comparação aos demais, sobretudo no que concerne à renda. Outro fator relevante é o fato de que, segundo o IBGE (2002), não há escolas no Louzeiro.

Dentre os bairros definidos como área de estudo, encontra-se a comunidade Rosa Mística ou Buraco da Jia:

A Rosa Mística (antiga localidade 'Buraco da Jia'), localizada na Zona Norte de Campina Grande/PB, é um espaço situado nos bairros da Conceição, do Louzeiro e do Alto Branco, um dos bairros mais valorizados da cidade, encontrando-se próxima ao centro da cidade. Com o passar do tempo essa comunidade passou por algumas mudanças, como a substituição da sua antiga denominação de "Buraco de Jia" para a atual Rosa Mística e a obtenção de outras 'conquistas' como a urbanização da comunidade e o acesso a serviços (comércios, postos de saúde e vias de acesso). No entanto, percebe-se que alguns problemas surgiram, permaneceram e/ou se agravaram no lugar, tais como a violência, a poluição e a falta de escolas, por exemplo. Tal comunidade é composta, sobretudo, por famílias com baixo poder aquisitivo convivendo cotidianamente com a carência existente naquela localidade (tendo por exemplos os tipos de residência e a ausência de infraestrutura). (ARAÚJO e SARAIVA, 2010, p.1).

A comunidade, segundo Araújo e Saraiva (2010, p.4), apresenta uma série de problemas sociais e ambientais.

Dentre os problemas enfrentados pela população da Rosa Mística antes da urbanização, destacam-se inicialmente os alagamentos que ocorriam na área, quando chovia; a falta de calçamentos que tornava o deslocamento bastante complicado na época, tendo em vista que meios de transporte como o carro não tinham acesso ao local, e até o deslocamento a pé se tornava difícil, devido à falta de infraestrutura. Outro problema relevante que pode ser destacado era a falta de serviços de saúde e educação, que inicialmente eram procurados em outros bairros e no centro da cidade. No início não chegava água na comunidade, o que levava os moradores a comprar ou ganhar água em bairros próximos, como o Alto Branco. A questão da violência também chama atenção, antes "inexistente", com o passar do tempo teve um considerável aumento, que é atribuído a uma das ocupações que ocorreu próximo à localidade em meados da década de 1980. Ainda sobre o avanço da violência na comunidade após a ocupação, há relatos de fatos relevantes ocorridos no local, como alguns assassinatos por exemplo. No entanto, esses problemas já tiveram uma considerável regressão a partir da urbanização da área⁴. Mas, mesmo com certos problemas as pessoas que não tem outra opção buscam meios de se adaptar, pois 'de alguma maneira é preciso morar [...]'. (RODRIGUES, 2003, p.11).

⁴ Como o próprio autor afirma, ainda que a urbanização tenha sido realizada, alguns problemas continuam, o que é, no mínimo, contraditório.



Figura 3. Área de Estudo

Fonte: Adaptado de Souza *et al*, 2008.

A situação problema deste estudo gira em torno de um córrego que na verdade é o Riacho das Piabas que tem algumas de suas nascentes na APA do Louzeiro. As águas pluviais juntam-se com as águas do Riacho e formam o córrego que desce a comunidade, atravessando propriedades rurais e a comunidade Rosa Mística, segue separando o centro da cidade com os bairros Alto Branco, Santo Antonio e José Pinheiro e segue até o Açude Velho no centro de Campina Grande-PB.

Construído entre 1829 e 1831, o Açude Velho está em um verdadeiro poção no leito do antigo Riacho das Piabas, que nasce no Louzeiro e, serpenteando a atual zona norte de Campina, em canal, atravessa o Açude Velho. Em seguida, o riacho segue pelo canal do Prado, encontrando o riacho de Bodocongó na região sul da zona rural de Campina Grande, rumo ao Bodopitá. Após se encontrarem, os riachos Piabas e Bodocongó formam uma interessante cachoeira no limite oeste da Serra de Bodopitá. Toda esta água irá encontrar o Rio Paraíba na Barra de Santana (antiga Vila de Bodocongó), seguindo seu curso encontrando após a barragem de Acauã (ÍPARAÍBA, 2011).

Juntamente com as águas pluviais e as águas das nascentes, descem os esgotos de algumas casas das comunidades. Além disso, o lixo que é disposto nas ruas, assim como nas margens do canal se amontoam deixando as ruas sujas.

Fonte de água e alimento para os primeiros habitantes de Campina Grande, o Riacho das Piabas transformou-se, ao longo do tempo, em um imenso esgoto a céu aberto, vítima dos problemas ambientais causados pelo crescimento urbano e industrial. Atualmente canalizado, é para seu leito que escoam os resíduos poluentes de residências e estabelecimentos da região central da cidade (ASCOM/UFCG, 2013).

Como o terreno é declinado, as comunidades localizadas na parte baixa da região sofrem com as constantes cheias. Além disso, a população reclama com os diversos insetos e roedores. Reclama ainda com os carroceiros que são contratados pelos moradores de outros bairros, sobretudo os mais nobres, para trazerem entulho de material de construção, lixo em geral, areia entre outros e depositam também às margens do canal.

O alto grau de impacto ambiental é percebido em vários pontos da extensão do riacho, com destaque para o desmatamento, campos de futebol que promovem múltiplas pressões aos ambientes já frágeis, associados às estradas, retirada de areia e massame. Porém, o desmatamento é o mais grave, porque induz a um impacto negativo ainda maior, principalmente ao que se refere às áreas de proteção dos mananciais hídricos e matas ciliares. (FS). [...] Outra situação de impacto identificada diz respeito à deposição de lixo na área, "isto não reflete apenas a falta de educação dos moradores próximos ao Sítio Louzeiro, mas também à real situação de descaso com relação à proteção da área, além da falta de uma ação de limpeza pública eficaz", ressalta Veneziano, adiantando que a deposição do lixo leva à poluição visual, e provável contaminação do solo por resíduos tóxicos e contaminação dos reservatórios de água no Sítio Louzeiro (SILVA, 2006).

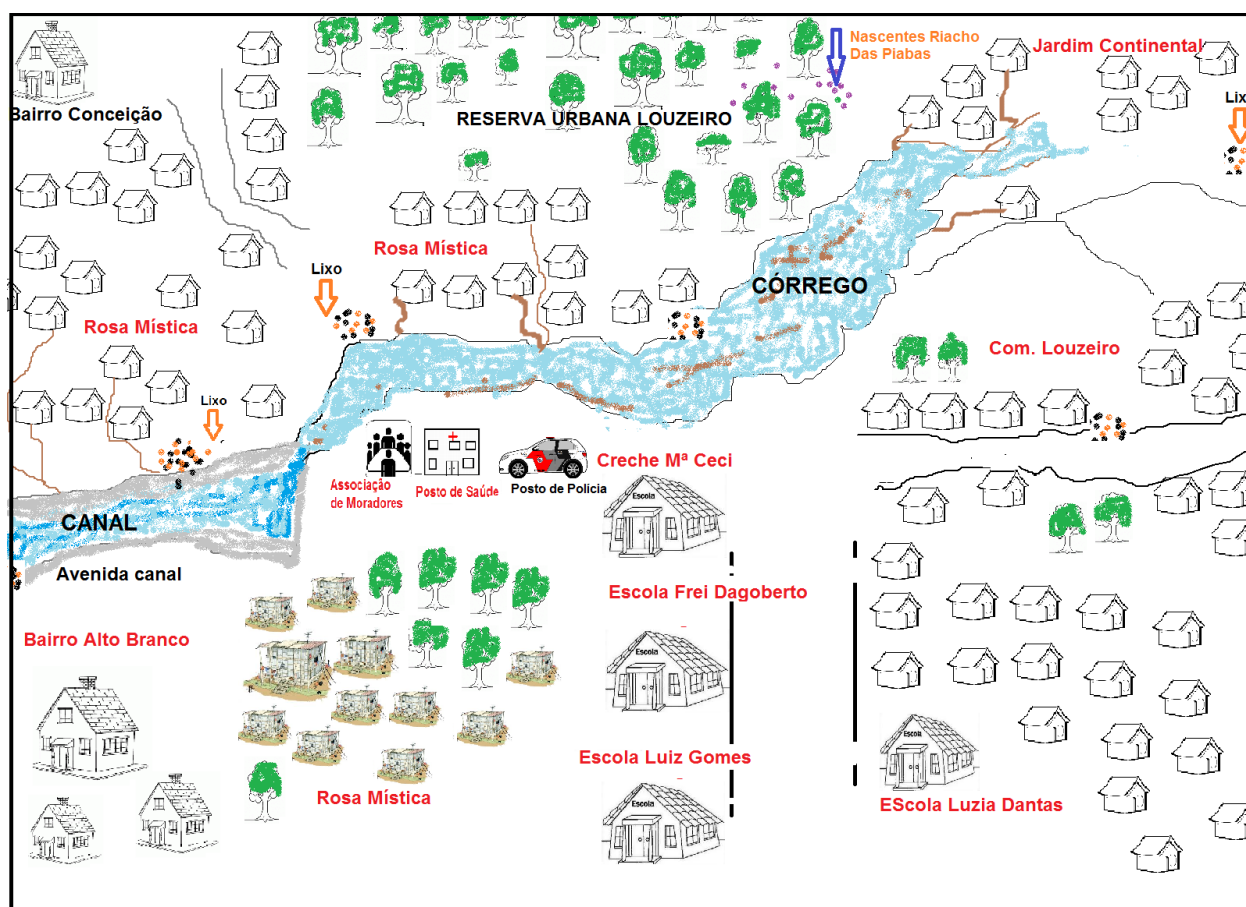


Figura 4. Mapa mental da situação de poluição.

2.2. MÉTODOS E TÉCNICAS

Para realizar a investigação adotamos a metodologia de uma pesquisa quali-quantitativa, utilizando pressupostos da Pesquisa-Ação. A pesquisa qualitativa foi relevante para o estudo e a compreensão da realidade local. Para Moreira (2004), o pesquisador qualitativo está interessado na interpretação que os próprios participantes têm da situação sob estudo e o foco de interesse é a perspectiva dos participantes e a preocupação com o contexto, no sentido em que o comportamento das pessoas e a situação ligam-se intimamente na formação da experiência.

A Pesquisa-Ação participativa pode ser definida como um processo de questionamento sistêmico, no qual aqueles que estão experimentando uma situação problemática participam, em colaboração com pesquisadores, no delineamento e execução da pesquisa, e nos processos de tomada de decisão sobre como utilizar o

conhecimento gerado para lidar com a situação que enfrentam (DESHLER e EWERT,1995, p.80 *apud* SEIXAS et al, 2005). Embora exista esta colaboração com o pesquisador, cabe ressaltar o aspecto de que o pesquisador é que, na verdade, se envolve em uma ação comunitária pré-existente para compreendê-la e contribuir com o encaminhamento da resolução do problema vivido.

Para Sato (2001), a Pesquisa-Ação é uma tarefa conjunta de compreensão e decisões democráticas. Implica desenvolvimento profissional, assumindo transformações educativas dependentes do compromisso dos sujeitos envolvidos. Implica ampla autonomia e interação dos sujeitos e não se limita à ação pontual. Visa a (re) construção do conhecimento na ação (reflexão).

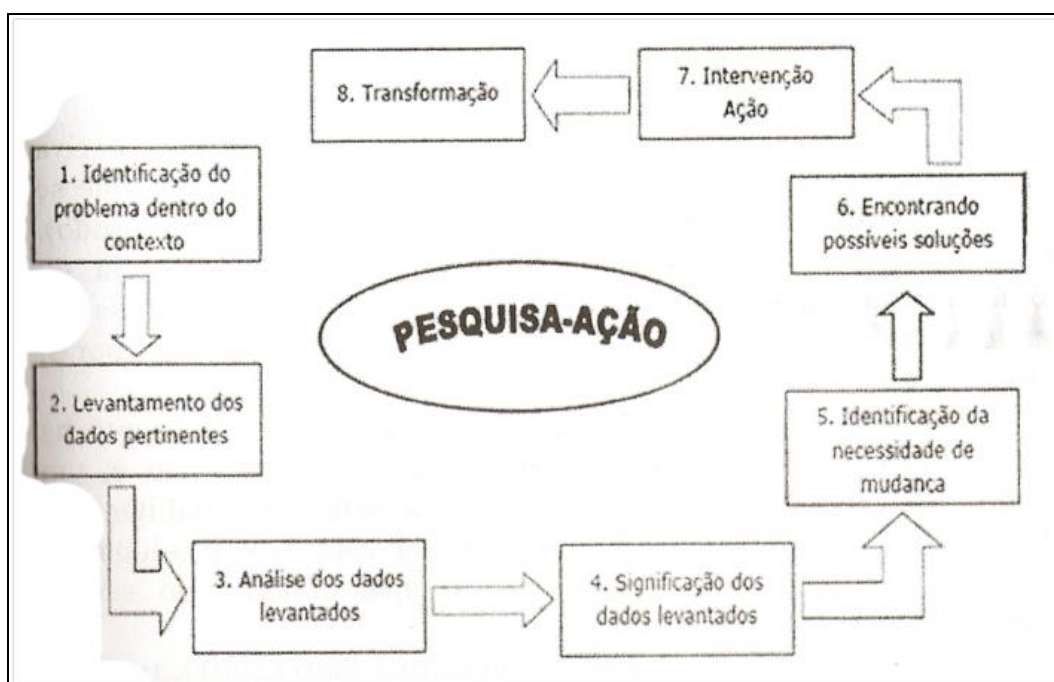


Figura 19. Esquema gráfico representando as etapas do Método da Pesquisa-Ação
Fonte: KOERICH et al, 2009.

Neste estudo, foram utilizadas as técnicas de: Observação participante, entrevistas e aplicação de questionários estruturados e semiestruturados. Foram aplicados 353 questionários com os diversos atores: Alunos e pais de alunos das turmas de 5ª série do ensino fundamental, professores e funcionários das Escolas Municipais locais: Luzia Dantas, Luiz Gomes e Frei Dagoberto (engajadas na articulação em prol da Revitalização do Riacho das Piabas); Líderes comunitários (moradores); Moradores locais e do entorno; Representantes das Igrejas; Funcionários (Agentes de saúde) das Unidades Básica de Saúde da Família;

Comerciantes locais e das adjacências; Parceiros da Articulação Interinstitucional pela revitalização; Secretaria de Planejamento Urbano da cidade de Campina Grande-PB; Secretaria de Meio Ambiente da cidade de Campina Grande-PB; Policiais.

Na observação participante, o pesquisador aprende sobre a comunidade ao participar das atividades do dia-a-dia [...]. Esta técnica, que exige bastante tempo, baseia-se na observação direta e na experiência pessoal. Trata-se de um processo flexível, aberto e oportunístico de questionamento lógico. A observação participante é útil para investigar os usos que são feitos dos recursos (práticas de manejo), os usos do tempo pessoal, as instituições locais (regras informais) de gestão de recursos, os processos de interação e organização social, os padrões sociais, o contexto sociocultural etc. Ela pode tanto gerar informações qualitativas como quantitativas (SEIXAS *et al*, 2005).

Conforme Sanchez (s.d), a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos e ferramentas que se deseja estudar. A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não tem consciência, mas que orientam o seu comportamento, como demonstra a figura:

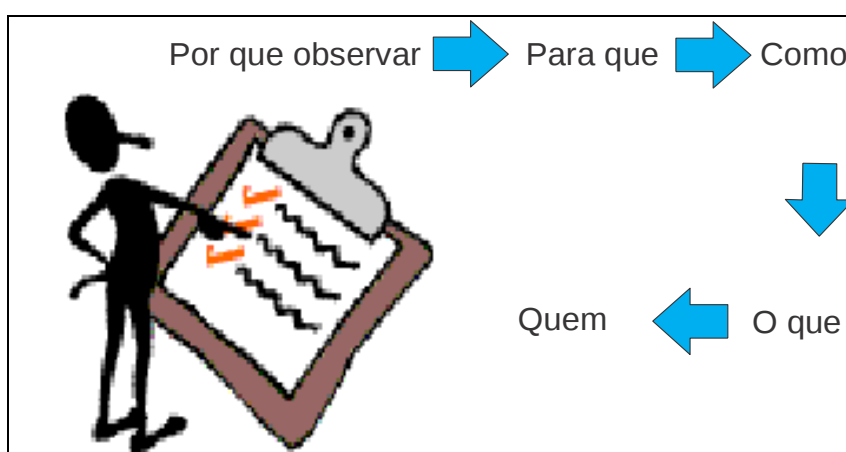


Figura 20. Perguntas de pesquisa.
Fonte: UFRJ, 2012.

As visitas a campo foram realizadas a cada semana, pelos menos duas vezes, durante um ano. Os questionários foram aplicados em um período de 30 dias

quando visitada a área de estudo todos os dias, nos três turnos, visto que pretendia-se conhecer e compreender o máximo possível do modo de vida, do lazer, dos costumes dos comunitários. Os entrevistados foram localizados à medida que a conversa acontecia com os moradores. Vale salientar que já havia proximidade com vários moradores das localidades, o que facilitou, em certo sentido, o desenvolvimento do trabalho.

Construíram-se os questionários semiestruturados objetivando investigar temas: perfil socioambiental e econômico dos comunitários, qualidade de vida, percepção ambiental, participação comunitária e perspectivas de melhora para a área. A técnica possibilitou que as informações obtidas através da fala e transcritas revelasse a relação dos atores sociais com a área pesquisada, demonstrando o sentimento de tristeza e vergonha por morarem num "lugar do esquecimento", ou seja, de acordo com os moradores, esquecido por todos.

A investigação deu-se junto a diferentes atores sociais, com fins de compreensão da diversidade de posições existentes. Os critérios adotados para a seleção dos grupos pesquisados foram: ser morador ou trabalhar na área; fazer parte da articulação e mobilização pela revitalização do Riacho das Piabas; educadores das escolas; comerciantes das adjacências que são afetadas e líderes comunitários. Buscou-se ainda contato com os indivíduos referenciados como líderes comunitários, conhecedores da realidade das áreas pesquisadas e do convívio com a população local.

Além da pesquisa de campo, realizaram-se pesquisas bibliográfica e documental com vistas a encontrar informações acerca das ações de revitalização ao longo do tempo, assim como para aprofundamento do conhecimento sobre os problemas da área de estudo.

Foi feito o resgate da memória a respeito de como era o Riacho das Piabas no passado, através de relatos gravados e da palavra escrita. De acordo com Moreira (2004), o resgate busca a visão dos indivíduos acerca das suas experiências subjetivas de certas situações. Essas situações estão inseridas em algum período de tempo de interesse ou se referem a algum evento ou série de eventos que possam ter tido algum efeito sobre o respondente.

Com a intenção de conhecer a percepção ambiental das crianças (de 10 a 12 anos) moradoras da área em estudo, duas turmas de alunos do 5º ano da escola

Luzia Dantas, dos turnos manhã e tarde, foram selecionadas para a realização de uma atividade de campo.

Estas crianças com idades de 10 a 12 anos foram escolhidas porque destacaram-se ao longo do ano de 2012 pelas ações desenvolvidas sob a orientação da professora Maricélia Ribeiro Jorge. As experiências vivenciadas mereceram prêmios e participações especiais, como a premiação na Olimpíada Nacional de Língua Portuguesa por meio da construção de poemas com o tema “O lugar onde vivo”. Os alunos e a professora receberam os prêmios pelo Programa Cooperativismo Jovem.

Ao mesmo tempo em que os alunos se preparavam para participar do concurso, e visando facilitar o desenvolvimento e produção dos poemas e redações, desenvolveu-se a atividade de campo, em que as turmas foram divididas em grupos de sete alunos. Cada grupo, separadamente e em dias diferentes, foi a campo, fez uma caminhada pela comunidade Rosa Mística, Louzeiro e Jardim Menezes com o fim de observar a realidade ambiental local, fazer 10 imagens fotográficas e identificar as paisagens que consideravam agradáveis (5) e desagradáveis (5), justificando as escolhas.

O olhar atento e a reação de cada criança à situação ambiental foram acompanhados. Após o exercício de fotografia em campo, os alunos expressaram, em grupo e individualmente, por meio verbal e não verbal como gostariam de ver as imagens desagradáveis no futuro e quais as suas sugestões para a melhoria.

Juntamente com este exercício, e a partir das demais percepções (TUAN, 1980) dos atores, assim como dos documentos e fontes pesquisadas, foram elencados os principais problemas da área de estudo, tanto sociais como ambientais.

Os dados coletados em campo e em fontes secundárias foram analisados e interpretados em diálogo com a teoria e os principais conceitos discutidos neste trabalho a partir das categorias de análise: diagnóstico da situação, (in)satisfação, desejo de mudança, críticas ao poder público, sugestões de melhoria, autocrítica.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Uma questão importante para a análise da qualidade de vida é a percepção, pelo próprio sujeito, de suas condições de existência. Nesta percepção se opera uma tensão entre certas condições “objetivas” e a forma de internalizá-las, de tomar consciência delas através de uma série de mecanismos psicológicos de compensação/apropriação/resistência (LEFF, 2009).

Os estudos de percepção Ambiental são de fundamental importância para compreender as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas em relação ao espaço onde está inserido. Desse modo, fornecem subsídios para o estabelecimento de estratégias para amenizar os problemas socioambientais e para a elaboração e implementação de Programas de Educação e Comunicação Ambiental, que assegurem a participação social e o envolvimento dos distintos atores nos processos de gestão ambiental (VASCO e ZAKRZEWSKI, 2010). Neste trabalho, a percepção dos atores acerca da problemática poderá esclarecer diversos aspectos como a atuação de cada participante ou o nível e prejuízo de cada parte devido à existência dos problemas da área.

Villar *et al*, (2008), *apud* Fonseca (2011) propõem o estudo da percepção ambiental do indivíduo, uma vez que esta linha de pesquisa mostra que cada indivíduo atua de maneira diferente em seu ambiente de acordo com os processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa com o seu grau de ponderação e perspectivas que cada indivíduo possui acerca do meio em que vive. Ainda segundo esses autores, a principal dificuldade para a conservação dos ambientes naturais está exatamente na existência destas diferenças de percepção entre indivíduos de culturas, valores e de grupos socioeconômicos distintos, os quais possuem interesses diversificados sobre o ambiente em que vivem.

Para Pinheiro (2004), nos estudos da percepção são indissociáveis o sujeito e objeto, o perceptor e o que é vivenciado, sentido e construído, num processo contínuo, consciente ou subliminado, que vai do racional e simbólico, ao sensorial e emocional, levando a experiências individuais e únicas. Novos valores enriquecerão a “bagagem” cultural do indivíduo, originados de uma satisfação ou insatisfação com

a integridade do ambiente no qual ele estiver interagindo. Diferentes comportamentos resultarão da compreensão, pelo perceptor, sobre sua relação com o ambiente.

Nesse sentido, a Figura 17 mostra uma relação do perceptor com o meio que o envolve e que com ele se relaciona. O perceptor vivenciará o ambiente atrelado aos seus valores individuais e subjetivos, resultando em diferentes graus de satisfação ou insatisfação correlacionados com o estágio de integridade do ambiente com o qual se interage. Dessa interação é que entendemos levar à aplicação dos processos para sensibilização e conscientização, posterior ao processo racional da satisfação/ insatisfação.

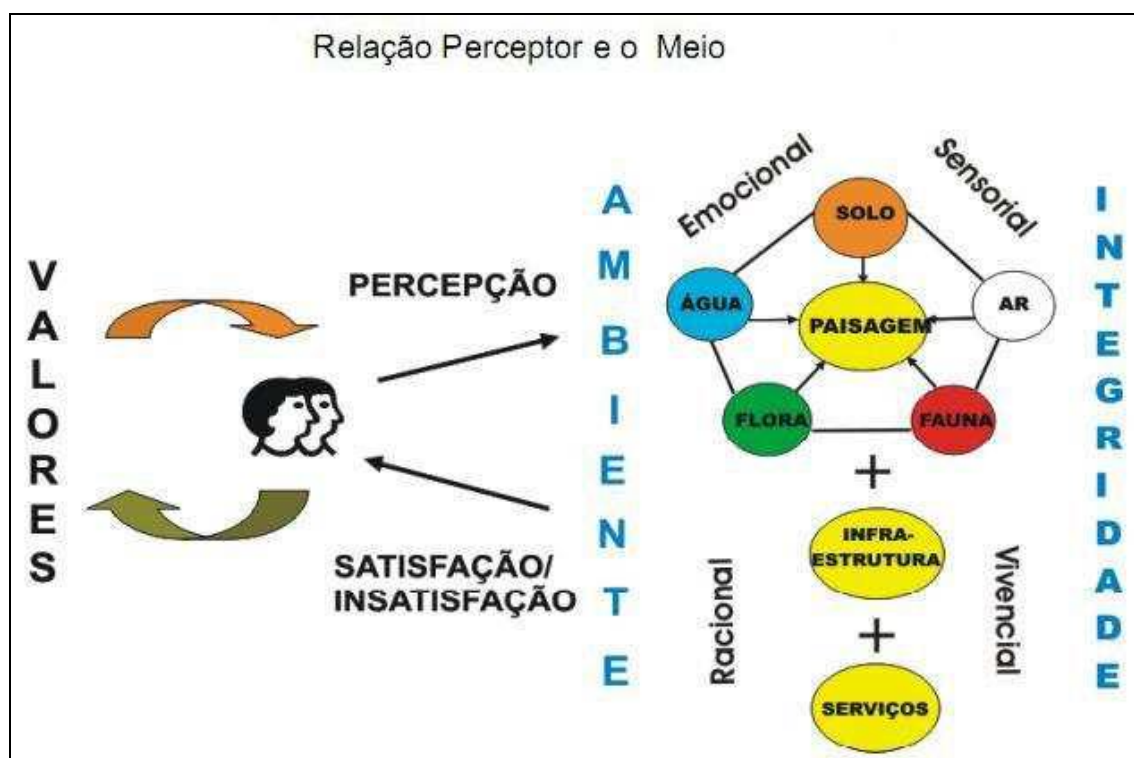


Figura 17. Relação do perceptor com o meio em que o envolve e que ele se relaciona.
Fonte: Pinheiro, 2004.

De acordo com Tuan (1980), percepção é a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como também a atividades propositais nas quais certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra e são bloqueados.

3.2 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E (IN) JUSTIÇA AMBIENTAL

Little (2001) define os conflitos socioambientais como disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural. O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos. O autor, no afã de estabelecer parâmetros para a compreensão, e possível resolução, dos conflitos socioambientais propôs a seguinte classificação: os conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, os conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural e os conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais. Essa tipologia não deve ser entendida como um esquema rígido, mas como uma ferramenta heurística que é útil para análise dos conflitos socioambientais e que deve ser utilizada com flexibilidade.

Para Little (2001), a análise dos conflitos socioambientais deve partir de uma contextualização ambiental, geográfica e histórica. Cada um, sem importar a categoria em que se encaixa, está relacionado às distintas formas de produção dos grupos sociais.

De acordo com Alier (2007), muitos dos conflitos sociais dos dias de hoje, do mesmo modo como ao longo da história, estão conotados por um sentido ecológico, sentido esse afiançado quando os pobres procuram manter sob seu controle os serviços e os recursos ambientais que necessitam para a sua subsistência, ante a ameaça de que passem a ser propriedade do Estado ou propriedade privada capitalista.

No campo da ação política, o tema dos conflitos socioambientais é centrado na resolução de ditos conflitos por meio da implementação de políticas públicas. A resolução destes conflitos é uma tarefa difícil devido à sua complexidade e à profundidade das divergências.

Para resolver um conflito de forma definitiva, as múltiplas causas que deram origem a ele teriam de ser eliminadas e as divergências existentes entre as partes solucionadas pacífica, voluntária e consensualmente. Além do mais, os processos de degradação do mundo natural necessitariam de ser cessados [...]. A negociação de um conflito requer um alto nível de maturidade política por parte dos atores

sociais porque demanda deles a postulação explícita de seus interesses e a tomada de decisões difíceis sobre concessões a serem feitas (LITTLE, 2001).

Falando sobre os atores, as partes de um conflito, não há como negar que existem as forças, as influências e o próprio poder de cada um deles. Uns possuem mais que outros e todos disputam algo que lhes é de interesse, por isso há o conflito. Essa diferença de poder e a sobreposição de um sobre outro gera insatisfação entre os indivíduos. Esta temática foi inicialmente trazida para a realidade social a partir do movimento da Ecologia Política, nos Estados Unidos em 1980.

Partindo da ideia de que os ricos se sobressaem em detrimento, em muitos casos, dos pobres, este movimento passa a empregar seu conceito basilar: Justiça Ambiental.

Para Copetti e Lottermann (2003), o pensamento dominante considera democrática, então, a distribuição dos riscos e contra este pensamento é que se insurgiram os movimentos sociais, posto que, na definição do Movimento de Justiça Ambiental dos EUA, justiça ambiental é a condição de existência social configurada através do tratamento justo e do desenvolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais.

Os conflitos ambientais surgem da confrontação de interesses e estratégias diferenciadas de apropriação e aproveitamento da natureza na era da globalização econômico-ecológica. No campo da justiça ambiental, a construção dos direitos emerge do posicionamento de grupos sociais e de movimentos sociais frente aos impactos ecológicos ocasionados pelos padrões de exploração dos recursos naturais (LEFF, 2009). No dizer de Leff (2009), assim vai-se constituindo o campo da justiça ambiental como um conjunto de direitos que problematiza todo o sistema jurídico, tanto a sua racionalidade formal como os seus princípios axiológicos e seus instrumentos normativos. Isto exige uma transformação profunda do regime jurídico que sustenta a racionalidade econômica dominante e implica uma mobilização de verdade forjada em novos fundamentos e formas jurídicas. Isto pressupõe a necessidade de construir um novo conceito de natureza (LEFF, 2009).

O Brasil tem batido recordes em desigualdade social no mundo pelo mecanismo de admitir a prosperidade dos ricos por meio da expropriação dos que já

são pobres. Não se pode falar em progresso e desenvolvimento nesta situação, em que certos capitais lucram com a transferência dos males ambientais para os mais desprotegidos. Dentre as causas para configurar uma proteção ambiental socialmente desigual, temos o mercado – em que os ricos tendem a escapar dos riscos ambientais residindo em áreas mais protegidas, cujo solo tem, valor maior-, as políticas – tanto de ação quanto de omissão por parte de ente estatal-, a desinformação forçada pelos responsáveis dos riscos e, por fim, a neutralização da crítica potencial, ou seja, a conquista da população vizinha ao empreendimento com o intuito de evitar mobilizações e questionamentos sobre as suas reais condições de funcionamento (COPETTI e LOTTERMANN, 2003).

É disso que trata este estudo. Controversamente à situação da população que vive em locais com ruas calçadas e limpas, com esgotamento sanitário, coleta de lixo regular que funcione, população minimamente sensibilizada ambientalmente, sobrevive um conjunto de indivíduos que, segundo o que declaram e o que consta nas fontes documentais, clama por aquilo que é de direito: moradias, saúde, transporte, educação, lazer, infraestrutura, ou seja, condições mínimas adequadas, qualidade mínima de vida. Além de ser um movimento pela justiça ambiental é um conflito de uso do meio à medida que, por exemplo, moradores reprovam e lutam contra a disposição indiscriminada de lixo pelos carroceiros, pelos comerciantes e, até mesmo pelos próprios moradores.

Respaldando essa análise, Alier (2007) afirma que o movimento pela justiça ambiental tem enfatizado a desproporcionalidade com que o peso da contaminação recai sobre grupos humanos específicos. Portanto, explicitamente incorpora uma noção distributiva da justiça. Poderia ser argumentado que a justiça ambiental potencialmente intui um aspecto existencial, qual seja, o de que todos os seres humanos necessitam de determinados recursos naturais e uma certa qualidade do meio ambiente para assegurarem a sua sobrevivência. Nessa perspectiva, o meio ambiente converte-se em um direito humano associado ao pleno direito de cidadania. Tendo como referencial o acesso aos recursos e ao território (este último enquanto *locus* privilegiado da memória e da identidade) e o direcionamento dos riscos urbanos, por exemplo, as investigações empíricas não deixam dúvidas sobre quem são as vítimas do desenvolvimento ou da modernização conservadora. A poluição incide muito mais sobre as camadas de baixa renda, que não têm tratamento sanitário apropriado em sua maioria, não têm acesso aos bens e serviços

urbanos e em geral ocupam áreas de risco, áreas contaminadas, etc. São os pobres que moram em áreas industriais e recebem a poluição direta, a contaminação por metais pesados e outros. São os pobres os que mais sofrem com as enchentes, pois habitam áreas de risco pela segregação socioespacial urbana (ZHOURI, 200?).

De acordo com Copetti e Lottermann (2003), a partir da própria ambivalência à sociedade de risco, porém, pode-se traçar um caminho de sustentabilidade e preservação ambiental, promovendo a justiça ambiental como valor diretamente relacionado com a possibilidade de uma vida digna, pois a questão ambiental não representa necessariamente um entrave ao desenvolvimento, mas uma dimensão constitutiva de um modelo de desenvolvimento democrático e inclusivo. Essa percepção provém da dicotomia desastres/oportunidades relativa à sociedade de risco, considerando-se que aponta um dos únicos rumos viáveis em tempos nos quais a dissociação entre global e local e local e global se torna cada vez mais improvável.

Os moradores dos bairros e comunidades que convivem diretamente com a situação de poluição do Riacho das Piabas, assim como as enchentes, o lixo e outros problemas são os mais afetados com a situação. Daí a necessidade de uma ação conjunta, coletiva, pois o ambiente é direito de todos. Nesse sentido, a educação, a sensibilização ambiental torna-se um fator imprescindível à melhoria da situação, solução do problema e manutenção da nova realidade socioambiental.

La Justicia Ambiental afirma la imperiosa necesidad de educar a las generaciones presentes Y futuras, poniendo énfasis em los temas ambientales y sociales, una educación fundada em la experiencia y em el respeto sin concesión por la diversidad cultural. La Justicia Ambiental requiere que todos Y todas, sujetos complejos, escojamos formas de consumo sustentables con el objetivo de desterrar el consumo depredador de los bienes naturales, producir um menor volumen de basura, tomar decisiones afirmadas em la ética ambiental, y cambiar las necesidades em nuestros estolos de vida, de modo que pueda asegurarse la salud del mundo socio+natural para las generaciones presentes y futuras (GALANO, 2009).

Portanto, contra a ideia generalizada de uma consciência ambiental universal alcançada nas últimas décadas – com a realização das conferências internacionais, a criação das secretarias e ministérios de meio ambiente, os departamentos de meio ambiente das empresas e instituições multilaterais, etc -, do surgimento de um sujeito ambientalista uno e homogêneo, agente do “movimento

ambientalista”, a abordagem dos conflitos aponta para a hierarquização dos significados que elege a biodiversidade como problema ambiental prioritário (ou o efeito estufa, a camada de ozônio, etc) e não o saneamento básico das cidades do chamado terceiro mundo, por exemplo. Questiona quem tem o poder de definir as prioridades e, por conseguinte, a pauta das políticas ambientais. Denuncia a natureza dos processos sociais que atribuem aos pobres a degradação ambiental, elegendo-os como “público-alvo” da educação ambiental. Como se “o problema ambiental” fosse algo solucionável por uma pedagogia iluminada, neutra e imparcial, enfim, científica (ZHOURI, 2012).

Quanto à atribuição da degradação ambiental aos pobres, o que se pode afirmar é que os valores desta população que degrada poderão estar presos à falta ou à pouca educação formal que possuem. Neste sentido, estas situações constituem reflexo de um sistema que funciona de forma a excluir, a segregar e a dividir desigualmente aquilo que deveria ser de todos.

Neste sentido, Zhouri (2012) considera que as relações de poder entre os sujeitos sociais que conjugam determinados significados de meio ambiente, espaço e território, consolidam certos sentidos, noções e categorias que passam a vigorar como as mais legítimas e passíveis de sustentar as ações sociais e políticas. Em consequência, produzem um efeito silenciador e, portanto, excluem outras visões e perspectivas concorrenciais.

Se observarmos a realidade das populações diretamente afetadas pela contaminação do Riacho das Piabas observar-se-á que, muito de suas demandas são sobrepujadas por um discurso oficial, que não é o deles, mas o do Estado que afirma, por exemplo, que algumas daquelas ruas que os moradores clamam por calçamento, já estão calçadas ou que a “beira” do canteiro onde alguns moradores tentam cultivar flores e plantas já é uma praça, segundo documentos oficiais da prefeitura. Pensando sobre isso, qual seria o discurso amplamente divulgado! As partes mais sensíveis no conflito ou que possuem menos força tem seus discursos velados por aqueles que detêm o poder, a influência. Daí a importância da participação e articulação entre os atores em prol da revitalização.

3.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Na tentativa de garantir a efetividade da ideia de sustentabilidade (às presentes e futuras gerações), a educação ambiental torna-se uma ferramenta fundamental. No entanto, esta educação vai além de ações pedagógicas. Ela envolve o discernimento e a possibilidade de emancipação, transformação da ordem social e da relação que os indivíduos possuem com seu meio, visto que a educação tradicional já não consegue abarcar todas as realidades socioambientais existentes, como é o caso em estudo em que a população, em sua maioria possui algum grau de escolaridade, mas pouca condição para provocarem a transformação. Neste sentido, a educação ambiental, em todas as suas expressões, são imprescindíveis à realidade da população da região do Riacho das Piabas, sobretudo para as crianças e jovens que, em seus discursos, desejam uma paisagem limpa, com perfume de flores, com praça, ciclovia em detrimento do mau cheiro, dos mosquitos, ratos e baratas existentes.

A educação ambiental fomenta novas atitudes nos sujeitos sociais e novos critérios de tomada de decisões dos governos, guiados pelos princípios de sustentabilidade ecológica e diversidade cultural, internalizando-os na racionalidade econômica e no planejamento do desenvolvimento. Isto implica educar para formar um pensamento crítico, criativo e prospectivo, capaz de analisar as complexas relações entre processos naturais e sociais, para atuar no ambiente com uma perspectiva global, mas diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que o definem (LEFF, 2008, p.256).

Para Peralta & Ruiz (2003), a educação, especialmente a praticada pelo aparato escolar tem sido motivo de críticas recorrentes. [...] o diagnóstico geralmente tende a assinalar que os aparatos educativos das sociedades modernas estão longe de contribuir para as transformações sociais, necessárias para erradicar o desolador panorama que se apresenta a amplos setores da população, e longe também de aproveitar o potencial de aprendizagem dos humanos.

Na Política Nacional de Educação Ambiental – Lei Nº 9795/99, a promoção da educação ambiental é colocada pela primeira vez como obrigação legal de responsabilidade de todos os setores da sociedade, do ensino formal e do informal e são definidos seus conceitos, seus objetivos, princípios e estratégias. Em seu artigo 2º, a lei dispõe que:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999).

Ruscheinsky (2012), diz que buscamos uma educação ambiental dialógico-problematizadora dos conflitos socioambientais, tal que no processo de concretização de sua solução mediada pela racionalidade, se possa construir cada vez mais a autonomia cidadã, imprimindo às práticas de educação ambiental um caráter transformador da realidade. É nesse sentido que reafirmamos os cinco desafios contemporâneos para a educação ambiental a partir dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental: busca de uma sociedade democrática e socialmente justa, desvelamento das condições de opressão social, prática de uma ação transformadora intencional, necessidade de contínua busca do conhecimento e a instrumentalização, científico-tecnológica para resolução desses conflitos socioambientais.

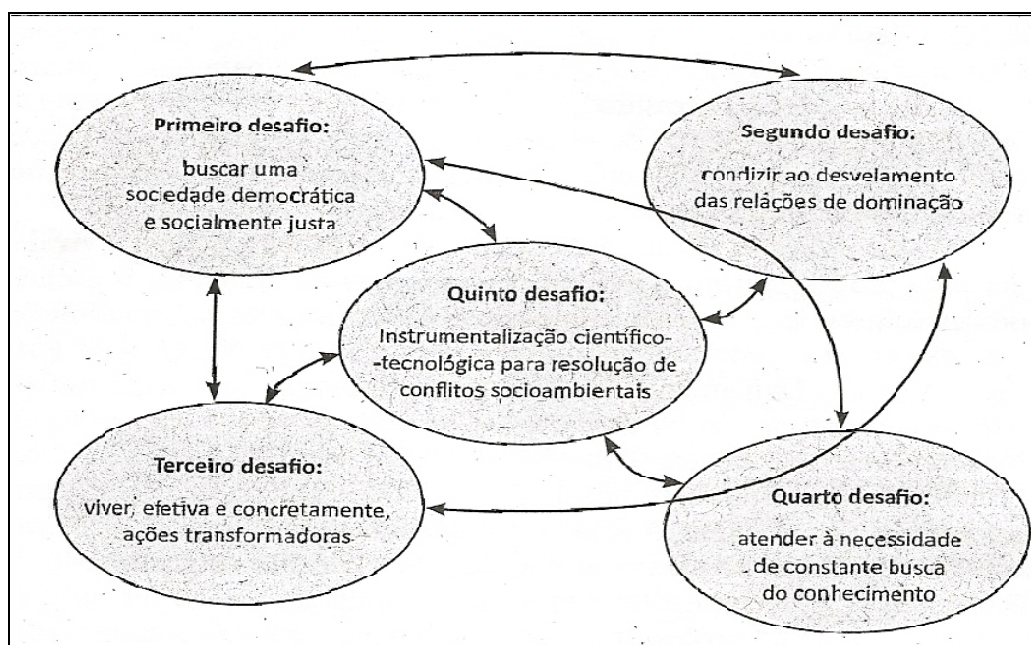


Figura 18. As interdependências entre os cinco desafios contemporâneos para a Política Nacional de Educação Ambiental.

Fonte: Ruscheinsky, 2012.

Os esforços predominantes em educação ambiental não tem conduzido à transformação dos atuais comportamentos “ecocidas” da sociedade. Reduzida à transmissão de conteúdos ecológicos e a práticas ambientais individuais e de curta visão estratégica, a educação ambiental prevalecente não oferece elementos formativos e de capacitação suficientes para alcançar a compreensão da integralidade de fenômenos socioambientais, tampouco procura elementos para a construção das estratégias individuais e coletivas que poderiam iluminar o caminho para um futuro promissor (PERALTA & RUIZ, 2003).

Conforme Lima (2009), essa dissociação entre os aspectos biológicos-ecológicos e os aspectos políticos e sociais da crise ambiental é um dos argumentos centrais da EA crítica que, partindo de outro diagnóstico destacavam o caráter estrutural e civilizatório da crise ambiental e a necessidade de respostas transformadoras tanto políticas quanto éticas da questão. Segundo a sua compreensão, os impactos ecológicos eram apenas os efeitos de causas muito mais profundas que indicavam a degeneração de todo um modelo civilizatório baseado em opções políticas e valorativas predatórias e nocivas à vida social e natural. Nesse sentido, não aceitavam respostas paliativas e monodimensionais que desprezavam a centralidade política da questão ambiental, as contradições e conflitos nela revelados e a oportunidade de questionar e de transformar em profundidade o modelo social vigente.

Essa politização dos problemas ambientais e de seu encaminhamento inova também ao abordar o direito à vida e a um ambiente saudável como uma questão de cidadania ampliando essa noção para além dos limites estritos do contrato social liberal. Daí a necessidade da construção de uma nova prática e um novo saber ambiental baseado em uma nova relação com o meio, onde exista respeito a todos os atores, incluindo-se os “atores” ambientais porque consideramos que são atores à medida que sua dinâmica, embora muitos não reconheçam, podem influenciar as ações humanas em diversos aspectos. Na construção deste novo saber, conforme coloca Leff (2007; 2008), a educação ambiental tem um papel fundamental. No entanto, é preciso refletir, criticar, pensar e repensar constantemente, dialogicamente.

Para Figueiredo (2007) *apud* Feitosa *et al* (2011), existem dois grandes grupos de concepções de EA: um não-crítico e outro crítico. O primeiro agrupamento corresponde às teorias de uma EA mais tradicional, a qual aponta para uma

concepção predominantemente romântica, ecológica e preservacionista. Esta concepção está relacionada com o período inicial da Educação Ambiental. Já a segunda visão faz referência às condutas socioambientais, bem como aos aspectos culturais que se relacionam com a problemática ambiental. De acordo com Feitosa *et al* (2011), a Educação Ambiental Crítica tem inspiração no campo teórico das teorias críticas da educação, desenvolvidas a partir da década de 1970. Assim, a ressignificação da EA como “crítica”, relaciona-se com a necessidade de diferenciar-se numa ação pedagógica progressista, que seja capaz de colaborar com a modificação de uma realidade que, historicamente, se coloca em uma grave crise social, ambiental, política e cultural.

Conforme Lima (2009), com relação ao diálogo intraescolar, a EA crítica alimenta o desejo de uma renovação profunda de todo o ambiente educativo desde seu sistema de ensino-aprendizagem, seus métodos, princípios epistemológicos e paradigmáticos, conteúdos curriculares, formas de organização e relação com o entorno. Claro que, dado ser a escola uma instituição inserida em uma estrutura social mais ampla, essas mudanças encontram obstáculos diversos entre os quais a adoção de princípios interdisciplinares e de transversalidade sejam os mais visíveis.

No caso da EA, por princípio concebida como teoria e prática interdisciplinar, resta o desafio, ainda não resolvido, de como ministrá-la e introduzi-la no cenário disciplinar das escolas. Enquanto isso, de fato não ocorre, várias ações podem ser realizadas em prol do desenvolvimento e aprimoramento da sensibilização social, econômica, política e ambiental.

A educação popular gerou uma percepção crítica do processo educativo, propondo uma intervenção participativa no desenvolvimento de conhecimentos e sua aplicação em estratégias de desenvolvimento endógeno para a melhoria das condições de vida de cada população. A educação ambiental popular inscreve-se assim nesta tradição da educação crítica do modelo e desenvolvimento dominante, orientado à construção de uma nova racionalidade social. Neste sentido, o conceito de formação ambiental é pertinente para compreender a transformação da realidade causada pela problemática ambiental do desenvolvimento. A formação implica um processo mais orgânico e reflexivo de reorganização do saber e da sociedade na construção de novas capacidades para compreender e intervir na transformação do mundo (LEFF, 2009).

Conforme Peralta & Ruiz (2003), a Educação Popular Ambiental (EPA) propõe um marco conceitual e operativo que contribui para o desenvolvimento de uma prática pedagógica e da ação cidadã, organizadas ambas em torno da gestão ambiental responsável e crítica dos recursos naturais [...]. Esta experiência da EPA, impulsionada com a intenção de construir sujeitos políticos, vem trabalhando conceitualmente duas linhas, que, mesmo diferenciadas, tem uma relação estreita: a reflexão sobre o ato educativo e a criação de espaços de democracia cidadã. Ambas as linhas implicam desenvolvimentos teóricos baseados na revisão participativa e contínua das práticas.

A Educação Ambiental pode contribuir, neste caso, para o despertar para novas atitudes dos comunitários em relação ao meio, assim como para a mobilização comunitária e envolvimento, cada vez maior, de todos eles.

3.4 GESTÃO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVA

Atualmente a democracia passa por um profundo processo de redefinição. A pluralidade característica da sociedade contemporânea coloca a questão da representação política, expressa tradicionalmente pela democracia representativa, frente a um impasse e impõe o reconhecimento de formas alternativas para a democracia, que sejam capazes de responder satisfatoriamente às mais variadas necessidades da sociedade contemporânea.

Paralelamente à crise da democracia liberal, ou em sua resposta, surge um modelo plural e alternativo de democracia – a democracia participativa – gerada no seio dos movimentos sociais e das variadas formas de organização política local e regional, as quais buscam soluções efetivas para o problema de representatividade por meio de prática de soberania popular participativa, descentralizando poder e deliberações a fim de construir um projeto verdadeiramente democrático (SERRER, 2003).

Muito do que somos hoje é resultado de luta, de conquista de um grupo de indivíduos que, por meio de sua participação, contribuíram com a realidade social, ambiental, econômica e/ou política de todo o restante da população. O que se quer dizer é que, é por meio da vontade e da participação política que é possível alcançar níveis mais sustentáveis de vida, uma sociedade melhor. À medida que a

participação é estimulada, os atores tornam-se corresponsáveis por tudo que ocorre. Neste sentido, todos passam a gerir os recursos de forma compartilhada e descentralizada conforme as prerrogativas da legislação ambiental vigente.

A gestão descentralizada vem sendo apontada como uma alternativa eficiente para as gestões públicas resolverem muitos dos problemas em grande parte dos municípios brasileiros. Nas últimas décadas, o meio ambiente tem sido vastamente discutido em consequência da crescente degradação ambiental e diminuição da qualidade de vida nas cidades.

Fiorillo (2008) *apud* Bezerra (2010, p. 95) defende que a tarefa de implementar políticas públicas em consonância com uma política ambiental sustentável, e que ao mesmo tempo sejam coerentes e compatíveis com as políticas estabelecidas em instâncias superiores, ainda é muito difícil.

No entender de Jacobi (2005), a reflexão está centrada em torno do fortalecimento do espaço público e na abertura da gestão à participação da sociedade civil na elaboração de suas políticas públicas, bem como na sempre complexa e contraditória institucionalização de práticas participativas inovadoras – novos espaços de participação sociopolítica, que marcam rupturas com a dinâmica predominante, ultrapassando as ações de caráter utilitarista e clientelista. No entanto, este movimento de abertura à participação nunca ocorre de maneira espontânea, sendo necessária a mobilização, a articulação para que esta, de fato, exista. A própria ideia de cidadania, constituinte da perspectiva democrática, pressupõe participação neste processo que historicamente tem sido atribuído aos órgãos do poder público.

Da mesma forma, o conceito de gestão também envolve necessariamente ações políticas e participação. É um processo cíclico onde, à medida em que existe participação a gestão pode ser feita de forma eficiente e eficaz, impulsionando, encorajando, motivando, trazendo novos atores à cena política. Só por meio da participação se consegue uma gestão justa socialmente e eficiente ecológica e economicamente.

O desenvolvimento comunitário melhora os serviços prestados à comunidade (educação, saúde) e infraestrutura (estradas, água, comunicação). O desenvolvimento social aumenta a capacidade das pessoas de participar da governança e encontrar soluções locais para problemas e oportunidades (BERKES *et al*, 2006, p.271 *apud* KALIKOSKI *et al*, 2009, p. 51).

Quanto mais plural mais chance de sucesso na gestão dos recursos. Além da pluralidade de atores, a participação proporciona a coesão da comunidade e, conseqüentemente, seu maior entrosamento no processo decisório que envolve a realidade que as cerca.

Ainda sobre o caráter de participação na gestão ou gestão partilhada dos recursos, a Constituição Federal Brasileira de 1988, estabelece em seu artigo 23: É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em todas as suas formas;

Artigo 30: Compete aos municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação estadual e federal no que couber.

A função inicialmente é atribuída ao Estado. Porém, o artigo 225, o mais representativo da Constituição em termos ambientais dispõe que: *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

Neste sentido, não apenas ao poder público cabe o direito e dever de gerir as questões relativas ao meio ambiente, mas à coletividade, visto que constitui assunto de interesse comum, para o bem comum de todos.

Se as políticas ambientais dependem da população, pode-se afirmar também que dependem muito dos administradores públicos na condução do processo, na definição da orientação estratégica do município, estado ou país e na definição da sua missão. As políticas ambientais fazem parte do Sistema de Gestão Ambiental, que tem por objetivo estabelecer os meios necessários e suficientes para proceder à estabilidade ambiental de uma região ou à viabilização ambiental das atividades transformadoras nela ocorrentes ou previstas, em vista de potencialidades e vulnerabilidades ambientais dos ecossistemas existentes, de modo a garantir níveis desejáveis de qualidade ambiental e de vida (BARBIERE, 2004 *apud* BEZERRA, 2010, p.102).

A gestão ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental, este sistema deve garantir o uso de práticas com o intuito de atingir o desenvolvimento sustentável, além da equidade social e o equilíbrio

ecológico, que garantam a conservação e a preservação da biodiversidade, a reciclagem das matérias-primas e a redução do impacto ambiental dessas atividades sobre os recursos naturais.

Na definição de Rodrigues *et al* (2009), a gestão ambiental é definida como a condução, direção, controle e administração do uso dos sistemas ambientais, mediante certos instrumentos, regulamentos, normas, financiamento, disposições institucionais e jurídicas. A forma como esta gestão é feita depende substancialmente dos objetivos a que se propõe. Desta forma, a gestão pública ambiental difere da gestão privada que difere de uma gestão comunitária dos recursos. O que se coloca neste estudo é a importância e necessidade da gestão compartilhada da situação-problema por todos os atores envolvidos, sobretudo os governamentais, os comunitários e a sociedade civil organizada.

Um dos instrumentos de gestão compartilhada que mais tem se destacado é o Comitê de Bacia. Como o Riacho das Piabas integra uma microbacia hidrográfica dentro da Bacia do Rio Paraíba, é o comitê desta bacia o agente que pode atuar, dentro de suas competência e responsabilidades na causa do riacho. No entanto, o comitê não se faz presente na área. Também não se tem informação se já foram convocados/convidados a participarem da articulação.

A capacidade de gestão ambiental depende, antes de tudo, dos que a fazem, desfrutam e dela se aproveitam (a população, a comunidade); depende de que conheçam e assimilem, ao máximo os instrumentos de gestão, ou seja, os regulamentos, normas e disposições institucionais e jurídicas, para levá-la a cabo. Também depende de que conheçam as propriedades dos sistemas ambientais – objeto do uso e da exploração -, e de que internalizem os valores de acordo com uma racionalidade ambiental definida.

Por conseguinte, é dentro dessa conjuntura complexa que se faz repensar o que seria realmente uma cidadania democrática, participativa, pois esta, conforme compreende-se, pressupõe a ideia de participação na formulação das políticas e na gestão dos bens e serviços ambientais.

Hoje, uma variedade de atitudes caracteriza a prática da cidadania. Como consequência, cidadania passa a significar o relacionamento entre uma sociedade política e seus membros (RODRIGUES, 2003).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 RESGATE HISTÓRICO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO DE 1993 A 2009

A Prefeitura Municipal de Campina Grande, no início da década de 1990 criou a Secretaria de Meio Ambiente, Ciências e Tecnologia – SEMACT com seu organograma constituído pelo departamento de Meio Ambiente e a divisão de Educação Ambiental.

O gestor da secretaria, o professor Hermano Nepomuceno, por ser sociólogo e ter tido uma visão ampla e estratégica dos problemas ambientais do município de Campina Grande, defendeu persistentemente a necessidade da consolidação de uma política de meio ambiente.

Os desafios encontrados foram grandes, pois até então, as questões ambientais se restringiam apenas ao departamento de limpeza pública e arborização urbana, evidenciando a falta de prioridade por parte do poder público municipal para a SEMACT, parecendo ser apenas um apêndice para a prefeitura.

Os poucos integrantes⁵ da SEMACT, através da divisão de Educação Ambiental procuraram desenvolver inicialmente um trabalho de sensibilização a respeito da necessidade e importância da EA entre os gestores municipais, especialmente por meio de parceria firmada com a Secretaria de Educação com um crescente interesse e esforço em se buscar uma ação articulada na esfera do Sistema Nacional do Meio Ambiente, visando promover a educação no processo de gestão ambiental como responsabilidade do Poder Público, baseada nos princípios do Programa Nacional de Educação Ambiental- PRONEA.

A elaboração da proposta de EA foi inspirada na realidade local, visando compreender de forma integrada o meio ambiente em suas diversas e complexas relações e sua inserção na proposta pedagógica da Secretaria da Educação. Parte desses trabalhos foi desenvolvida em parceria com outros segmentos, principalmente a Secretaria de Agricultura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente – SARHMA.

⁵ No período de 1993 a 2000, ocupei o cargo de gerência de divisão de EA e, juntamente com os colegas, participei de diversas ações em prol da região.

A equipe de Educação Ambiental enfrentou os desafios com criatividade, principalmente no tocante à carência de recursos humanos e financeiros, priorizando a capacitação dos educadores (Figura 5) da rede municipal de ensino, estimulando-os a se tornarem agentes multiplicadores e promoverem uma maior integração com a comunidade escolar, incluindo os alunos (Figura 6).



Figura 5. Formação em EA para educadores, Campina Grande.
Fonte: Arquivo pessoal, década de 1990.



Figura 6. Atividades de EA com os alunos da escola Frei Dagoberto, Campina Grande.
Fonte: Arquivo pessoal, década de 1990.

Dentre a diversidade de ações desenvolvidas destacaram-se:

- Produção de material didático – cartilhas, *folders*, textos, redações;
- Capacitação de educadores, técnicos e gestores das escolas municipais que se tornaram agentes multiplicadores da Educação Ambiental e envolveram os diversos segmentos da comunidade nesse processo.

Como resultados, foram elaborados Planos de Ação para atuarem nas escolas e comunidades enfatizando os problemas ambientais locais e a adoção de atitudes comprometidas com a causa ambiental na sala de aula e no dia-a-dia; além disso, ocorreu a capacitação para 300 merendeiras das escolas: tentativa de inserção da temática ambiental nos diversos segmentos das escolas, favorecendo a adoção de novas posturas e alternativas que visaram evitar qualquer forma de desperdício, principalmente na cozinha.

O espaço da escola ficou pequeno para o universo da EA e a partir de então foram organizadas verdadeiras expedições ao próprio bairro. As crianças, acompanhadas dos educadores, foram levadas para passeios pela comunidade. A ideia inicial era identificar qual a percepção que eles tinham da paisagem onde moravam.

Os alunos foram incentivados a produzir redações, relatórios e material visual sobre a realidade que encontraram.



Figura 7. Percebendo a comunidade e seus problemas.
Fonte: Arquivo pessoal, década de 1990.



Figura 8. Imagens da Comunidade Rosa Mística.
Fonte: Arquivo Pessoal, década de 1990.

Após os passeios pelas comunidades, foram realizadas atividades em que os alunos deveriam expressar aquilo que perceberam, sentiram e viram:



Figura 9. Realidade e Percepção na Comunidade Rosa Mística.
Fonte: Arquivo Pessoal, década de 1990.

A escola Luzia Dantas também foi incorporada ao processo por meio de atividades lúdicas diversas, vivências, gincana, teatro, exposições entre outras atividades.



Figura 10. Atividades com/para os alunos na Escola Luzia Dantas.
Fonte: Arquivo Pessoal, década de 1990.

A semente plantada começou a dar seus frutos e, cada vez mais havia o engajamento da comunidade escolar. A partir de então, além dos passeios e dos exercícios de percepção sentiu-se a necessidade de transformação e os agentes escolares não apenas pintaram o muro da escola como também realizaram um mutirão de limpeza nas imediações da escola.



Figura 11. Mutirão realizado de pintura e limpeza.
Fonte: Arquivo Pessoal, década de 1990.

O movimento já podia ultrapassar os muros das escolas. Foi então que a Prefeitura, por meio de suas secretarias, organizou um mutirão de limpeza com vistas a incentivar não apenas o pessoal da escola, mas a comunidade que precisava ser envolvida.



Figura 12. Mutirão no entorno da escola Luzia Dantas e nas margens do canal.
Fonte: Arquivo Pessoal, década de 1990.

As ações começaram a se multiplicar e a escola Luzia Dantas não apenas começou a transformar seu espaço interno, antes ocioso, através da arborização e do cultivo de uma horta orgânica, mas também começou a ir às ruas através da realização de caminhadas e desfile cívico denunciando os problemas locais.



Figura 13. Desfile em prol de um ambiente com equilíbrio.
Fonte: Arquivo Pessoal, década de 1990.



Figura 14. Arborização e horta na escola Luzia Dantas.
Fonte: Arquivo Pessoal, década de 1990.

Estas ações foram priorizadas a partir dos planos de ação. Um marco foi o concurso que teve como tema “o Pau Brasil e os 500 anos”. Como lançamento do concurso, plantou-se simbolicamente, uma muda na secretaria municipal de educação pelo então secretário, Harrisson Targino.

Ações como estas eram (e ainda são) extremamente necessárias nestas comunidades, diante de uma realidade social e ambiental precárias.



Figura 15. Crianças, lixo e diversão na comunidade Luzia Dantas.
Fonte: Arquivo Pessoal, década de 1990.

Mesmo com a falta de prioridade para as questões ambientais, visto que a Secretaria de Meio Ambiente posteriormente foi extinta, na escola Luzia Dantas as ações de EA continuaram até o ponto de estabelecerem a parceria com a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, através do projeto de extensão Universidade Cidadã. Era o início da articulação em prol de uma coletividade. Em seguida, a Igreja de São Francisco também adotou a causa, por meio da Campanha

da Fraternidade de 2011, quando de fato, surgiu o grupo da articulação institucional pela revitalização do Riacho das Piabas.

Jesus nasceu harmoniosamente com a natureza
Quem joga lixo na rua agride a natureza e os vizinhos
A rua é a extensão da casa. Mantenha limpo
Preservando o presente, garantindo o futuro
Este canal grita por causa do lixo
A fraternidade e a vida do planeta
O córrego acima era fonte de água doce. Hoje é esgoto e lixo
Quem joga lixo na rua agride a natureza
Para São Francisco De Assis a terra era mãe e irmã
Reclamamos do desmatamento, mas jogamos o lixo na rua
A mãe terra precisa ser cuidada
A terra é sagrada, mas não é respeitada
Cuidar do Meio Ambiente é cuidar de nossa saúde
Nada justifica o descuido e a agressão ao Meio Ambiente
Senhores políticos, precisamos de apoio e soluções
Manter a rua limpa é dever político e comunitário
Colabore com o planeta. Plante uma árvore
A criação geme em dores de parto

Quadro 2. Frases dos banners fixadas nos postes e troncos de árvores nas margens do canal – Campanha da Fraternidade 2011 – Igreja São Francisco, 2002.

4.2 ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL PELA REVITALIZAÇÃO DO RIACHO DAS PIABAS

Como visto, a situação existe há, pelo menos, 20 anos. Nesse sentido, percebeu-se que seria necessária a soma de esforços, devido às inúmeras dificuldades existentes.

A área de estudo foi considerada pela Curadoria do Meio Ambiente, assim como por biólogos como uma área de grande degradação. A reserva do Louzeiro, localizada em propriedade particular, que será em breve o Jardim Botânico de Campina Grande, encontra-se altamente degradada pela ação do homem por meio do tráfico de animais (CORREIO DA PARAÍBA, 2005) e, sobretudo devido à retirada de árvores frutíferas. Vale salientar que esta retirada pode influenciar as nascentes do Riacho das Piabas, importante fonte de recursos hídricos para a cidade de Campina Grande.

A área é marcada por erosões, esgotos e lixo (Jornal da Paraíba, 2004). Além da Curadoria e do Ministério Público, a APAN (Associação Paraibana dos Amigos da Natureza) o IBAMA, a SUDEMA e a coordenadoria de Meio Ambiente de Campina Grande também participaram da visita técnica realizada em 2004.

Em 2011 surgiu a articulação pela revitalização do Riacho das Piabas.

Recomeçamos a tratar de nossos problemas a partir das Campanhas da Fraternidade de 2010, e 2011 cujo tema foi Fraternidade e Vida no Planeta, e o lema: A criação Geme em Dores de Parto. Em 2011, iniciativa simultânea focada nas questões ambientais na Escola Municipal Luzia Dantas permitiria a aproximação com a Igreja, o projeto Universidades Cidadãs da UFCG e a Curadoria do Meio Ambiente. Rapidamente, haveria a incorporação de outros parceiros, definindo-se, assim, a composição atual da articulação pela Revitalização do Riacho das Piabas e Bodocongó. Além dos representantes das comunidades, esta articulação congrega as seguintes entidades e instituições: escolas municipais Luzia Dantas, Luiz Gomes e Frei Dagoberto, Paróquias de São Francisco e Santa Rosa, Curadoria do Meio Ambiente, colégio Autêntico, EMBRAPA, ONG Jovens Ambientalistas, ONG Nova consciência, 31º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército, Projeto Universidades Cidadãs da UFCG. Temos contato com o apoio de outros parceiros, entre quais podemos citar a UEPB e o supermercado Ideal. Desde então, passou a haver processo de organização com reuniões nas comunidades e reuniões regulares dos representantes das entidades que participam da Articulação (CARTA ENTREGUE AO PREFEITO DE CAMPINA GRANDE, 2013).

Em 2012 foi instaurada a petição – pedido formal a uma autoridade - que já conta com 2.630 assinaturas e espera-se atingir as 5 mil assinaturas.

O alvo central desta petição são os poderes públicos locais, a saber: Prefeitura Municipal de Campina Grande, Governo do Estado da Paraíba, Câmara Municipal de Campina Grande e Assembleia Legislativa da Paraíba. Espera-se que esta mobilização contribua com mudanças de atitude e sensibilize segmentos da iniciativa pública e privada para que deem muito mais atenção a esta questão. Finalmente, todas as comunidades envolvidas na proteção da vida (AVAAZ.org, 2012).

Em fevereiro de 2012, além de caminhadas e mostra pedagógica houve coleta de assinaturas em prol da revitalização no supermercado ideal e na Praça da Bandeira, para a petição organizada pelos atores da revitalização.

Em 04 de junho de 2012 o projeto da UFCG na pessoa do coordenador, o Profº Fernando Garcia, realizou a III caminhada em prol da revitalização do Riacho das Piabas e contou com a presença de diversos parceiros. A IV caminhada ocorreu no dia 17 de junho de 2012.

Em setembro de 2012, o então deputado estadual e candidato à prefeitura de Campina Grande Guilherme Almeida realmente anunciou que a revitalização seria um desafio para a sua gestão e que um estudo técnico seria feito, o qual envolveria os ambientalistas, as universidades e a sociedade civil organizada (PB1, 2012).

Em 22 de setembro do mesmo ano o Jornal da Paraíba noticiou a realização de uma trilha com 80 crianças pela mata do Louzeiro, organizada pelo Projeto Universidade Cidadã, da UFCG. Esta constitui-se em mais uma tentativa de chamar a atenção tanto do poder público como dos comunitários e sociedade em geral para a problemática de poluição existente na região e, sobretudo nas únicas nascentes de água doce da cidade de Campina Grande.

Outras ações em prol da revitalização:

A UEPB também está promovendo uma comemoração ao dia, mas que se estenderá pela próxima semana. Segundo a UEPB, 800 mudas ficarão à disposição da população no batalhão do Exército, no bairro da Palmeira, e mais 150 na Embrapa Algodão, no Centenário. Outro projeto intitulado “Um Poema em cada Árvore”, também vai mobilizar a sociedade, através de uma iniciativa à leitura com a utilização das árvores como suporte. O evento vai acontecer no campus da UEPB e nas praças da Bandeira, Clementino Proença e Antônio Pessoa (ALENCAR, 2012).

O grupo reúne-se regularmente e sempre convida potenciais parceiros para se fazerem presentes aos encontros. Nestas reuniões são planejadas as ações futuras, os próximos avanços em direção à revitalização do Riacho das Piabas.

Em abril de 2011, em reunião com diversos atores, dentre eles, UFCG, igreja, Conselho de Meio Ambiente e outros, o Frei Hermano afirmou que o saneamento básico e a questão do lixo são as mais preocupantes para as comunidades e que seria necessária a adoção de medidas práticas imediatamente. Além disso, foi entregue um abaixo-assinado com mais de 200 assinaturas como forma de iniciativa popular pela revitalização. Estas assinaturas seriam repassadas, em audiência pública para o Ministério Público.

Durante a reunião ainda foram anunciados o mutirão de limpeza do riacho e um mutirão para a plantação de mudas cedidas pelo horto florestal. Ainda nessa reunião, foi ressaltada a importância de dar-se continuidade à Ação Civil Pública estabelecida e definiu-se como próximos passos:

1) Para firmar contatos com o Professor Daniel Duarte, com o Padre Acírio, o Bispo Don Jaime e, o Poeta Manoel Monteiro, buscando apoio e suas participações na próxima reunião; 2) comunicar a assessoria de imprensa da UFCG as ações do movimento; 3) construir arquivo na escola para disponibilizar a memória das assembleias e documentos afins; 4) facilitar a visita das escolas a trechos do Riacho Piabas familiarizando-os com a região e sua realidade; 5) dar importância para a comunidade fazer seus depoimentos no início dos trabalhos. (MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO DE REVITALIZAÇÃO, 2011).

Ainda em 2011, o tema da campanha da Fraternidade (“Fraternidade e a vida no planeta”; e com o lema “A Criação geme em dores de parto” - Ver Apêndice B) veio a somar e reforçar as ações pela revitalização.

Nestas reuniões, algumas delas realizadas na Escola Luzia Dantas, os professores e professoras das escolas eram convidados a participar e participaram.

Na memória da reunião do dia 10 de maio de 2011 foi registrado que a representação solicitaria a presença da CAGEPA e da Prefeitura de Campina Grande para discutirem a questão do esgoto e lixo, respectivamente. Foi falado ainda que a prefeitura e a câmara estavam sensibilizados com a questão dos carroceiros e que o papel das escolas seria fundamental na conscientização dos pais dos alunos.

Em 2011 o grupo da articulação foi formado (componentes). Na primeira reunião de 2012 (19 de janeiro), registrou-se a presença de 20 membros das comunidades. Nesta reunião os comunitários colocaram em debate a questão da

proximidade com as chuvas e as possíveis consequências. Solicitaram encaminhamento e o vereador Antonio Pereira agendou reunião com o pessoal da Secretaria de Planejamento Municipal.

Em setembro de 2011, Auriberta Cardoso, moradora das imediações e participante do grupo de revitalização apresentou o poema de sua autoria sobre o Riacho das Piabas (Ver Apêndice F). O poema faz um resgate histórico sobre a situação, clama pela participação e integração de vários parceiros, ressalta a importância daqueles que foram pioneiros, agradece, fala das belezas que estão sendo perdidas, do crescimento urbano desordenado e finaliza com aquilo que nos faz lembrar o artigo 225 da Constituição:

*Todos os segmentos da sociedade
Precisam se envolver
Sejam autoridade ou povão
Todos devem perceber
Que o grito é da natureza
Clamando de forma lamentável
Para cuidarmos da mãe terra
Isso é bem agradável
Pois cuidar dessas nascentes
É uma atitude louvável
E Campina Grande pode se tornar
Uma cidade sustentável*

(TRECHO DO POEMA RIACHO DAS PIABAS. (ROCHA, 2011))

Em novembro de 2011 foi realizada a competição “Ladeira Abaixo” (ver Apêndice C) no Parque do Povo. Na competição, a UFCG, parceira pela revitalização, participou com o carro em forma de piaba para chamar a atenção da sociedade na busca pela revitalização do riacho.

Em março de 2012 ocorreu a segunda reunião do ano na escola Luzia Dantas. Na ocasião, o coordenador da Defesa civil de Campina Grande afirmou: “Ao longo do tempo as administrações não têm percebido a expansão desses problemas e têm se mostrado impotentes em solucioná-los. Mas, estamos aqui para somar” (DEFESA CIVIL, 2012).

O representante da EMBRAPA sugeriu que fossem aplicados questionários com fins de conhecimento das demandas mais urgentes a serem atendidas. Foi sugerida uma caminhada de 6 km em prol da revitalização e ainda que a área fosse incluída no roteiro turístico de Campina Grande. Neste momento, o Frei Hermano indagou sobre os benefícios que estas medidas trariam para as comunidades.

Foi unânime que o poder público deveria assumir suas responsabilidades quanto à situação da área. Algumas ações que se sucederam: organização e realização das caminhadas, visita ao olho d'água, mostra pedagógica/gincana das escolas (Luzia Dantas, Frei Dagoberto e Luiz Couto) com a temática “Revitalização de nosso Riacho das Piabas” e, busca por apoio do grupo São Braz e da Fiep – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba.

Em *e-mail* enviado (15.11.2011) aos parceiros da articulação, posterior à realização da gincana supramencionada que obteve êxito, Veneziano Guedes afirmou com veemência que 95% dos campinenses desconhece que, a menos de 2 km do centro e da Praça da Bandeira existe uma reserva urbana tutelada por lei e que esta vive um conflito em torno de suas nascentes, fauna e flora.

Já em 2013, foi realizado o encontro com a comunidade (ver Apêndice E) com o Tema “Grito das Piabas”. A reunião contou com a presença de alunos, a gestora da escola Frei Dagoberto entre outros. Houve ainda a apresentação de vídeos, a apresentação de depoimento de moradoras, assim como as ações que vem sendo realizadas pela articulação.

A ação mais recente do grupo de articulação foi em 17 de junho de 2013 quando os representantes das comunidades entregaram uma carta ao atual prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues.

Nós, representantes das comunidades dos bairros da Conceição e do Alto Branco, integrantes da Articulação pela Revitalização do Riacho das Piabas, vimos respeitosamente junto ao novo governo municipal para dar a conhecer nossos problemas na expectativa que sejam tomadas as devidas providências a favor da vida, da saúde e da segurança do povo das comunidades (CARTA ENTREGUE AO PREFEITO DE CAMPINA GRANDE, 2013).



Figura 16. Prefeito de Campina Grande “dando o visto” na documentação entregue pela comunidade na reunião de 17 de junho de 2013.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2013. (Ver Apêndice H)

O documento (a carta) traçou um histórico do problema e relatou as ações que o projeto vem desenvolvendo:

Nos três últimos anos, as questões suscitadas pela preservação dos riachos e das condições de vida da população motivaram a realização de diversas atividades nas escolas, manifestações nas margens do riacho, caminhadas ecológicas em seu trecho, além de ampla divulgação pelos meios de comunicação de massa. Apresentamos a seguir uma síntese do que foi realizado: Reuniões regulares no colégio Luzia Dantas e na paróquia São Francisco; Vias Sacras realizadas às margens do canal com temas ecológicos: Atividades realizadas nas escolas: mostras pedagógicas, feira de ciências, Dia da Amazônia (em parceria com o 31º Batalhão do Exército), Dia Mundial de Combate à Seca e à desertificação, dentre outras; Caminhadas ecológicas: Mutirão para limpeza do canal. Houve participação da PMCG; Caminhadas às margens do canal. Manifestações com participação das crianças, lideradas pelas escolas municipais, e parceria com outras entidades; Atividade coletiva: plantio de árvores às margens do riacho (no trecho urbanizado); Participação na corrida “Ladeira abaixo”, promovida pela UFCG; Participação em uma gincana com o tema do Riacho das Piabas; Atividades em Praça Pública; Abaixo assinado pela Internet; Primeiro Grito das Piabas; Trabalhos acadêmicos feitos nas universidades (CARTA ENTREGUE AO PREFEITO DE CAMPINA GRANDE, 2013).

Na ocasião do encontro do dia 17 de junho de 2013, o prefeito conversou com alguns moradores e assegurou que estaria tomando algumas providências imediatas, como a garantia de uma casa para uma moradora que há anos vem sofrendo com a situação de poluição da região e que, atualmente está acometida de câncer. Ainda durante o encontro foi apresentado “O Grito das Piabas” (ver

Apêndice E) que fala sobre a importância da continuidade da luta e que é preciso continuar “gritando”.

4.2.1 Atores da articulação

Como a Articulação Institucional conta com vários integrantes (representantes das comunidades, escolas municipais Luzia Dantas, Luiz Gomes e Frei Dagoberto, Paróquias de São Francisco e Santa Rosa, Curadoria do Meio Ambiente, Colégio Autêntico, EMBRAPA, ONG Jovens Ambientalistas, ONG Nova Consciência, 31º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército, Projeto Universidade Cidadã – UFCG, UEPB, Supermercado Ideal entre outros) e por questões de limitações inerentes à pesquisa (dificuldade no contato, problema com deslocamentos), quanto à aplicação de questionários e realização de entrevistas, priorizou-se um contato maior com os comunitários moradores e não moradores, com a comunidade escolar – educadores e educandos, com profissionais da Unidade de Saúde da família e com a EMBRAPA. Os dados e informações sobre os demais atores participantes e não participantes – parceiros como o Ministério Público e outros - da articulação foram coletados por meio de fontes secundárias, assim como por meio da própria vivência na área, com o problema e com estes parceiros de articulação.

Dito isto, apresentamos abaixo o quadro 3 com os atores:

Atores/Comunidades	
ASM Ator Social Morador	Rosa Mística
	Louzeiro
	Jardim Menezes
	Jardim Continental
	Alto Branco/Conceição/Bairro das Nações (Adjacências)
ASEs Ator Social Estudante	Estudantes
ASE Ator Social Educador	Educadores das escolas parceiras
ASNM Ator Social Não Morador	Conhecem ou Trabalham na área (possuem algum tipo de relação/interação)

ASG Ator Social Governamental	Secretaria de serviços urbanos – Departamento de Obras; Coordenação de Defesa Civil; Coordenação do Setor de EA da Secretaria de Serviços Urbanos – setor de EA; USF – Unidade de Saúde da Família SEPLAN – Secretaria de Planejamento
ASP Ator Social Parceiro	EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Igreja São Francisco – Frei José Hermano Gestor(a) das escolas

Quadro 3. Atores entrevistados.

4.2.2 CARACTERIZAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS ATORES COMUNITÁRIOS

4.2.2.1 Moradores da Rosa Mística

É uma comunidade localizada no bairro do Louzeiro. Este bairro possui características rurais.

[...] a Rosa Mística surgiu em meados da década de 1950, inicialmente com o arrendamento e loteamento do terreno (antes ocupado por matas e reservatórios de água), pertencente à família Cassiano, que já residia no bairro antes mesmo do chamado “Buraco da Jia” ser construído, e posteriormente com a construção de pequenas casas de taipa. Constata-se que o espaço que compreende a Rosa Mística passou a ser habitado por famílias oriundas, sobretudo de outras cidades do interior da Paraíba, como Patos, Esperança e Lagoa Seca. Ainda nessa década as primeiras residências foram construídas e com o passar do tempo parte do terreno que não foi ocupado por moradores passou a pertencer à prefeitura de Campina Grande, devido à falta de pagamentos de impostos por parte dos antigos proprietários (ARAÚJO e SARAIVA, 2010, p.2).

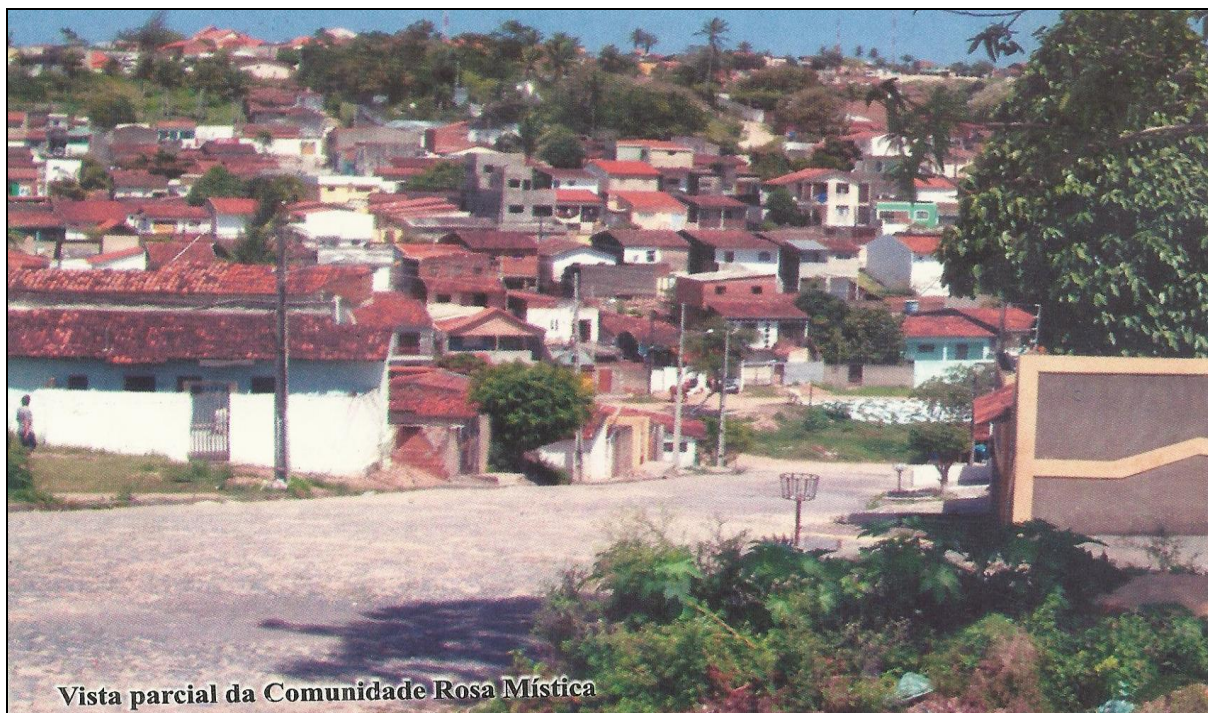


Figura 19. Vista parcial da Comunidade Rosa Mística

Os entrevistados, em grande maioria, foram indivíduos do sexo feminino, representando 63,7% (Gráfico 1).

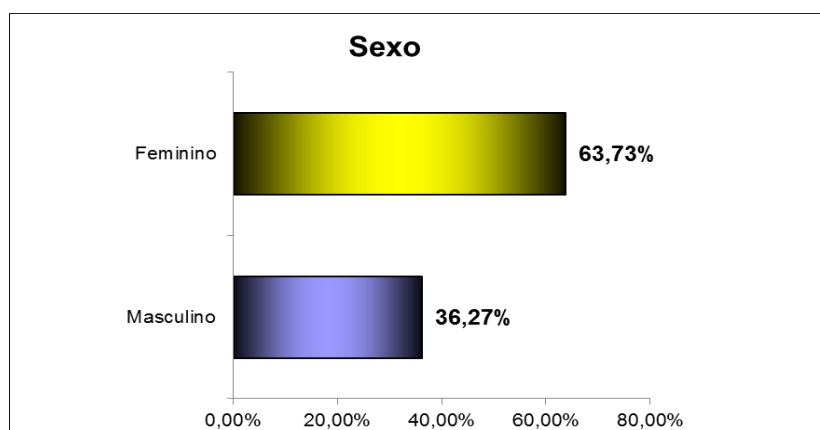


Gráfico 1. Sexo dos entrevistados da comunidade Rosa Mística.

Quando à idade, buscou-se priorizar a diversidade tendo em vista à possibilidade de várias visões ou sentidos e experiência com a situação de cada grupo. A maior parte dos entrevistados constitui um público jovem (se somarmos a quantidade de cidadãos que possuem idade até 20 anos mais a quantidade de indivíduos que possuem de 21 a 30 anos).

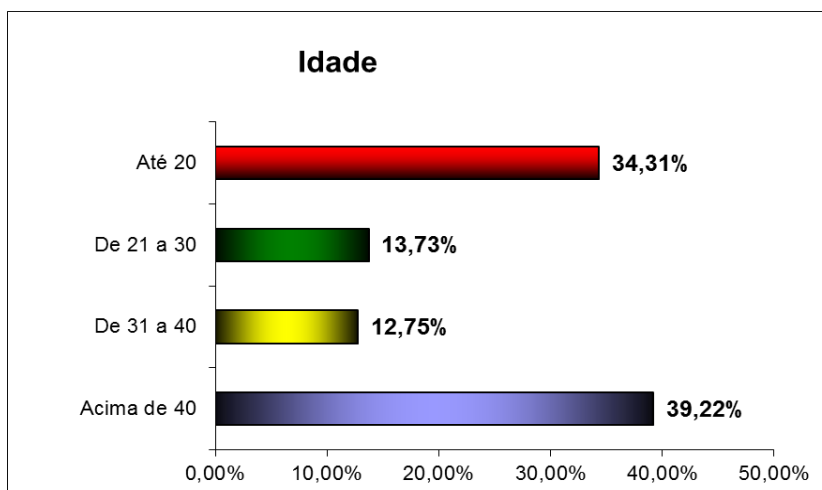


Gráfico 2. Idade dos entrevistados da comunidade Rosa Mística.

Por outro lado, percebeu-se que 39,2% dos entrevistados possuem mais de 40 anos.

Constatou-se que mais da metade (53,9%) dos cidadãos são solteiros ou casados (29,4%).

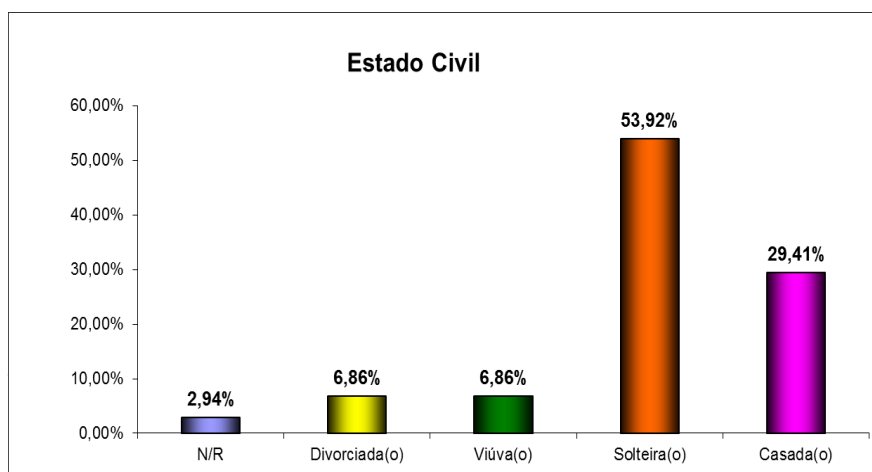


Gráfico 3. Estado Civil dos entrevistados da comunidade Rosa Mística.

Quanto à escolaridade, os cidadãos entrevistados da comunidade Rosa Mística cursam ou só possuem até o Ensino Fundamental (67,6%) enquanto que apenas 1,9% cursam ou já possuem Ensino Superior.

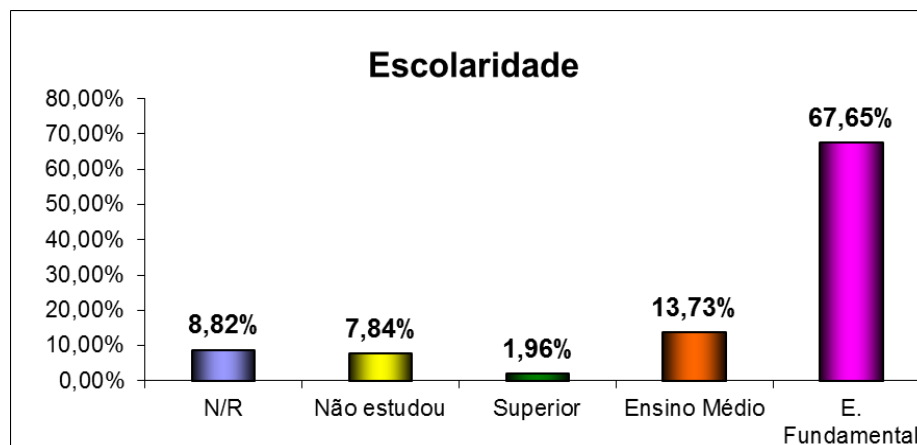


Gráfico 3. Escolaridade dos entrevistados da comunidade Rosa Mística.

Perguntados sobre suas ocupações diárias, 32,3% responderam que são comerciantes, catadores, agente de saúde, ambulante, agricultor, serviços gerais, armazenista, ajudante de pedreiro, pintor, refrigerador, dono de fiteiro, motorista, empresário (padaria), entre outros.

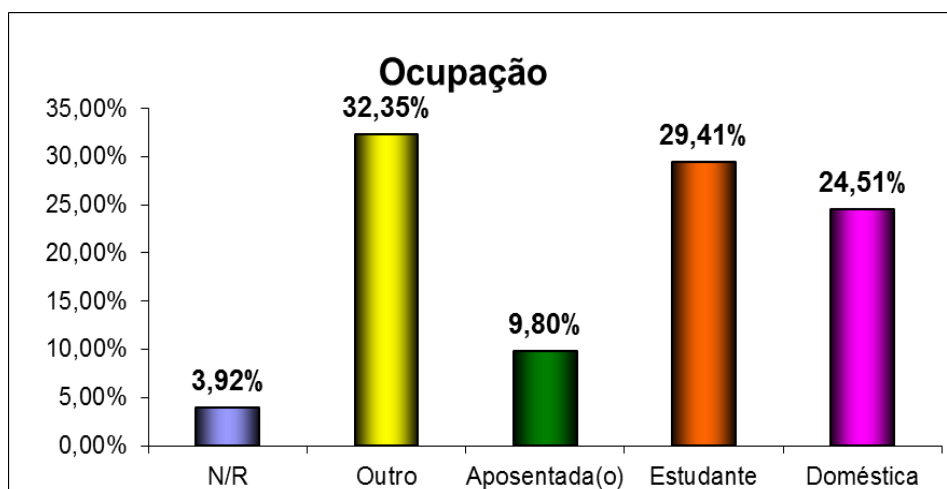


Gráfico 4. Ocupação dos entrevistados da comunidade Rosa Mística.

Chama atenção a quantidade de mulheres que se declararam como domésticas (24,5%). Os estudantes são o segundo grupo de maior expressão, com 29,4%.

Para compreender os aspectos econômicos dos entrevistados, além de sua ocupação sentiu-se a necessidade de perguntar seu rendimento médio mensal: quase a metade (48%) deles respondeu que percebem mensalmente até um salário mínimo (R\$ 678,00). No entanto, pelas respostas, muitos deles não chegam a receber um terço do valor do salário mínimo. Aqueles que trabalham no comércio

recebem, mas muitas das donas de casa e outros que recebem o benefícios do Programa Bolsa Família recebem bem menos que R\$ 678 reais.

Outra questão interessante é que quase 20% (19,6%) afirmaram que não possuem renda alguma. Compreendem este grupo algumas donas de casa, estudantes ou desempregados.

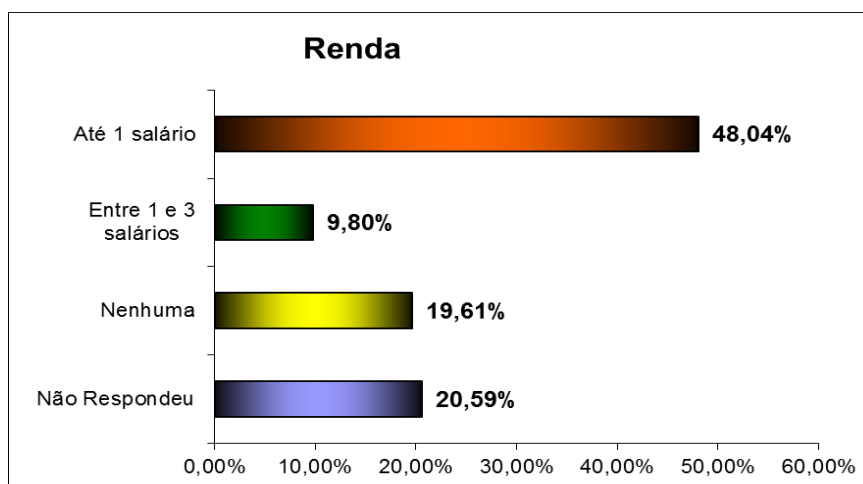


Gráfico 4. Renda dos entrevistados da comunidade Rosa Mística.

Buscando compreender o grau de envolvimento e vontade política com as questões sociais e ambientais não apenas referente ao problema vivenciado, mas aos problemas em geral, perguntou-se aos cidadãos se tinham algum tipo de participação comunitária, envolvimento em algum grupo, ONG, associação etc. Verificou-se que apenas 14,7% tem algum tipo de participação.

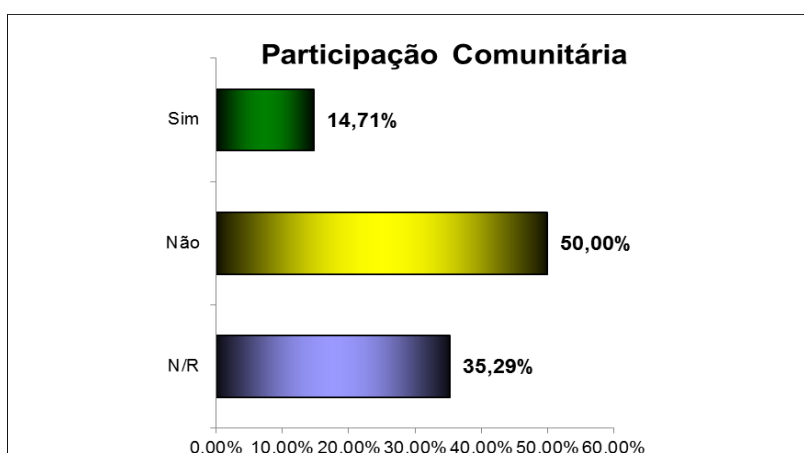


Gráfico 5. Participação dos entrevistados da comunidade Rosa Mística.

Observando a figura 18, percebemos que os entrevistados da comunidade Rosa Mística moram, em sua maioria (73,5%), há mais de 3 anos no local: alguns afirmaram que moram há 10, 15 ou até 20 anos na comunidade. Apenas 2,9% responderam que moram há menos de 1 ano.

Eles moram em casas próprias (58,8%) e, é por isso que muitos afirmam que ainda não saíram de lá, pois o motivo principal, segundo o que afirmaram é possuírem casa própria. Se morassem de aluguel, como outra parcela de 12,7%, já tinham saído.

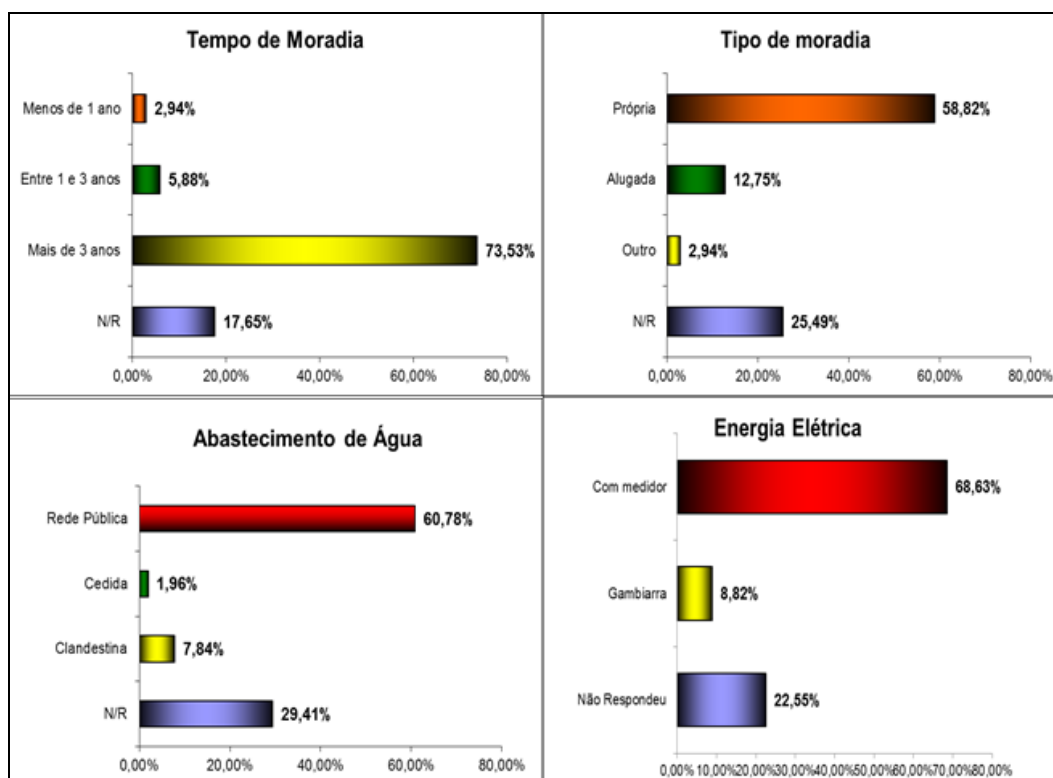


Figura 20. Condições de moradia dos entrevistados da comunidade Rosa Mística

Tanto o abastecimento de água como o de energia elétrica, respectivamente 60,7% e 68,6%, se dão de forma regular. A forma clandestina ou “gambiarra” foi assumida por 7,8% e 8,8%, respectivamente.

Quanto à eliminação dos dejetos (Figura 21), 43,1% afirmou que é feita por meio do canal ou riacho, enquanto que apenas 29% afirmou que é por meio da rede pública de esgoto e 0,9% afirmou que os dejetos seguem para a rua.

O destino do lixo dos respondentes é a coleta pública (73,5%), muito embora alguns deles digam que colocam na rua ou na esquina para que o carro leve. Quanto às instalações sanitárias 67,6% afirmaram que são individuais (cada casa possui a sua).

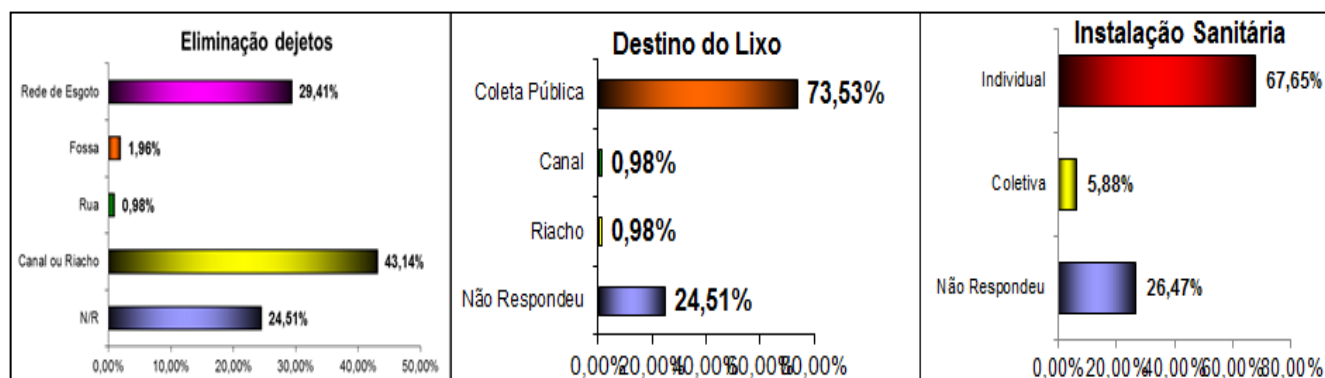


Figura 21. Condições de moradia dos entrevistados da comunidade Rosa Mística.

4.2.2.2 Moradores do Louzeiro

O Louzeiro é o bairro que abriga a comunidade Rosa Mística. Este bairro também é conhecido como sítio devido à presença de uma flora e fauna características.

Os cidadãos entrevistados foram, em sua maioria, do sexo feminino (82,3%) e casados (58,8%).

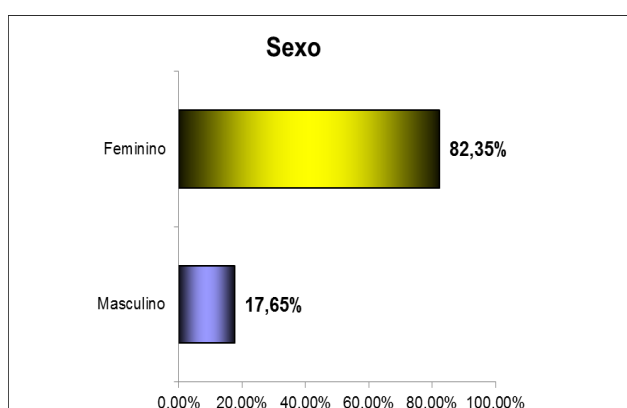


Gráfico 6. Sexo dos entrevistados da comunidade Louzeiro

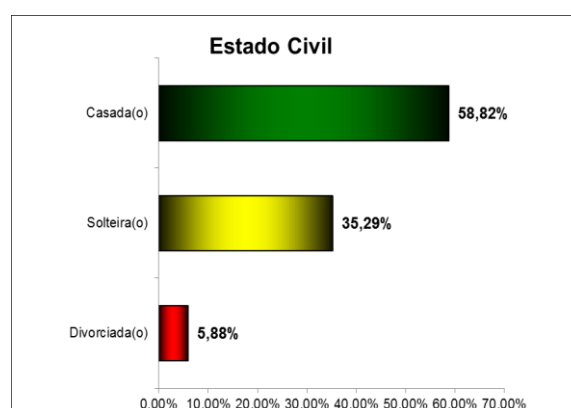


Gráfico 7. Estado civil dos entrevistados da comunidade Louzeiro

Mais da metade (52,9%) dos cidadãos entrevistados cursam ou já cursaram apenas o ensino médio (Gráfico 8). Nenhum dos entrevistados possui nível superior e 5,8% não estudou.

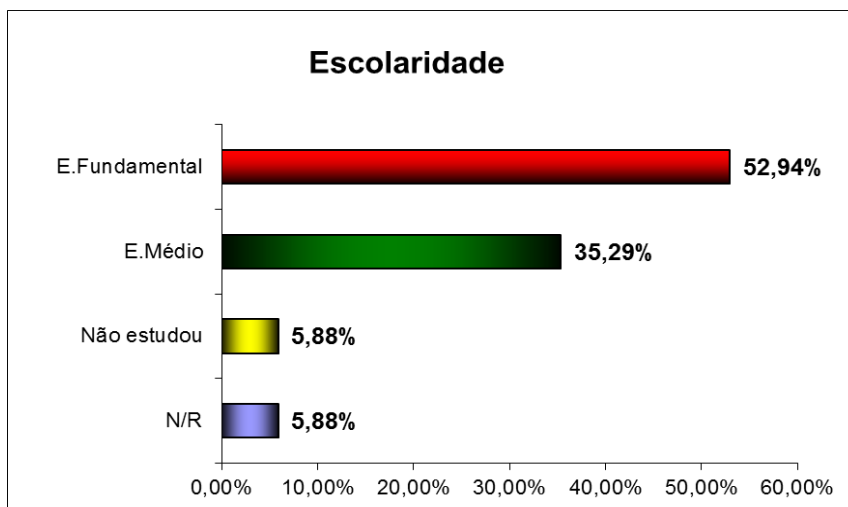


Gráfico 7. Escolaridade dos entrevistados da comunidade Louzeiro

Os respondentes ocupam-se, principalmente com os serviços domésticos, e por isso, se definiram como domésticas (47%). Outros afirmaram ser diarista, vigilante, comerciante.

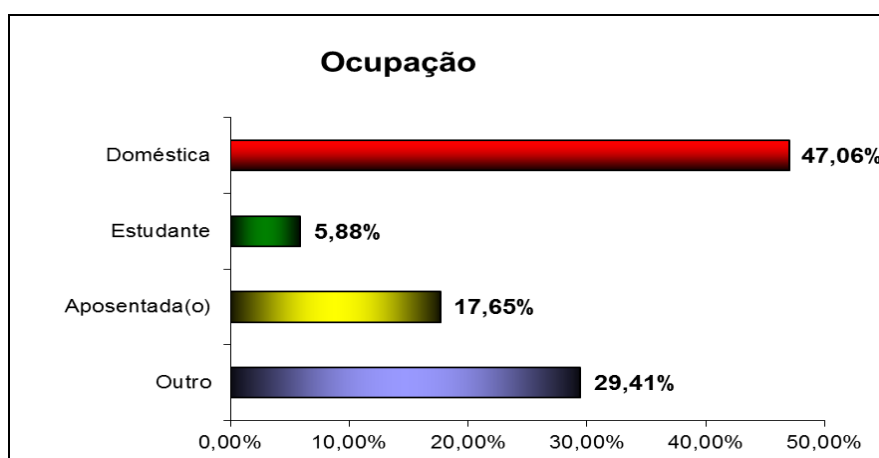


Gráfico 8. Ocupação dos entrevistados da comunidade Louzeiro

Os que recebem (Gráfico 9) mensalmente geralmente (58,8%) é menos que um salário mínimo. Segundo uma cidadã entrevistada, sua renda é de R\$ 166 reais provenientes do benefício Bolsa Família do Governo Federal. Para 5,8% deles não há renda.

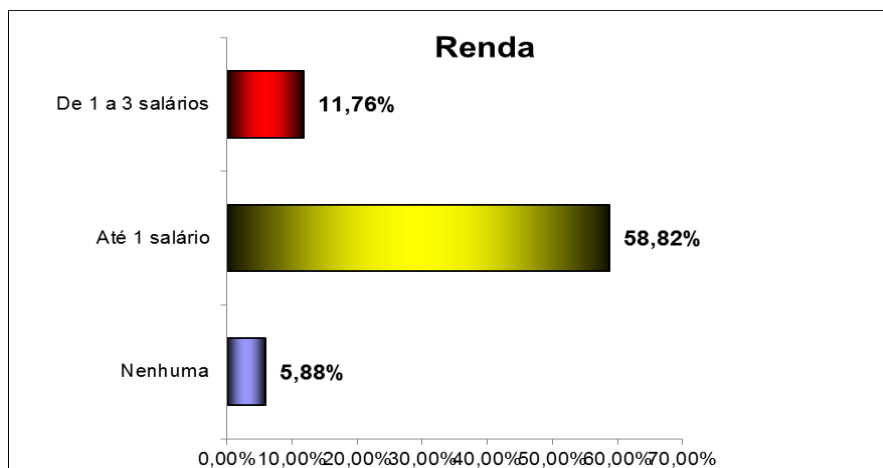


Gráfico 9. Renda dos entrevistados da comunidade Louzeiro

Perguntados se participavam de alguma organização comunitária (Gráfico 10) 100% daqueles que responderam (o que equivale a 76,4%, do total entrevistado) afirmaram que não exerciam participação comunitária.

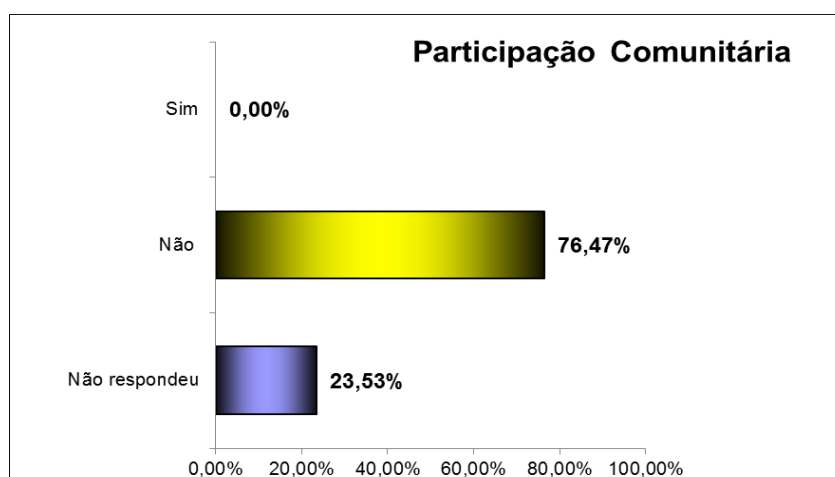


Gráfico 10. Participação dos entrevistados da comunidade Louzeiro

Os cidadãos do Louzeiro (76,4%) moram há mais de 3 anos no local. Pelo menos 3 respondentes afirmaram que moram há 45 anos e outros 3 afirmaram que moram há, pelo menos, 20 anos no bairro.

A moradia é própria para 64,7% deles e alugada para 23,5%. Tanto o abastecimento de água (88,2%) como de energia elétrica (94,1%) é feito por meio das concessionárias responsáveis. 5,8% deles respondeu que o abastecimento de água se dá de forma clandestina.

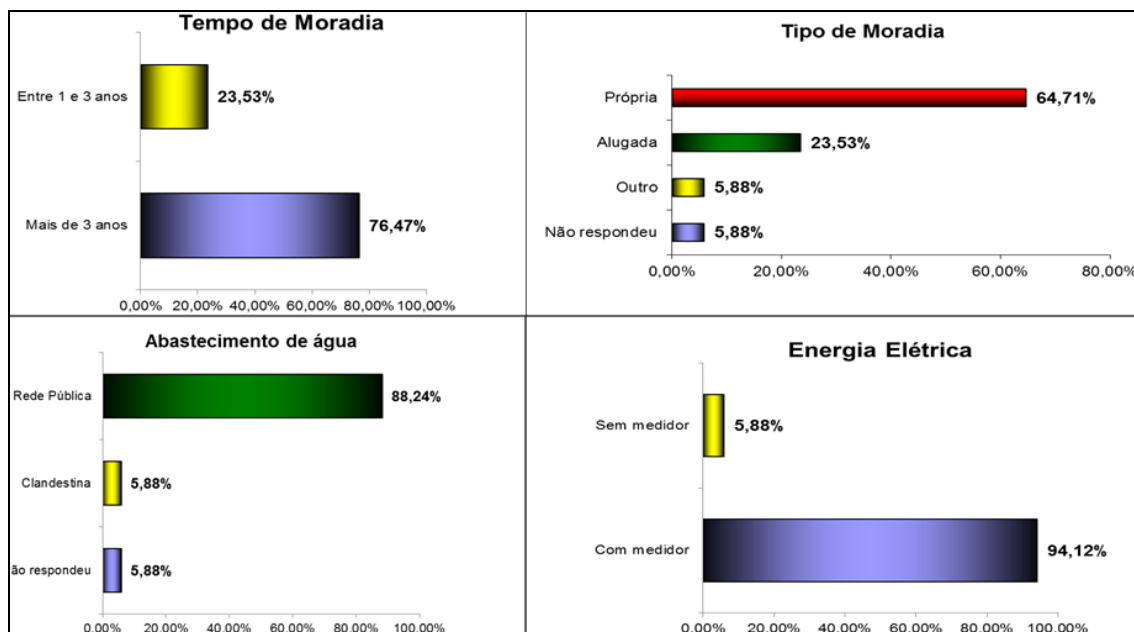


Figura 22. Condições de moradia dos entrevistados da comunidade Louzeiro

As demais condições de moradia (Figura 23) são as seguintes: 94,1% das residências possuem instalações sanitárias individuais enquanto que 5,8% possuem instalações coletivas.

Eliminação dos dejetos, segundo os entrevistados, é feita pelo riacho das Piabas (70,5%), pela rede pública de esgotos (17,6%) ou, ainda pela canal das Piabas (11,7%).

O destino do lixo geralmente é a coleta pública ou os coletores para 82,3%. Outra opção é compreender que o “mato” é lugar de jogar lixo e, então acabam jogando no mato (5,8%). Além disso, alguns deles (5,8%) afirmaram que queimam o lixo, o que compromete ainda mais a saúde dos próprios comunitários, além dos outros problemas de poluição existentes.

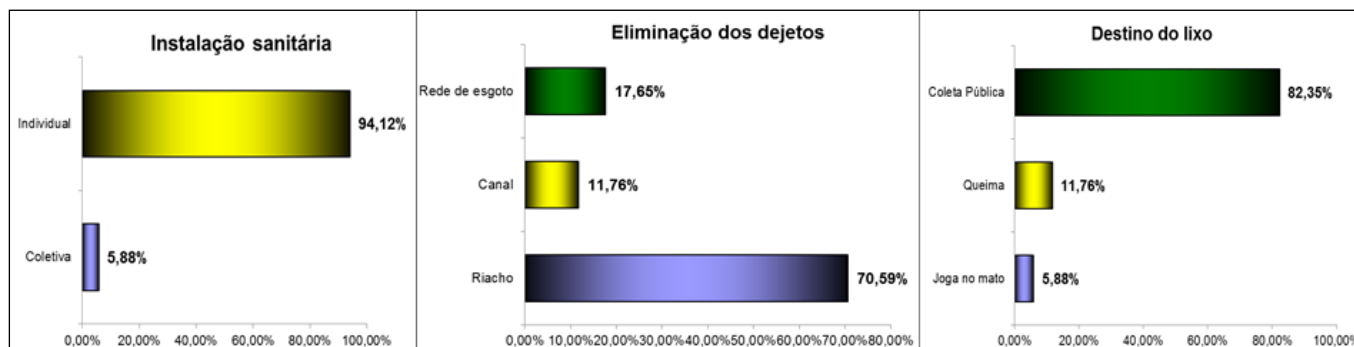


Figura 23. Condições de moradia dos entrevistados da comunidade Louzeiro

4.2.2.3 Moradores do Jardim Menezes



Figura 24. Vista parcial do Jardim Menezes

Os entrevistados do Bairro Jardim Menezes também são, em maioria, mulheres (53,5%), mas apresenta certo equilíbrio, pois a quantidade de homens entrevistados é quase a metade do total (46,4%).

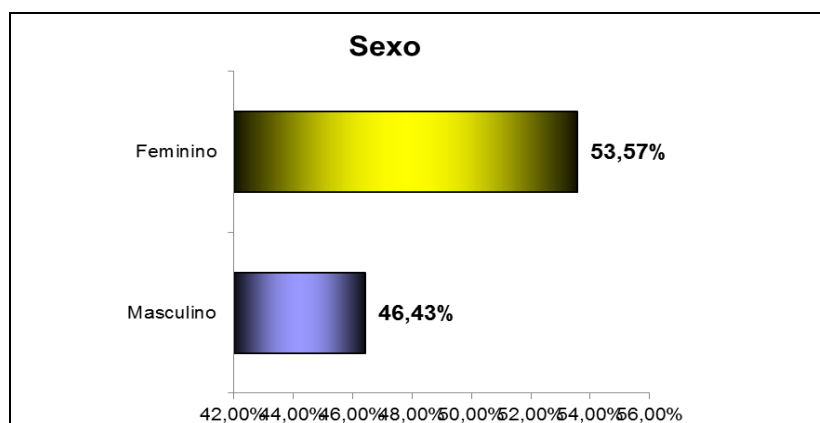


Gráfico 11. Sexo dos entrevistados da comunidade Jardim Menezes

Quanto à idade: 42,8% possuem até 20 anos. Neste grupo, estão incluídas crianças estudantes. 25% possuem mais de 40 anos de idade.

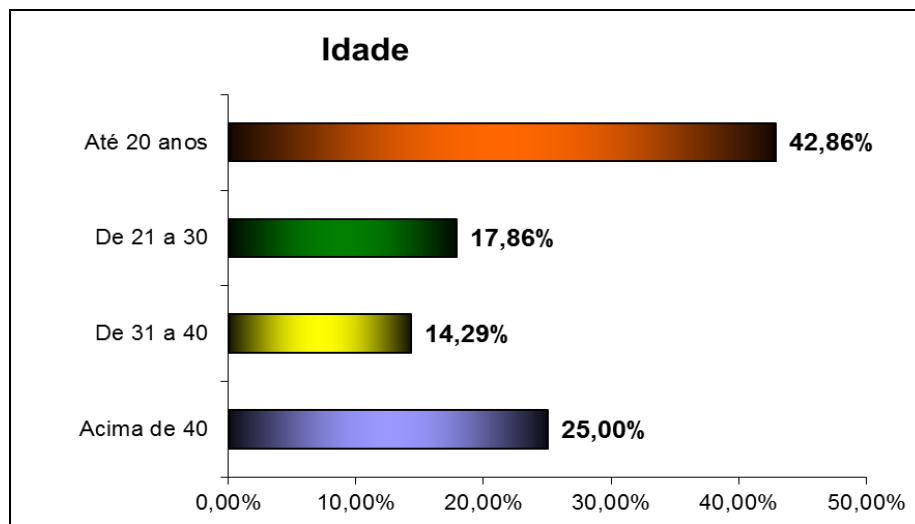


Gráfico 12. Idade dos entrevistados da comunidade Jardim Menezes

Mais da metade dos respondentes são solteiros (53,5%). Os casados somam 39,2% e os viúvos, 7,1%, conforme o gráfico 13:

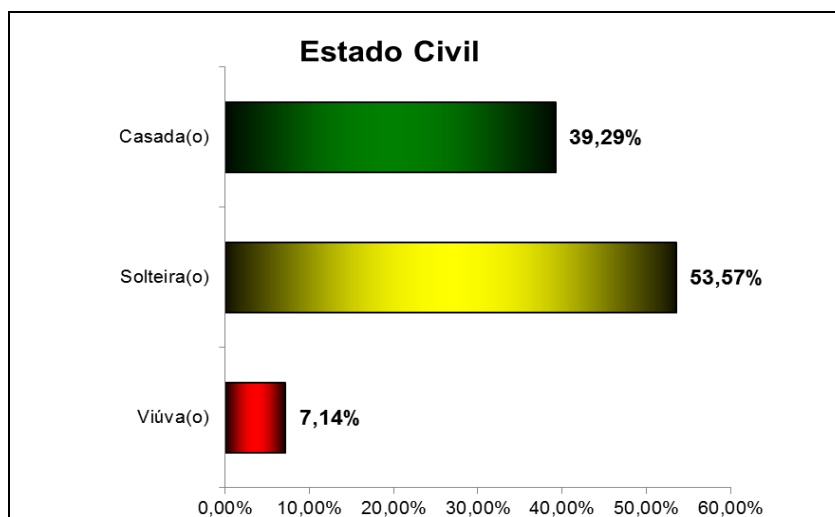


Gráfico 13. Estado Civil dos entrevistados da comunidade Jardim Menezes

O Ensino fundamental é o nível de escolaridade médio do bairro, com 64,2%. Observando este valor e comparando-se com as idades dos respondentes, percebe-se que alguns desses estão fora da faixa de idade escolar ou cursaram até este nível de ensino. Cursam ou cursaram nível superior 3,7% e o dobro deste valor não estudou, conforme o gráfico 14:

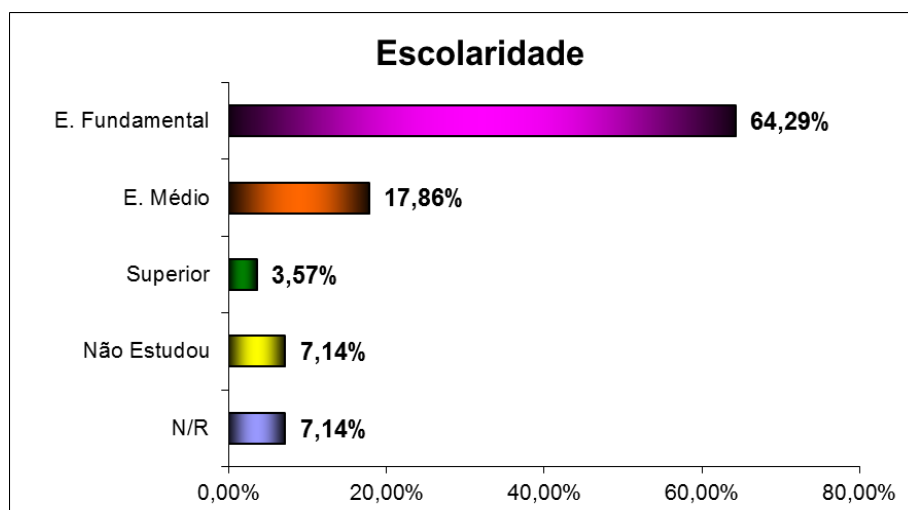


Gráfico 14. Escolaridade dos entrevistados da comunidade Jardim Menezes

Estudar é a maior ocupação dos moradores entrevistados do Jardim Menezes, com 42,8%, seguida pelos cidadãos que se ocupam com as atividades domésticas (32,1%), pelo expressivo número de aposentados (17,8%) e por aqueles que se ocupam de outra forma: empresário, comerciante, faxineiro ou até desempregado.

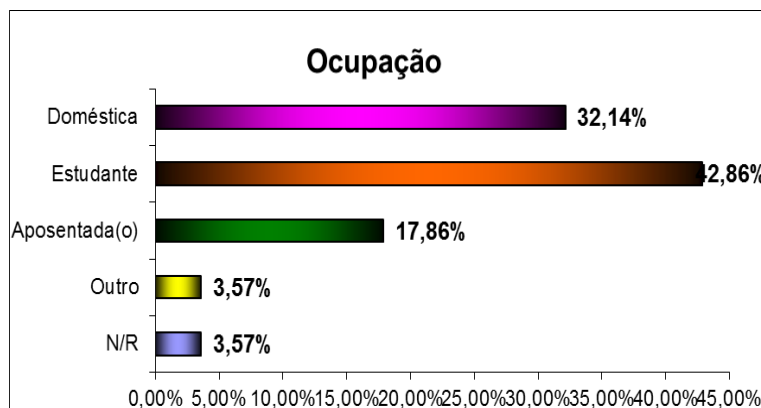


Gráfico 15. Ocupação dos entrevistados da comunidade Jardim Menezes

Embora a maioria dos entrevistados tenha se declarado estudante, 39,2% dos entrevistados, dentre os que responderam à questão, possui algum tipo de renda, sendo que 25% tem renda média mensal de até 1 salário mínimo. Outros 25% declararam que não possuem renda alguma e 3,5% afirmaram que possuem mais de 3 salários. Estes integram o grupo dos que responderam que possuem outra ocupação, no gráfico anterior.

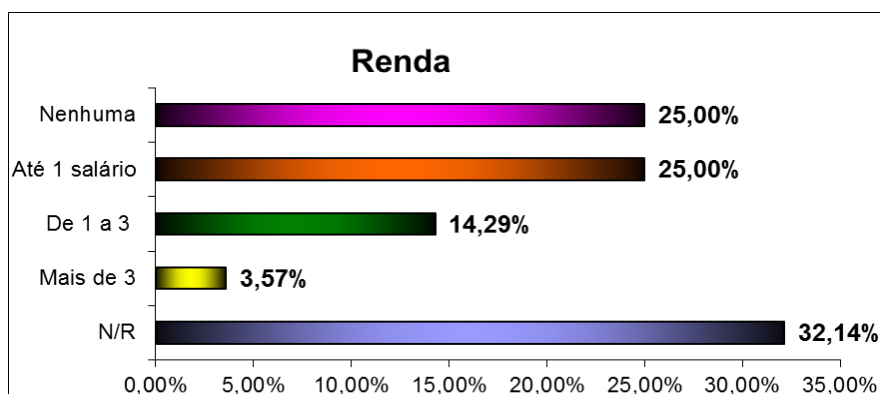


Gráfico 14. Renda dos entrevistados da comunidade Jardim Menezes

No que tange ao engajamento comunitário, dentre os que responderam à questão, 35% afirmou que não participa enquanto que 7,14% participa em algum sentido, de ações de interesse comunitário. Sem dúvida, os poucos que se declararam participantes tem grande contribuição e importância no processo de revitalização.

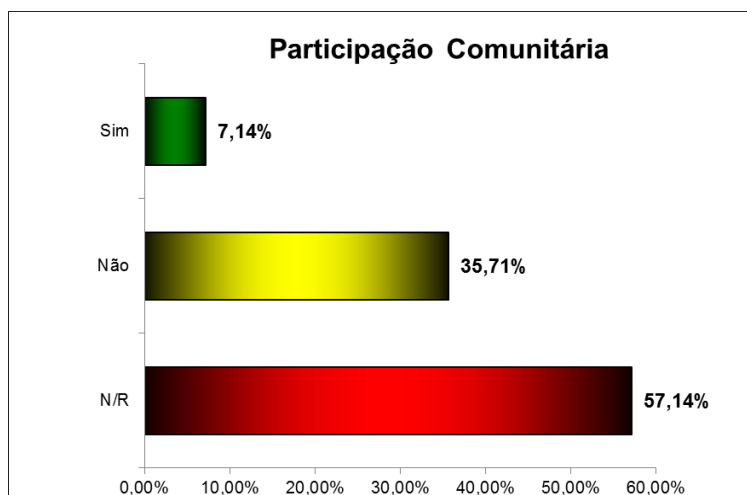


Gráfico 17. Participação dos entrevistados da comunidade Jardim Menezes

Os cidadãos moram no bairro há mais de 3 anos (53,5%) – alguns deles moram há 20, 30 ou 40 anos no bairro.

Quanto ao tipo de moradia, assim como tem sido nas demais localidades, a maior parte mora em imóvel próprio e apenas 7,1% dos que responderam, moram em imóveis alugados, conforme Figura 25:

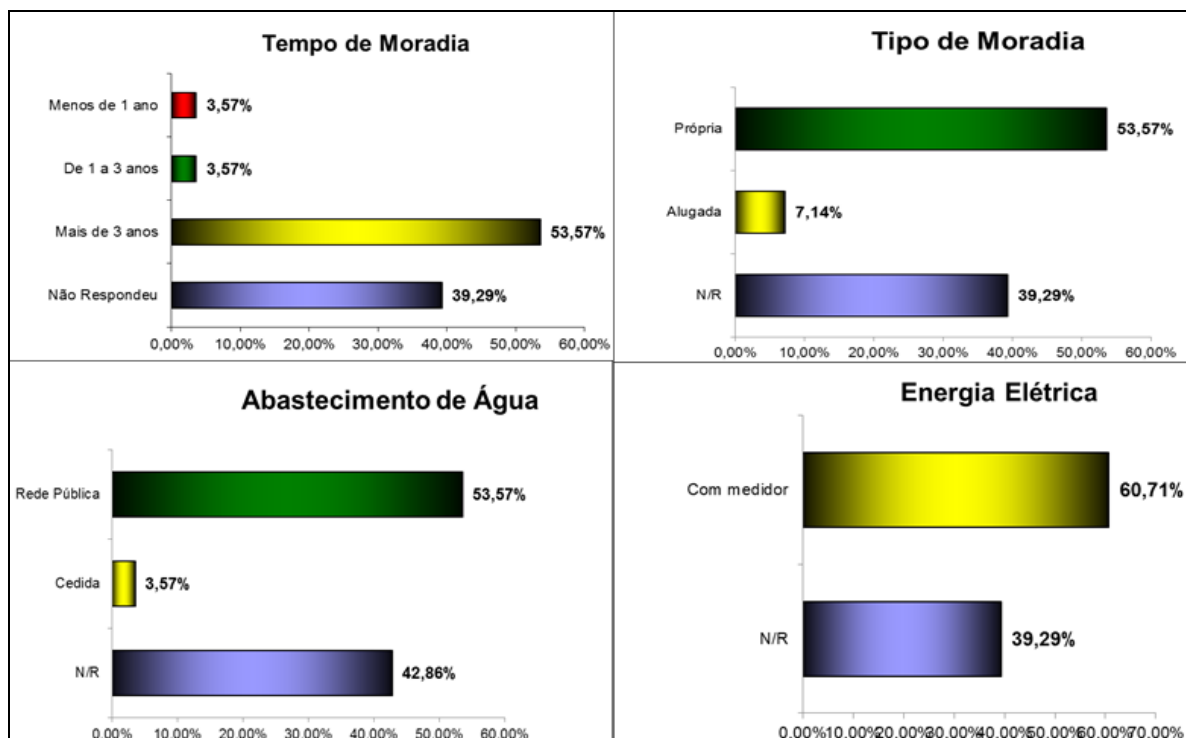


Figura 25. Condições de moradia dos entrevistados da comunidade Jardim Menezes

O abastecimento de água (53,5%) e o abastecimento de energia (60,7%) se dão de forma regular, “rede pública” e “com medidor”.

As instalações sanitárias são individuais (53,5%) e a eliminação dos dejetos se dá, majoritariamente via riacho das Piabas (32,1%), em seguida fossa séptica (14,2%) e rede de esgoto, com apenas 7,1%.

Quanto ao destino do lixo: 42,8% afirmam que é a coleta pública o destino final enquanto que 17,9% (somando os itens) afirmaram que queimam, jogam no “mato” ou no canal o lixo produzido diariamente, conforme Figura 26, abaixo:

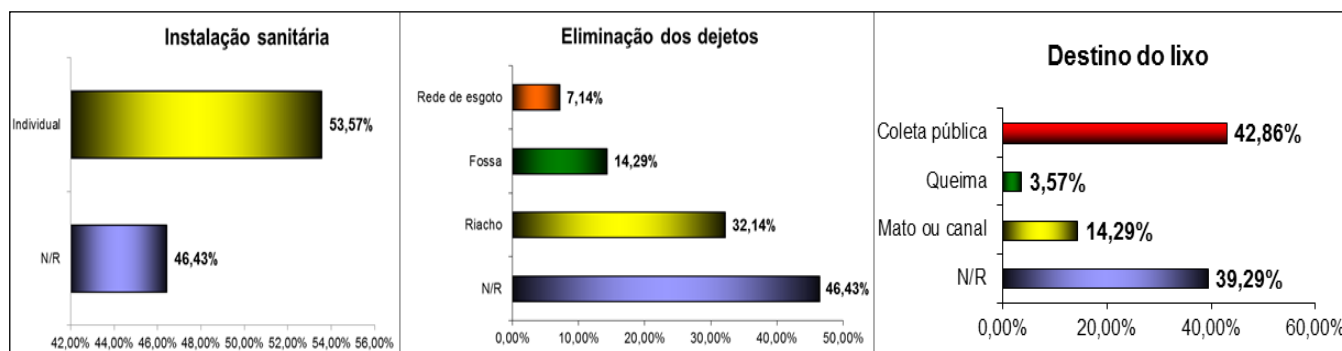


Figura 26. Condições de moradia dos entrevistados da comunidade Jardim Menezes

4.2.2.4 Moradores do Jardim Continental

Os cidadãos respondentes do bairro Jardim Continentais são do sexo feminino, em sua maioria (60,9%) enquanto que os homens somaram 39%.

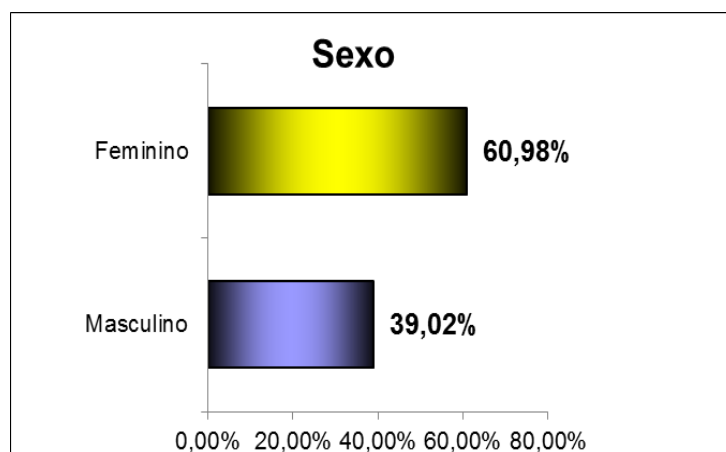


Gráfico 18. Sexo dos entrevistados da comunidade Jardim Continental

Quanto à idade, 30,4% deles possui de 21 a 30 anos e 26,8% encontra-se acima dos 40 anos.

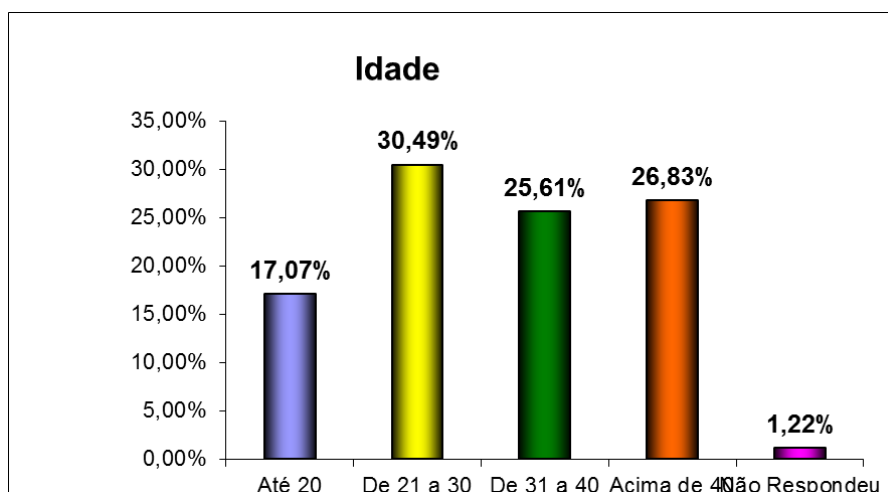


Gráfico 19. Idade dos entrevistados da comunidade Jardim Continental

Os respondentes são casados (29,2%) e solteiros (21,9%) em maioria. Aqueles que são viúvos somam 9,7% e os divorciados 6,1%.

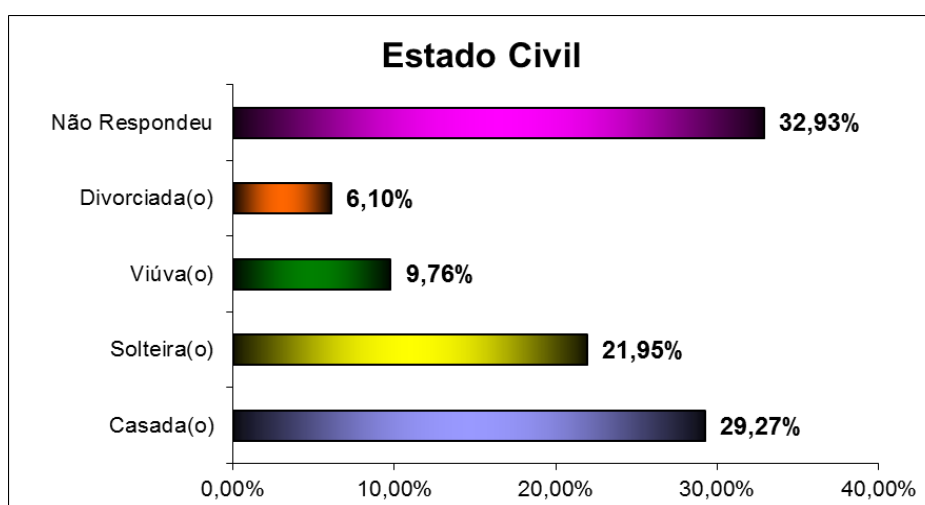


Gráfico 20. Estado Civil dos entrevistados da comunidade Jardim Continental

No que concerne ao nível educacional, os respondentes do Jardim Continental apresentaram um diferencial quando comparados com os demais até então apresentados: eles, em sua maioria (31,7%), possuem ou estão cursando o Ensino Médio. Outros 30,4% cursam ou já possuem ensino fundamental. O nível superior também aparece como diferencial até então, pois atinge a maior porcentagem entre os cidadãos apresentados até então: 7,3%.

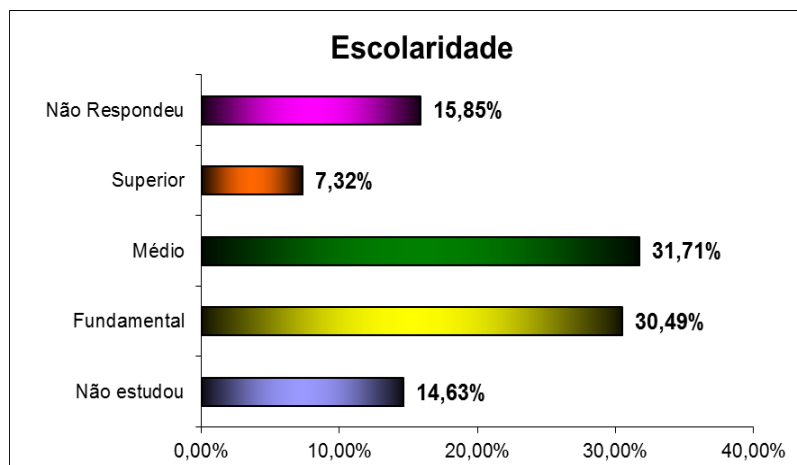


Gráfico 21. Escolaridade dos entrevistados da comunidade Jardim Continental

A ocupação (Gráfico 22) deles também é diferente: registrou-se que 37,8% dos respondentes trabalham com serviços gerais, manicure, agricultor, comerciante, pastor (como o próprio se definiu), catadora, diarista etc., enquanto que 28% declarou-se como doméstica 13,4% estudante e 12,2% são aposentados.

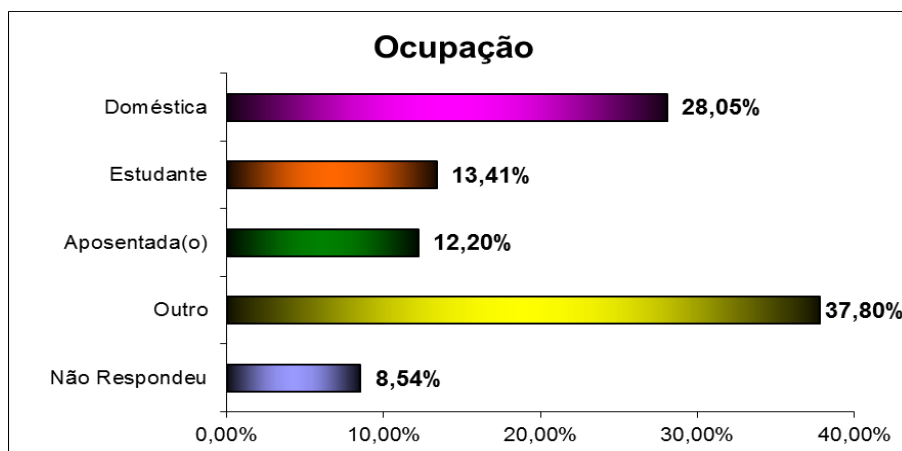


Gráfico 22. Ocupação dos entrevistados da comunidade Jardim Continental

A renda média mensal é de até 1 salário mínimo para 46,3%. Se observarmos, perceberemos que aqueles que recebem entre 1 e 3 salários mínimos também foi elevado (19,5%). Ainda assim, 15,8% afirmou que não possui nenhum tipo de renda mensal.

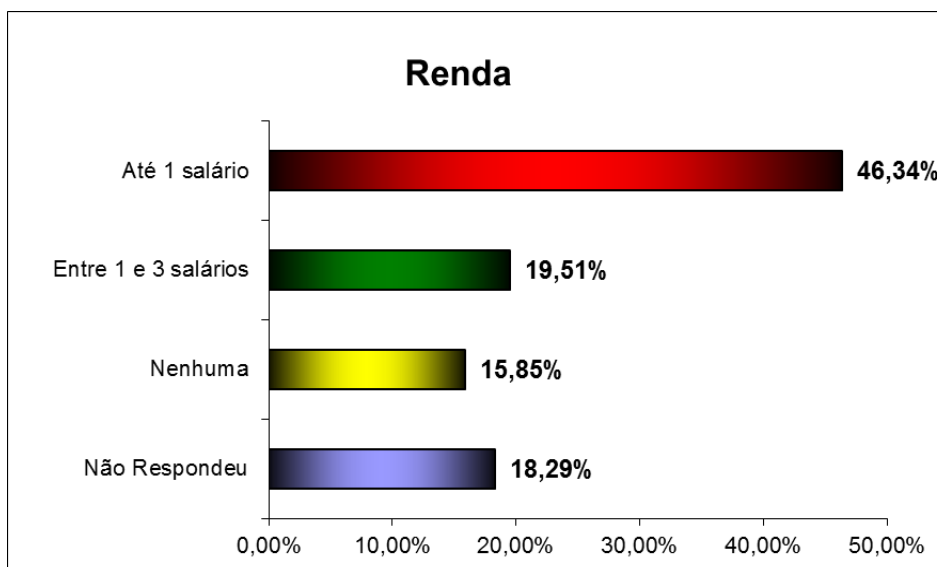


Gráfico 23. Renda dos entrevistados da comunidade Jardim Continental

Avanços em alguns itens e retrocesso em outros se comparados às outras localidades: a participação comunitária no Jardim Continental soma apenas 4,8%. A maior parte dos entrevistados afirmou não participar das ações de interesse coletivo, conforme Gráfico 20, abaixo:

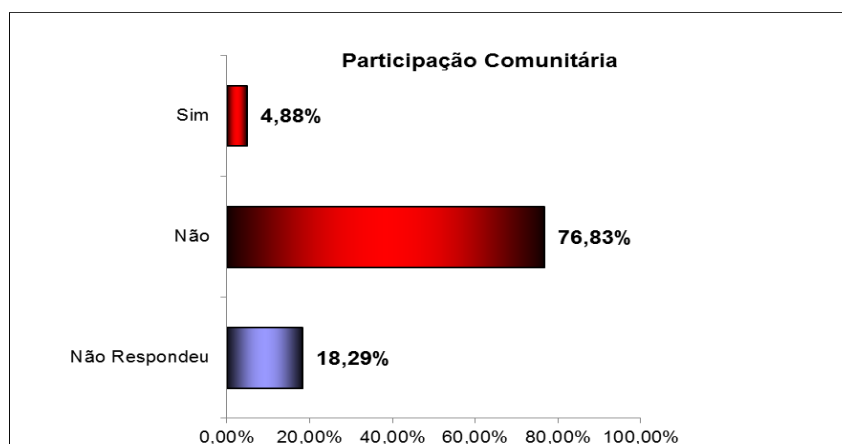


Gráfico 24. Renda dos entrevistados da comunidade Jardim Continental

Os entrevistados moram há mais de 3 anos (54,8%) no local. O abastecimento de água é pela rede pública (78%) e de energia também, com quase 80%. Apenas 1,2% afirmou que sua energia elétrica existe devido à gambiarra.

Quanto às instalações sanitárias, conforme o que vem ocorrendo, na maior parte das casas estas são individuais. A novidade foi 1,2% dos respondentes ter afirmado que elas não existem em sua residência, conforme na Figura 27, abaixo:

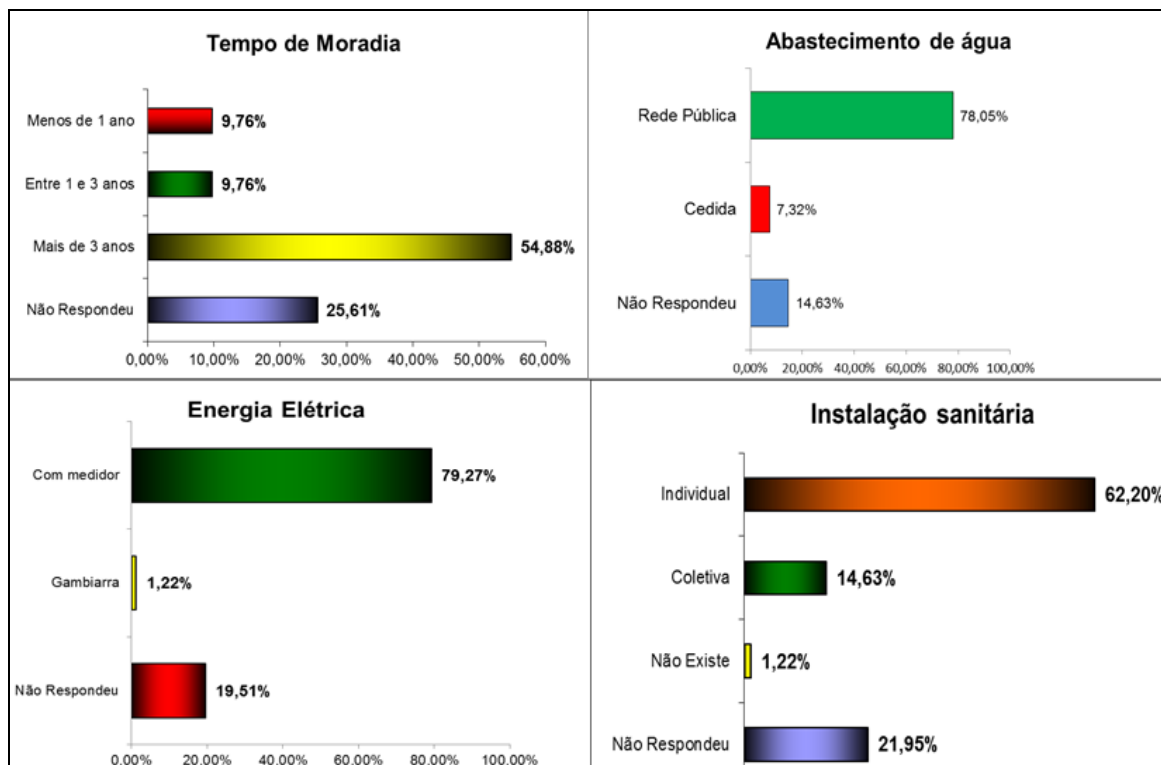


Figura 27. Condições de moradia dos entrevistados da comunidade Jardim Continental

A eliminação dos dejetos (Figura 28) se dá porque existem as fossas sépticas (63,4%). Apenas 17% elimina através da rede pública e 8,5% eliminam através do canal ou lançam no mato/enterram.

O destino do lixo é a coleta pública (75,6%) ou o “fogo”, pois 6,1% afirmou que queima o lixo, o que tem sido motivo de reclamação por parte de alguns moradores.

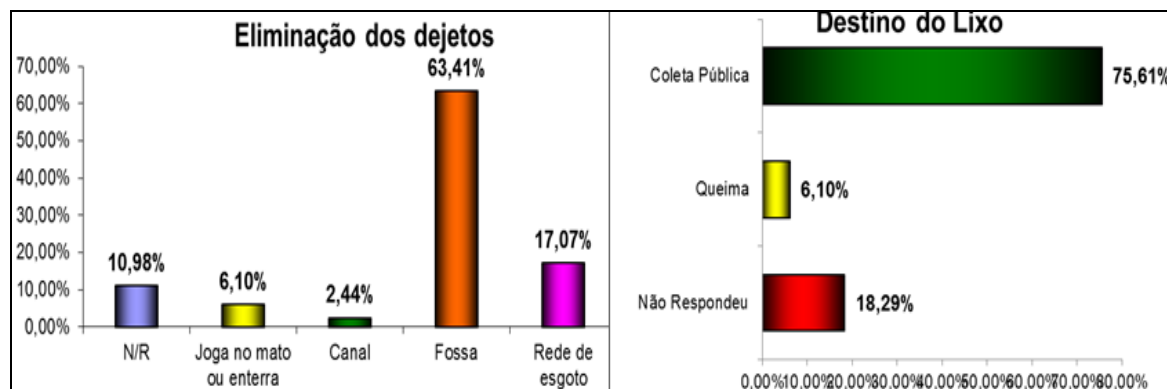


Figura 28. Condições de moradia dos entrevistados da comunidade Jardim Continental

4.2.2.5 Moradores das Adjacências: Alto Branco/Conceição/Bairro das Nações

Há equilíbrio quanto ao sexo dos entrevistados, onde 57,8% são do sexo feminino e 42,2% do sexo masculino.

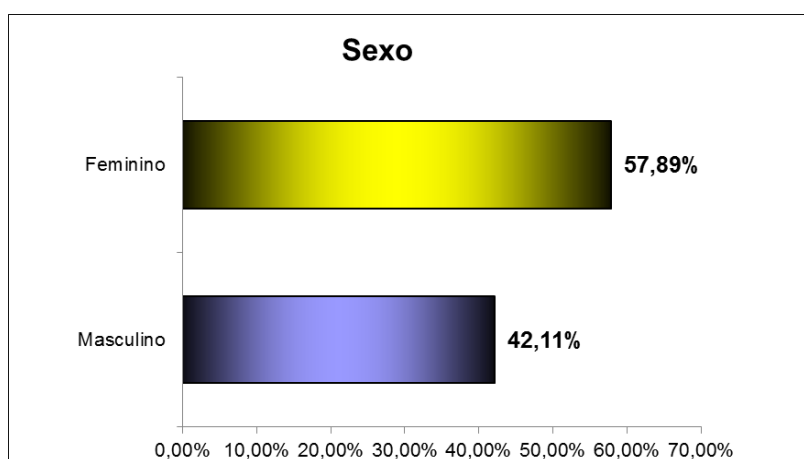


Gráfico 25. Sexo dos entrevistados das Adjacências

Pouco mais de 50% dos entrevistados possui até 20 anos de idade e 18,4% tem mais de 40 anos de idade, conforme Gráfico 26, abaixo:

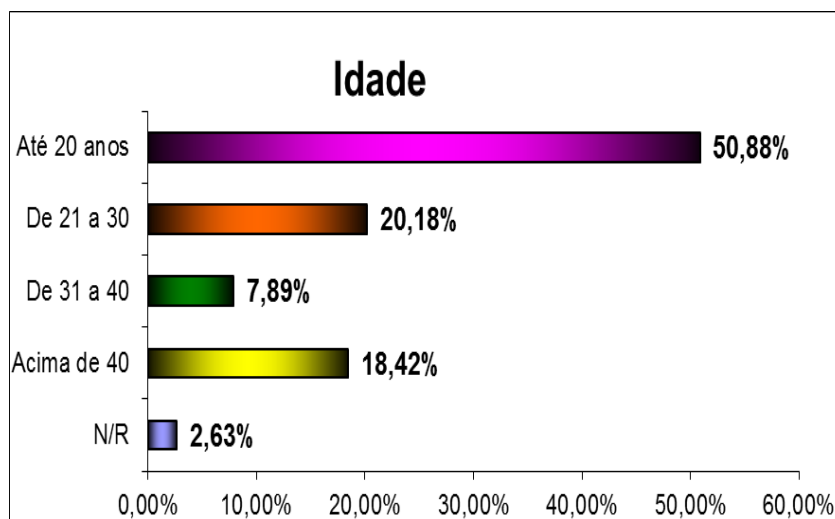


Gráfico 26. Sexo dos entrevistados das Adjacências

Mais de 60% dos entrevistados é casado, 10,5% declarou-se divorciado e 23,6% não respondeu à questão.

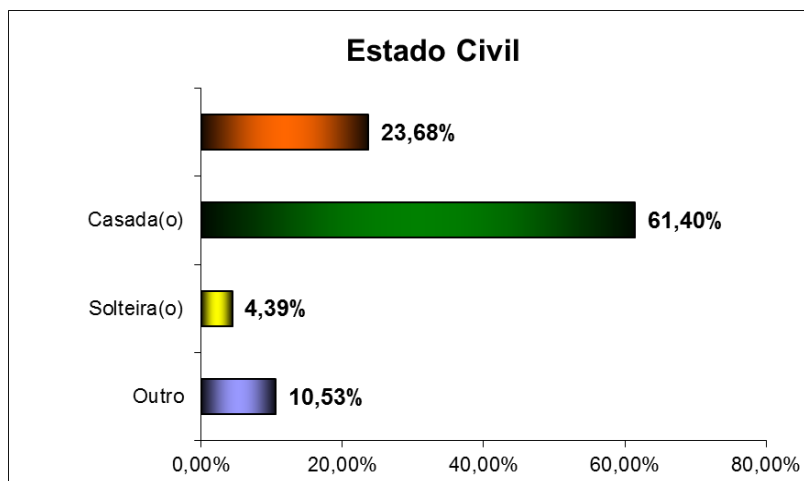


Gráfico 27. Estado Civil dos entrevistados das Adjacências

No item escolaridade também houve equilíbrio entre Ensino Fundamental (42,9%) e Ensino Médio (41,2%). Aqueles que possuem ou cursam Ensino Superior somaram 7% (Gráfico 28).

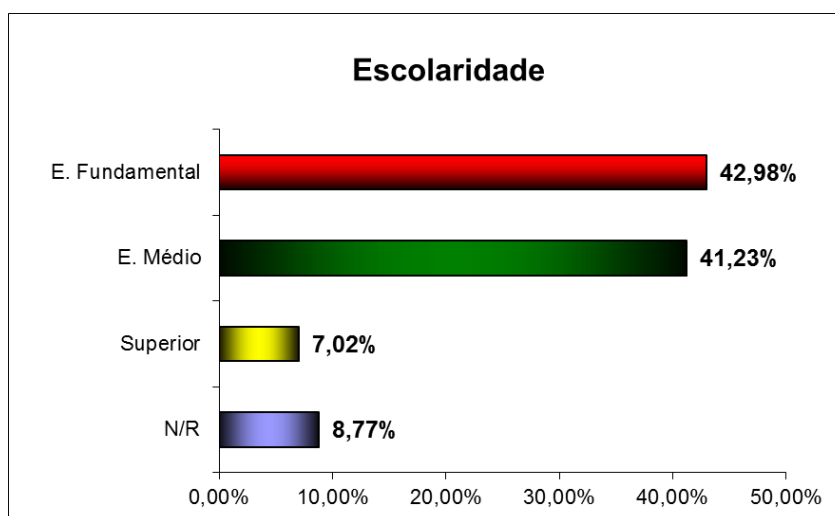


Figura 28. Estado Civil dos entrevistados das Adjacências

Quase 50% dos cidadãos das adjacências respondentes se ocupam estudando. Encontramos alguns que se ocupam de outra forma: servidor público, autônomo, comerciante, ambulante, motorista, agente de saúde etc (Gráfico 29).

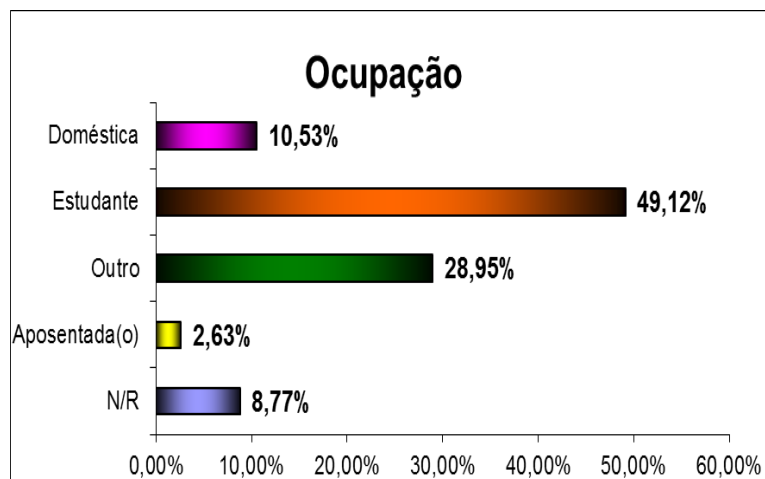


Gráfico 29. Ocupação dos entrevistados das Adjacências

Não sendo diferente dos demais, a renda média mensal dos respondentes é de até um salário mínimo (39,4%) e, de 1 a 3 salários (16,6%) e 20,1% não tem renda mensal alguma.

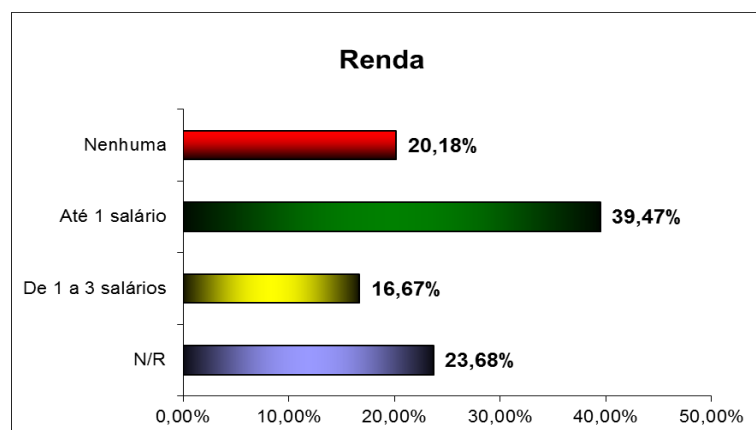


Gráfico 30. Renda dos entrevistados das Adjacências

No quesito participação comunitária, quase 70% afirmou que não participa das ações de interesse coletivo. Apenas 2,6% afirmou que participa de alguma ação/organização comunitária, conforme o Gráfico 26, a seguir:

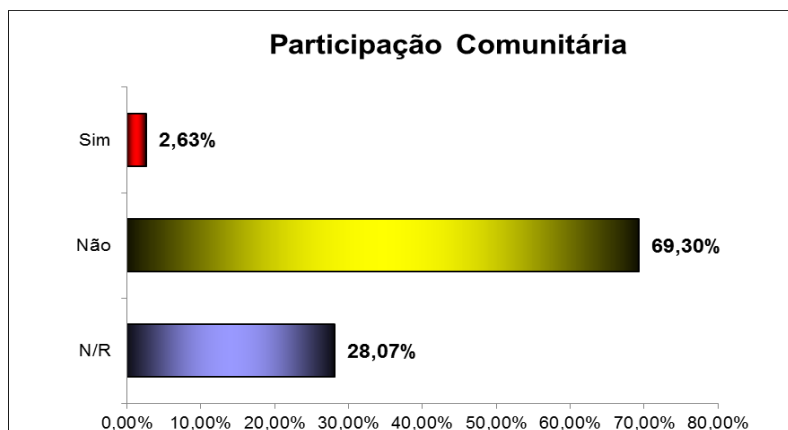


Gráfico 31. Ocupação dos entrevistados das Adjacências

Mais de 70% dos respondentes moram há mais de 3 anos na área. Apenas 2,6% mora há menos de 1 ano. Quanto ao tipo de moradia, conforme os demais, os moradores são donos dos imóveis (62,2%) e o abastecimento de água dá-se por meio da rede pública (83,3%), assim como o abastecimento de energia elétrica (62,2%), de acordo com a Figura 29:

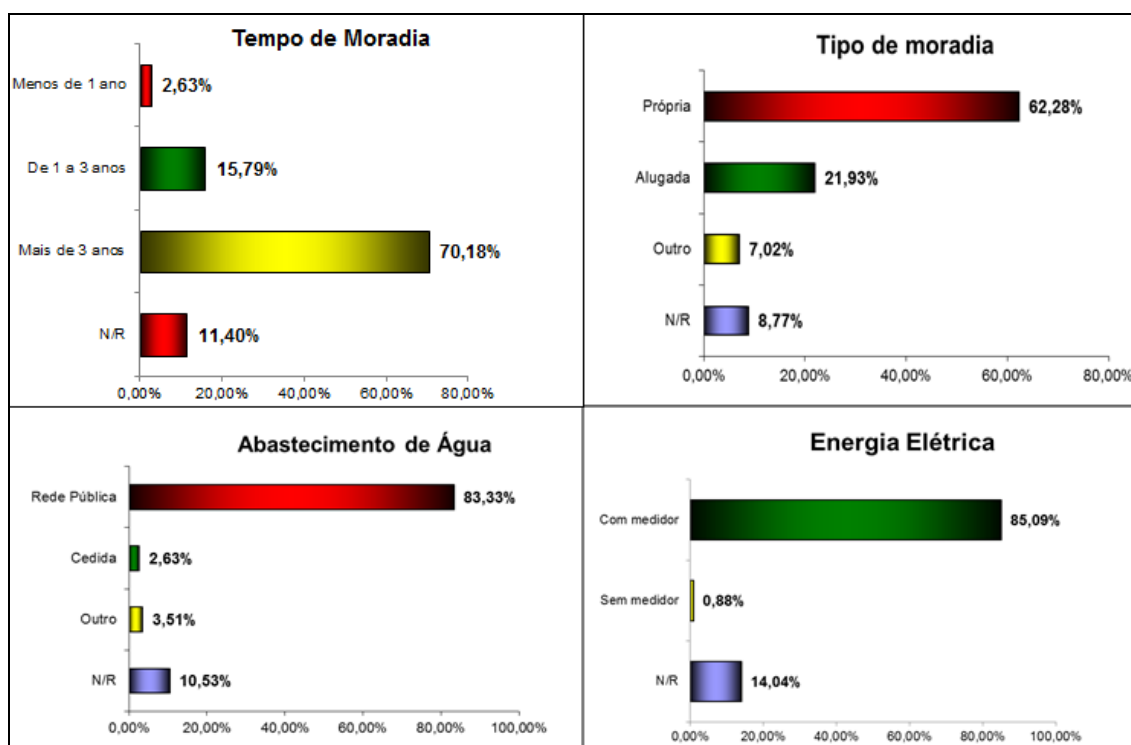


Figura 29. Condições de moradia dos entrevistados das Adjacências

As moradias possuem instalações sanitárias individuais (69,3%) e um número expressivo de instalações coletivas (21%). Quanto à eliminação de dejetos, esta dá-se por meio da rede pública de esgoto (69,3%), pela fossa (12,2%), pelo canal ou no mato (7,8%), pela queima (0,8%) e pelo canal ou no mato (7,8%).

O destino dado ao lixo, pelo comunitários: 91,2% tem como destino a coleta pública, 2,6% é queimado e 0,8% é jogado no canal ou no mato.

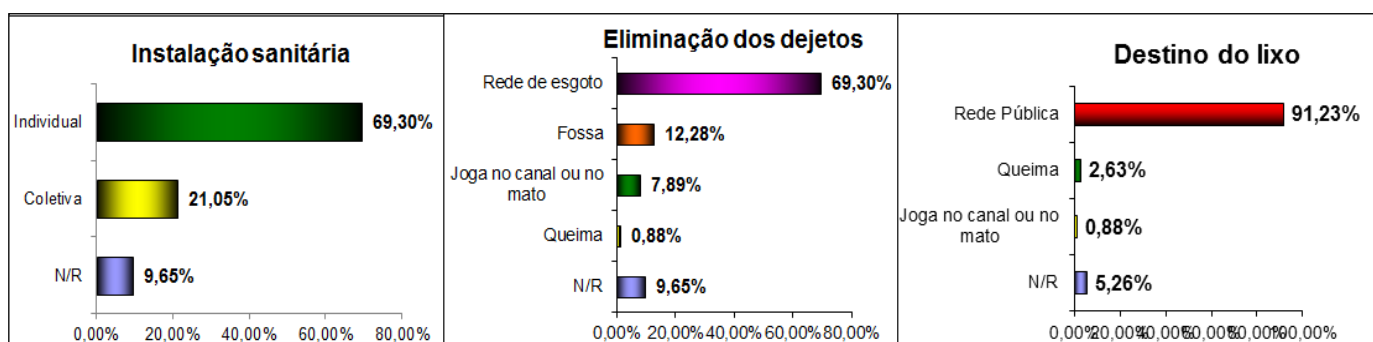


Figura 30. Condições de moradia dos entrevistados das Adjacências

A partir destes dados e das informações coletadas em campo, por meio das técnicas já apresentadas, apresenta-se a análise e interpretação das falas, atitudes e percepções dos atores sociais envolvidos na problemática a partir de categorias de análise.

4.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.3.1 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO

Buscando conhecer sobre o entendimento dos atores a respeito da situação que acomete aquele ecossistema, perguntou-se, em termos comparativos aos moradores mais antigos, qual a lembrança que eles tinham do Riacho das Piabas em tempos passados.

Quando criança a água descia pela cachoeira e a gente tomava banho, era bem limpinha, tinha peixes, tinha calangos, tartaruga, sagui, muitas cobras. A gente subia nos pés de pitomba. Isso era a coisa mais linda do mundo. (Associação de artesãos, Adjacências.124)

Era só terra. Não tinha canal. Esse setor onde tem o posto era só mato: tinha pés de agave, de sucupira. Tinha açudes para pegar peixes e a gente tomava banho. Viemos morar aqui no Buraco da Jia quando não tinha casa. Agora a própria população joga lixo, bicho morto [...] joga na beira do canal [...] Vou me mudar para o sítio. Não estou mais gostando. É muita violência, muito lixo nesse canal. (ASM, Rosa Mística.1)

Há 30/40 anos a paisagem oferecia um conjunto de atrativos que iam desde a diversidade de plantas e árvores, visto que hoje há o desmatamento e as queimadas, até uma quantidade razoável e renovável de peixes que serviam como alimento e fonte de renda para a população local, estes que não mais existem porque o curso de água atualmente é constituído pelos esgotos clandestinos e pelas águas pluviais.

A partir das modificações substanciais o modo de vida da população local também se modificou. Compreendendo-se que na relação com o meio ambiente, os seres influenciam e são influenciados, de alguma forma por ele, perguntou-se então como estes atores viam a região em que moram: O Riacho está sujo, fedendo, cheio de sacolas, pneus [...] todo tipo de lixo (ASM, Rosa Mística. 24).

No lugar onde moro tem o canal que o povo joga lixo. Isso prejudica a saúde do povo trazendo muitos mosquitos. Se o povo não jogasse lixo no canal aí o canal ia ficar mais limpo. Eu queria que esse riacho fosse o lugar mais limpo da Paraíba, que não tivesse mato, não tivesse lixo e que a água fosse cristalina (ASM, Rosa Mística. 14).

A definição deu-se a partir das experiências de negação do lugar, de rejeição, de tristeza e desconsolo. Estas definições servem como subsídios para a tomada de decisões estratégicas, demonstrando exatamente os pontos a partir dos quais as decisões podem e devem ser pensadas e postas em prática (VASCO e ZAKRZEWSKI, 2010).

Ainda na construção do diagnóstico, um dos atores definiu a situação com extremidade: *O riacho das Piabas está morto porque está cheio de lixo* (ASM, Jd Menezes. 17).

Ao mesmo tempo em que afirma que o ecossistema está morto, aponta aquela que considera como sendo sua causa principal, o lixo. Entretanto, em se tratando da complexidade ambiental, não há uma relação unilateral de causa e efeito, mas uma relação multilateral, multicausal, onde um conjunto de fatores levam

à situação de degradação do ecossistema, fatores estes não apenas ecológicos, mas sociais e políticos, por exemplo.

Além do problema do lixo, outros tem afetado a população da região. Alguns deles são consequências do próprio acúmulo de lixo: *Quando tem enchente é muita água com sapato, com vaso sanitário* (ASM, Rosa Mística. 28).

Além disso, os problemas tem afetado o estilo de vida dos moradores seja em períodos chuvosos ou não: *Deixamos de caminhar pelo canal de baixo. Caminho por aqui no meio do lixo. Um rapaz estava caminhando, caiu no canal e morreu. Uma mulher tava caminhando, o carro bateu nela que caiu no canal* (ASM, Rosa Mística. 60).

Não é a primeira vez que se diz que o lixo na comunidade constitui um problema sério: As práticas da população, como jogar lixo dentro do canal por onde passa o riacho, é um dos problemas mais agravantes e que acaba impossibilitando a revitalização (ALENCAR, 2012).

Perguntados sobre qual seria exatamente o problema da área, o canal ou o riacho das Piabas transformado em esgoto, e as consequências disso e responderam que o problema seria o mau cheiro, a presença de insetos diversos, as enchentes dentre outros.

São muitos [os problemas]: invasões, desordem urbana, crescimento desordenado, drogas, alcoolismo, muita gente largada. Muita gente jogada ao “léo” como se não fossem humanos. Era melhor que fossem bichos. Não existe área de lazer, as pessoas estão desempregadas. É preciso ocupar os adolescentes (Associação de artesãos, Adjacências 124).

Tem lixo no rio e as pessoas colocam lixo na beira do rio. Lixo que jogam e voa plástico do lixo para a porta da minha casa. Eu colocaria um depósito para o povo colocar o lixo e limparia o canal [...] o riacho das Piabas está contaminado, poluído, fedorento. Eu gostaria de ver o riacho cheio de peixes e não poluído (ASM, Jd Menezes. 5).

Dentre os problemas citados, alguns deles chamam a atenção porque apontam irregularidades: *O problema é mais das barragens construídas sem a documentação regular da AESA. [...] o pessoal joga lixo no canal [...] falta de consciência* (Borracharia, ASNM).

A questão da falta de consciência não foi citada por este ator de forma isolada. Foi recorrente.

O grande problema aqui é a quantidade de lixo que o pessoal joga (lata de tinta, para-choque, sofá)! A culpa é do povo! Toda semana a prefeitura coloca um trator e uma caçamba toda semana e logo suja! O povo joga em seguida. É questão de cultura! O povo é acostumado a jogar lixo. Estou cansado. O povo não conserva o lugar que trabalham. Eles provocam e jogam lixo no canal. Não é só pobre que joga. O rico, que tem poder aquisitivo melhor, joga também. Um dia desses aconteceram umas três passeatas para conscientizar as pessoas. Só vai melhorar quando multar e atingir o bolso. O povo quer se livrar de seu lixo e jogar no canal. Outro dia jogaram um gato morto na lixeira que fiz e coloquei na minha calçada (Loja de baterias, ASNM).

Na concepção do Ator Social Não Morador acima, a situação só vai melhorar quando os responsáveis forem multados. Na verdade, esta seria uma forma paliativa. É neste aspecto em que é possível o desenvolvimento e implementação de uma educação ambiental crítica que traga a mudança no modo de atuação com o meio (VILLAR *et al* (2008) *apud* FONSECA (2011)), assim como o início da construção de um novo saber ambiental (LEFF, 2007), novos comportamentos frente ao meio, naquela localidade.

Tem muita muriçocas, ratos e encheu de água no período das chuvas. Botei veneno para rato. O canal enche de lixo por falta de educação do povo (Auto escola, ASNM). Esta educação que “falta” não necessariamente é a educação formal, mas a educação ambiental crítica, transformadora.

Além de influenciar o modo de vida, a saúde e outros, os problemas tem afetado o patrimônio dos moradores e influenciado a dinâmica do comércio: As enchentes interferem no comércio. Tive prejuízo várias vezes (Farmácia, ASNM).

Quando chove a galeria dá retorno para a casa e o comércio com a água podre suja. Quando vai chover a gente se previne e fecha o comércio e coloca a mercadoria em local mais alto. Vem baratas, ratos, muriçocas. Fecho todos os ralos (Loja, ASNM).

Ainda sobre os responsáveis pelo lixo, os moradores afirmam que a própria população o dispõe de forma inadequada. Somando-se a isso, existem os carroceiros e moradores de outros bairros que trazem o lixo de outros lugares e depositam às margens do canal:

As enchentes que ocorrem é por causa do lixo, muito lixo. O povo joga lixo e vai acumulando. A limpeza é feita mensalmente. Vem os carroceiros com entulho e joga no canal. A água entrou quase um metro aqui pra dentro e perdi material. Tem muito rato, baratas e muriçocas à noite (Lan House, ASNM).

Além dos problemas expostos acima, os atores apontaram claramente sobre a ausência do Estado no local e a carência disso, por parte dos comunitários:

Nossos problemas é a questão da droga que toma conta desta comunidade. A gente toma conhecimento e não tem condição de acompanhar. É uma rede e precisa da participação do Conselho Tutelar e da Polícia Civil. Na visão de cidade, falta o básico: sem saneamento básico eles não tem a menor condição de vida. Falta um projeto social para a comunidade porque aqui tem muita gente carente (Policial da base comunitária – Alto Branco, ASNM).

Corroborando com o que se vem falando sobre as enchentes e suas consequências, a mídia também tem sido parceira, divulgando a situação em que vive aquela população:

Na comunidade de Rosa Mística, no bairro da Conceição, onde seis casas desabaram na última terça-feira, as famílias reclamam da demora na chegada de assistência. [...]. Ainda na manhã de ontem, a Defesa Civil continuava atendendo partes dos 122 chamados de moradores realizados só na última terça-feira. A dona de casa Rosma Cruz, 50 anos, teve a casa praticamente arrastada pelas águas, perdendo praticamente tudo o que possuía. [...] Na manhã de ontem, ela pedia ajuda de vizinhos para recolher os eletrodomésticos que viraram lixo após a enxurrada. Muitos moradores resistem em ficar nas áreas de risco apesar de terem testemunhado o desmoronamento da casa onde viviam. É a situação vivida pela dona de casa Guia de Oliveira, 46 anos, que vive o drama de perder a casa pela segunda vez. 'Só deu tempo de salvar os documentos e as crianças. [...]'. Em 2004 a casa onde morava, há cerca de 100 metros de onde mora atualmente também havia caído, mesmo assim não pretende sair do lugar. [...] Esta não é a primeira vez que a comunidade de Rosa Mística é afetada pelas chuvas. Segundo relato dos moradores, esta foi a maior enchente no bairro desde 2004. A Defesa Civil esteve no local há cerca de 15 dias e já tinha alertado aos moradores para o risco de continuar morando às margens do rio (PARAÍBA HOJE, 2011).

Esta mesma perspectiva é tratada pelo biólogo Veneziano Guedes: “O período chuvoso é o mais problemático, por isso temos que buscar conscientizar a população para que ela não continue jogando lixo no curso do riacho, como também no canal que corta aquela região” (JORNAL DA PARAÍBA, 2012).

É o lixo que o pessoal coloca na beira do canal. Não tem educação. No ano passado a gente sofreu com a enchente, alagou tudo e a gente perdeu muita mercadoria. Valas entupidas, encontraram colchão! O carro limpa e logo o povo do “Buraco da Jia”. A prefeitura não passa aqui há dois dias. Quando passam só limpam por cima. Limpam com má vontade (Rações, ASNM).

Aparecem ratos, baratas, muriçocas gigantes, escorpião. A gente coloca inseticida, bota veneno para não viver no meio dos ratos. Esse ponto é crítico! A gente bota veneno, mas ele dá dor de cabeça e a gente fica

respirando a mau cheiro do veneno. A vizinhança sofre com as muriçocas (loja de motores).



Figura 32. Enchente no Bairro Conceição, em 2011.

Fonte: Adaptado de Youtube (*print screen* de vídeo).

Falta de rede de esgoto, ruas sem calçamento, drogas, esgoto a céu aberto, sem saneamento, lixo nas ruas, estes foram alguns dos problemas apontados por moradores.

Na reunião de maio de 2011, falou-se sobre a questão do saneamento que é uma das maiores demandas das comunidades, assim como a situação dos carroceiros:

Frei Hermano José informou que as 4 comunidades (Rosa Mística, Jd. Continental, Jd. Menezes e Palmeira) priorizaram o saneamento básico, cuja ausência é responsável pelo aparecimento de insetos e ratos. Informou que esse serviço é a bem da saúde da população, especialmente, daqueles que moram nas imediações desses focos e são os mais desassistidos e sem recursos financeiros. Ele informou também que os carroceiros trazem lixos das casas que estão em reformas e lançam no canal. Foi sugerido a emissão de ofício à Secretaria de Serviços Urbanos para que o fiscal coibisse essa prática, especialmente com metralha (3ª REUNIÃO PELA REVITALIZAÇÃO, 2011).



Figura 33. Carroça e entulho às margens do canal. 2012.

Tendo em vista o fato de, não apenas o Frei Hermano José, mas também os moradores das comunidades apontarem os carroceiros como agentes que trazem lixo para as imediações, procurou-se estabelecer contato, mas reagiram de forma hostil. Neste sentido, é nesta relação onde identificou-se o conflito, segundo a tipologia de Little (2001), como sendo um conflito em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana irresponsável ferindo o direito de um ambiente equilibrado.

Lima *et al* (2008), estudaram os impactos ambientais da região e nos forneceram um diagnóstico que complementa o que vem sendo apresentado:

1. **No ambiente Terrestre:** a redução de habitats e da área de abrangência da microbacia; a contaminação e poluição do solo, empobrecimento e infertilidade; redução de teia alimentar e biota terrestre;
2. **No ambiente Aquático:** comprometimento dos lençóis freáticos; na qualidade da água, inclusive, de rios e outros mananciais interligados mais diretamente; redução de teias alimentares e da biota aquática;
3. **No ambiente Atmosférico:** ar poluído e distúrbios respiratórios. Fuligem, odores, radiações e modificações do clima.

Definindo o diagnóstico da situação, apresenta-se abaixo um trecho da carta entregue ao prefeito de Campina Grande, em 17 de junho de 2013:

Persistem o tempo todo os problemas de sempre: Saneamento básico, o esgoto é a céu aberto. O lixo fica espalhado pelo chão porque o caminhão de lixo não tem acesso aos locais; Dificuldades de acesso. Problema de comunicação entre os bairros. Transporte público insuficiente. As vias públicas sempre em péssimo estado de conservação. Na maioria dos locais, a má conservação das poucas vias de acesso está impedindo a circulação dos ônibus o que também agrava os problemas de segurança. O ônibus não passa na Rua Adauto Travassos de Moura. [...] A situação de isolamento também agrava os problemas de segurança porque dá mais liberdade de ação para o tráfico e outras formas de violência. Terreno abandonado da prefeitura serve de caminho de fuga, e esconderijo, para assaltantes; Dezenas de famílias moram praticamente no leito do rio, o que significa intranquilidade e risco permanente; Some-se a isso a precariedade da iluminação; Situação de poluição dos riachos; Ausência de políticas públicas voltadas para o meio ambiente.

Esse quadro faz aumentar os problemas de saúde enfrentados pela população, além da situação de insegurança e violência. [...]

Tomando como referência a Justiça Ambiental (ALIER, 2007) como um movimento de busca pelo tratamento justo dos indivíduos, independentemente de quaisquer características que possuam, é possível perceber que realmente o peso da contaminação recai diferentemente entre os indivíduos e os pobres são os mais afetados.

Neste sentido, constatou-se que as enchentes são um dos grandes problemas enfrentados pelos comunitários. As consequências decorrentes deste fenômeno são potencializadas porque a população lança o lixo a céu aberto, porque não há saneamento, calçamento e, portanto, o processo de urbanização ocorreu desordenadamente. O lixo, a lama, o mau cheiro faz com que apareçam diversos insetos e doenças prejudicando a saúde da população.

Além dos problemas ambientais, existem os sociais que são a falta de emprego, falta de educação formal, saúde, transporte de qualidade, o que faz com que, somando-se com outras questões, estas famílias sejam desagregadas e sofram com problemas de alcoolismo e drogas.

Quanto aos fatores econômicos e culturais, destacam-se a falta de consciência, de participação, de organização coletiva e comunitária.

4.3.2 (IN)SATISFAÇÃO

Os estudos de Educação Ambiental também servem para se perceber a satisfação ou insatisfação dos agentes em torno da situação que vivem (Vasco e Zakrzewski, 2010).

Enquanto um dentre os respondentes afirma categoricamente que “Tudo aqui é bom” (ASM, Rosa Mística. 25), todos os outros demonstram clara insatisfação e até revolta quanto à situação: “Reivindicamos na TV, aos governantes, mas nada foi feito!” (Adjacências.156).

Esta é uma das maiores insatisfações: a ausência de resposta do poder público. Tanto que é que, ao serem indagados sobre o que vem sendo feito, responderam: A única coisa é a limpeza uma vez por mês e depois empurram com a barriga. Os próprios moradores jogam. É uma questão de conscientização (Lan House, ASNM).

Perguntou-se também aos entrevistados do Louzeiro sobre o que tem sido feito e afirmaram que “nada” e que há muito tempo alguém fez algo pela comunidade. Eles reclamam ainda, do mau cheiro do riacho. Em se tratando do que está faltando, eles dizem que precisam de calçamento, de infraestrutura básica, da remoção de lixo do canal, de coleta pública eficiente e, sobretudo, de educação/conscientização da população.

Quando deu enchente aqui eu fiquei em casa presa. A gente sapateira em casa. Aqui não passa defesa civil, nem assistência social [...] os insetos olham para a casa da gente e dão risada! Quando olho para trás vejo que tem gente pior do que eu que nem tem força para lutar! Quando chove o povo fica dizendo que o barreiro vai desabar. Aqui não tem jeito. [...] Eu sou um milagre: tenho quatro vértebras estragadas e a dor de cabeça devido o mau cheiro do canal (ASM, Rosa Mística. 50).

No Jardim Continental, os comunitários estão satisfeitos com a tranquilidade, amigos, vizinhos, a existência de creche, posto de saúde, campo de futebol e até com o preço mais barato do aluguel, entre outros. No entanto, também afirmaram que, no local, também não há NADA de bom.

Perguntados sobre o que tem de bom onde moram, as respostas dos atores do Louzeiro estavam diretamente relacionados com o fato de estarem próximos ao

centro, de ter creche, posto de saúde, escola. No entanto, houve também quem dissesse [a maioria] que não há NADA de bom no local.

Nós estamos doidas pra sair daqui. A gente só vê filmando e não vê solução. Se pelo menos dessem saco de cimento pra evitar que a água entrasse em casa, como barreira. Teve três enchentes aqui. Acho que por causa disso que estou doente com a frieza do canal. Tem projeto pra cá? É um absurdo tanta contaminação. A gente sofre muito (ASM, Rosa Mística).

Os moradores da comunidade Rosa Mística encontram-se insatisfeitos com vários aspectos como o mau cheiro. Além disso, pouco se acredita que conseguirão melhorar a situação [o que não é comum às demais comunidades]:

Eu moro há um tempo aqui. Nasci e me criei aqui. Um dia me acordei com um mau cheiro de uma química que botaram no canal e eu tenho neoplasia. Essa catanga me dá dor de cabeça (ASM, Rosa Mística).

Eles jogam uma substância no canal, tipo barro, que eu acordo com dor de cabeça e sufocada. Na época da enchente a gente ficou ilhada. Devido minha doença, o médico disse que eu devia sair daqui. A gente vive com um bando de ratos. [...] As minhas dores são crônicas. Aqui por trás passa um córrego. Quando chove a multidão de ratos vem pra cá (ASM, Rosa Mística).

Dentre os depoimentos, um dos que se destacam traz à tona uma denúncia de cooptação, o que, em se tratando de movimentos sociais e mobilização, faz com que os esforços sejam, de fato, divididos, enfraquecidos, esfacelados, deslegitimados.

O presidente da associação não reivindica melhoria. Fica do lado dos políticos. Entrou na campanha e fechou a associação. Uma comunidade que se divide, não cresce. O progresso não chegou aqui. Os representantes do povo que deviam lutar calam a boca. São subjugados ao poder (ASM, Rosa Mística. 27).

A maioria se cala porque está cansada de lutar de muito tempo. Já fez abaixo assinado, já fomos para a câmara com o clube de mães que hoje está desativado (ASM, Jd Menezes. 73).

A construção do direito se dá a partir do posicionamento dos grupos.

Pago meu imposto em dia para ter meus direitos. Eu limpo minha porta, limpo o canteiro, a margem do canal, planto e o povo quebra tudo. Eu queria que dessem um basta nos carroceiros. Eu sou alérgica por conta do canal [problema de pele]. Eu não tinha problema e hoje por conta dos insetos, estou assim. [...] A gente é flagelado?! Já morreu uma criança que

caiu no canal. Ele ficou no canal e não teve cura. Faz um ano que pedi que colocassem os coletores e tenho medo que eles sejam retirados quando passarem as eleições. [...] eu gasto com muitos cremes e remédios. E o mau cheiro vem para a casa da gente que sofre muito. É todo mundo doente. Acordo às 5 da manhã para limpar. É lixo que vem de outros bairros. O pessoal traz animais mortos de outros bairros e ninguém nunca vem para ajudar. A gente já foi na prefeitura várias vezes. Aqui é um inferno! (Adjacências 3).

Pagar os impostos não garante direitos. É preciso envolver-se com a esfera política. É por meio do desenvolvimento comunitário, entenda-se envolvimento, que ocorrerá o desenvolvimento social (BERKES *et al*, 2006, p.271 *apud* KALIKOSKI *et al*, 2009, p. 51) destas comunidades. Para tal, faz-se necessária a mudança de atitude e pensamento. No entanto, percebe-se que as comunidades não são coesas, pois, segundos os comunitários, não é possível reclamar com aqueles que jogam lixo em local inadequado porque se o fazem, são no mínimo ameaçados.

A maior tristeza do mundo é a rua que moro: o lixo na rua, fezes na rua, à vontade! SEBOSEIRA! Fezes à vontade! Animais soltos! Até agora ninguém fez NADA! Só promessa [...] eu me sinto muito prejudicada nesta rua. Se o povo se juntasse e fosse para a prefeitura eu ia lutar também! (ASM, Jd Menezes. 206).

Entre os comunitários que dizem ter participado de alguma ação em prol de melhorias no ambiente, predomina a falta de esperança como consequência de uma situação que se prolonga atravessando gerações: “A gente já fez abaixo assinado, participou do Orçamento participativo, me expondo, correndo risco e não conseguimos nada! É uma situação de calamidade!” (ASM, Rosa Mística. Ag. Saúde. 71).

Desta forma, existe um quadro de insatisfação com o poder público que, segundo os entrevistados, pouco tem dado atenção às demandas da comunidade, assim como insatisfação com a forma de pensar e agir ou apenas de agir da maior parte da população local.

As ações governamentais tem sido paliativas, mas o problema é constante. A população, por sua vez, apesar de reclamar, não consegue articular-se politicamente para cobrar aquilo que merecem. No entanto, há que se considerar o papel de degradador da própria população que, ainda que estejam em uma situação completamente desfavorável, pode lançar mão de pequenas iniciativas que já

poderiam amenizar o problema vivenciado, a exemplo da separação do lixo e disposição em local adequado.

4.3.3 CRÍTICA AO PODER PÚBLICO

Segundo um líder comunitário do Louzeiro, a comunidade procurou o Ministério Público para que este tomasse providências no que tange à coleta municipal de lixo, mas a prefeitura se pronunciou dizendo que não era possível fazer com que o carro da coleta pública passasse em todas as ruas [demanda majoritária], devido aos buracos existentes. A prefeitura então sugeriu que eles separassem o lixo. Alguns moradores fazem a separação. No entanto, a grande maioria joga pelas ruas, no canal, no riacho, na esquina, na frente da padaria. Majoritariamente o destino do lixo das comunidades (ver figuras 26; 28; 31; 33; 35) é a coleta pública, segundo o que declararam.

Mesmo com os problemas de saúde, inclusive, os comunitários afirmaram que: “As autoridades não fazem nada. O meu emocional fica abalado quando chove. O médico fica perguntando se eu ainda moro aqui. Eles [políticos] só se preocupam com O maior São João do mundo” (ASM, Rosa Mística).

Um dos discursos mais recorrentes refere-se ao fato de que as comunidades são procuradas ou assistidas de alguma forma apenas em período de campanha, em ano eleitoral: “Os vereadores só vem aqui na época da política” (ASM, Jd Menezes. 202).

Os moradores tem reclamado incansavelmente sobre o fato de os gestores tomarem decisões apenas de forma reativa e de forma paliativa. Acabam não resolvendo o problema, muito menos dirimindo os conflitos existentes: “Que eu saiba, nada. Só promessa. Eles (gestores) preferem ter o trabalho de mandar limpar e não resolvem o problema” (Salão de beleza, ASNM).

“Nunca vi fazer uma benfeitoria para a gente. Entra prefeito e sai prefeito e não faz nada” (ASM, Rosa Mística. 45).

Diante da ausência e do descrédito com relação à atuação e respeito à dignidade dos comunitários, alguns deles tem tomado iniciativa própria, como é o caso de uma senhora que financiou parte do calçamento da via pública no Jardim Menezes.

No fim das contas, fica a indignação de um grupo de indivíduos pobres, culpados e vítimas de um processo excludente que trata a todos de forma desigual.

Os poderes públicos tem que resolver! A defesa civil apareceu só nesse período e depois não apareceu mais. Isso é uma coisa que tinha que ser feita. As pessoas tinham que viver bem. As que não tem condições também. Os direitos são iguais para todos e essa situação favorece a eles (Solveteria, ASNM).

A crítica ao poder público persiste. No entanto, enquanto não for uma crítica organizada, formalizada e que desperte a atenção do governo, as demandas não serão atendidas. Cabe ressaltar a importância da conversação entre as partes, mas a própria comunidade pouco ou nenhum interesse, mesmo que indignada, tem em lutar pela resolução do problema. Este é um dos aspectos ressaltados pelos próprios moradores, conforme será possível observar abaixo.

4.3.4 AUTOCRÍTICA

O aparato tradicional da educação (PERALTA e RUIZ, 2003) não tem transformado a situação. Se a educação tradicional fosse capaz de responder à demanda da transformação, esta já teria ocorrido na área em estudo, visto que menos da metade (35,3%) dos comunitários entrevistados não possuem grau algum de estudo. Este fato traduz a necessidade de uma educação ambiental crítica que estimule e fortaleça a consciência crítica sobre os problemas ambientais vividos, inclusive que o desenvolvimento desta consciência seja ao ponto de fazer com que os indivíduos se percebam como tal e que, portanto, também são causadores pela situação e não apenas apontem os outros: *As próprias pessoas são imundas! [...] Está faltando educação familiar. (ASM. Adjacências. Associação, 66).*

Por mais que a gente tente conscientizar as pessoas em relação a colocarem o lixo no lugar certo eles não dão ouído. Eles próprios se prejudicam por jogarem no canal. O carro do lixo passa três vezes na semana (Ag. Saúde, 59).

“O canal com a sujeira é uma vergonha para o bairro! Os próprios moradores levam as sacolas para o canal. Até agora nada foi feito. Faz vinte anos que eu moro aqui” (ASM, Rosa Mística. 46).

Quando chove às vezes a gente tem que deixar as casas porque transborda. Tem muito rato, barata, muriçoca. Já deu uma chuva que trouxe insetos pelo “bojo” dos banheiros. A prefeitura limpa e o povo suja. Outro dia tinha um fiscal multando o povo (ASM, Adjacências.154).

À medida em que uns culpam os outros e ninguém assume a culpa, não existem culpados. Só a partir do momento em que os atores assumem seus papéis a transformação acontece.

Quando eles dizem que “NADA” tem sido feito, isso inclui a falta de iniciativa deles mesmos. Em nenhum depoimento foi registrado alguém assumindo que falta ele(a) mesmo(a) tomar a iniciativa ou passar a participar mais da luta pela causa.

A última vez que houve a enchente veio cobras, piabas, lixo, mau cheiro, entulho. O pessoal faz do canal um lixão. Falta de educação do povo! A gente ficou no joelho da gente. Trouxe prejuízos. Perdemos bombas. Aqui já foi bem pior. Após o governo de Ronaldo melhorou. A última enchente que deu a gente saiu pelas janelas. Só alaga quando estoura uma barragem. Aqui tem muitos ratos e a gente bota veneno direto. Os garis jogam lixo nos bueiros depois que varrem. Antes havia muito alagamento. Hoje está um paraíso em relação ao que era. Nunca vi um povo tão mal educado como o de Campina Grande! Eles jogam lixo e acham que não acontece nada! Há falta de amor pela cidade, tinha que zelar e não desprezar! (Posto de gasolina, ASNM).

Perguntados sobre o que é preciso para que a situação seja melhorada, um dos entrevistados afirmou que é preciso “*o povo criar vergonha na cara*” (ASM, Adjacências. 179).

Agora é preciso o pessoal ter mais consciência e não jogar comida azeda no local e alimentar os ratos. Quando chove e tem enchente, os vizinhos ajudam o pessoal a colocar metralha e ninguém vem nem aqui para saber. Só os vizinhos que se ajudam e se viram (ASM, Rosa Mística. 89).

“A união dos moradores e vontade política” (Adjacências.244).

“Agora é preciso que o povo se eduque!” (Adjacências.11).

Enquanto o grupo não se organizar ou não participar (apenas 32,2% de todos os moradores entrevistados participam de alguma organização comunitária), inclusive da articulação não será possível resolver, em conjunto, se reconhecer como sujeito de direito e, portanto de poder, visto que alguns deles afirmaram que “aqueles que tem o poder devem tomar atitudes”. Os comunitários podem se empoderar por meio da participação e articulação e ainda pouco percebem isso. A

partir do fortalecimento no espaço público (Jacobi, 2005), será possível pensar sobre gestão compartilhada da microbacia do Riacho das Piabas e, conseqüentemente dos problemas que afetam este contingente populacional.

4.3.5 DESEJO DE MUDANÇA

Toda e qualquer mudança surge de uma inquietação, uma insatisfação. Pelo que se tem visto, há insatisfação quanto aos vários problemas da área, sobretudo o lixo, a falta de saneamento básico e as enchentes. No entanto, as expressões do desejo de mudança dos comunitários não contemplam todos os aspectos relacionados pela PNEA (1999), deixando claro que ainda não compreendem a interdependência entre os meios social, econômico, político e ambiental. Como ainda existe pouca ou nenhuma adesão dos governantes⁶ à causa fica o desejo de mudança neste sentido: Gostaria que os políticos atuassem mais por aqui (ASM, Rosa Mística. 53).

Além disso, o desejo de mudança recai sobre o maior dos problemas dos comunitários: a poluição do Riacho das Piabas que, inclusive é o problema em torno do qual persistem os conflitos, ainda que estes não sejam diretos, mas velados. “Eu queria ver este Riacho das Piabas limpo, sem poluição e tampado. Sem ninguém morar dentro porque tem gente que mora praticamente dentro” (ASM, Rosa Mística. 12).

Melhorias sociais e também ecológicas: “Eu queria que o riacho das Piabas tivesse peixes e que eles não morressem” (ASEs, Jd Menezes. 28).

Perguntados [Louzeiro] ainda sobre o que pode ser feito para melhorar, cabe registrar que nenhum entrevistado falou na organização interna e participação nos processos de decisão e luta política, muito embora alguns deles o façam ou tenham feito em algum momento. No entanto, há o reconhecimento da existência de uma corresponsabilidade no processo de mudança/melhoria da situação:

*É bom que seja decidido
Colocar o lixo no canal*

⁶ O dia 17 de junho de 2013 foi um marco na história do movimento de revitalização quando o prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues participou de uma reunião organizada pela articulação. Há indícios de que a mudança pode estar começando a acontecer.

*Deva ser proibido
Pois a concreta verdade
Manter a cidade limpa
É de todos a responsabilidade
Dos eleitos políticos
E também da sociedade.*

(POEMA RIACHO DAS PIABAS. ROCHA, 2011).

“Tem lixo onde moro. Às vezes tem queimada também. Eu queria que tampassem o riacho das Piabas e que não queimassem o lixo” (ASM, Jd Menezes. 6).

Observando-se o desejo de mudança dos comunitários é possível inferir que todos eles passam, necessariamente, por uma mudança de atitude, pelo estabelecimento de uma nova relação com o meio (TUAN, 1980); (LEFF, 2007).

4.3.6 SUGESTÕES DE MELHORIA

As sugestões de melhoria da situação dadas pelos comunitários são majoritariamente, de ordem técnica, conforme quadro 4, abaixo:

Sugestão	Ator	Tipo da solução
Revitalizar	ASNM	Multidisciplinar
Fiscalização frequente	ASNM	Técnica
Esgotamento Sanitário	ASM	Técnica/Social
Pavimentação	ASM	Técnica/Social
Desviar a água do canal	ASNM	Técnica
Limpar e proibir a disposição do lixo	ASNM	Técnica/Social/política
“Enlarguecer” e aprofundar o canal	ASNM	Técnica
Cobrir o canal	ASNM	Técnica
Disponibilizar coletores	ASNM	Política/Social
Educar o povo	ASNM	Política/Social
“Alargar a parte do pedestre”	ASNM	Técnica
Investir em projetos sociais	ASNM	Técnica
Concluir a obra do canal	ASNM	Técnica
Reposição da mata ciliar	ASNM	Técnica
Colocar as pessoas para limpar o canal	ASNM	Política/Social

Quadro 4. Sugestões de melhoria para os problemas da área.

Algumas sugestões não tratam de melhorar a situação, mas de disfarçar o problema ou adiá-lo como é o caso do “enlarguecer e aprofundar o canal”.

*Revitalizar o Riacho das Piabas
Não é limpar o canal apenas
Isso só evita a cena
De uma paisagem crucial
Que enfeia a cidade*
(POEMA RIACHO DAS PIABAS. ROCHA, 2011).

Cobrir o canal também não evitará, por exemplo, que a população lance os resíduos indiscriminadamente pelas ruas, nas margens do canal etc.

Educar o povo. Lixo é no lugar do lixo! Só a multa não vai resolver. Faz 26 anos que trabalhamos aqui e somos responsáveis pelo nosso lixo. Se alguém jogar o lixo e a gente falar, a gente arranja um inimigo. A gente queria mesmo é que os poderes públicos resolvessem esse problema. É preciso ter um trabalho nas comunidades para conscientizar o povo. Estipular um local para os carroceiros colocarem o lixo. Quando a gente fala com alguém que coloca o lixo, eles dizem: 'denuncie que eu falo com o político tal e ele tira minha multa!' Eu já lutei muito, mas hoje não luto mais! (Trailler, ASNM).

Sobre “educar e conscientizar o povo”, os atores afirmaram que já passaram carros de som com mensagens sobre os riscos e sobre a importância de não poluírem as ruas e o canal, mas isso não tem adiantado. No entanto, este é um processo longo e gradativo. São as atitudes como “botar o povo para limpar o canal” que conferem um caráter transformador à situação (SATO, 2012), pois não apenas estarão ouvindo sobre a importância de agir, mas estarão investindo suas forças em um trabalho conjunto que, pode ser desfeito por outros. Quando percebem que investem seu tempo e forças e que alguém pode vir e desfazer tudo, podem despertar e fazer com que suas práticas sejam transformadoras, não apenas materializada nas ruas, mas nas mentes dos indivíduos. A partir de então, haverá a educação ambiental crítica.

Além de sugestões técnicas, é preciso que “as pessoas exijam seus direitos”:

Canalizar com tubos grandes o esgoto para que a água da chuva passe. Mobilidade urbana. Cobrir o canal e plantar grama ao redor do canal com flores para ver os peixes e sapos de novo. Transformar em um zoológico porque esta cidade não tem nada para se ver. Criar um centro de apoio social. Incentivar as pessoas a serem mais dinâmicas e produtivas. Falta uma área de lazer com profissionais da prefeitura. Que as pessoas exijam seus direitos! Essa área tem muitas condições. Falta muita gente ter a mente aberta (Associação de artesãos, Adjacências. 124).

A agente de saúde da área afirma que a população persiste na região por necessidade e que estas ações são urgentes, pois a situação é crítica:

Situação crítica! A gente trabalha com prevenção, mas não adianta. É preciso tomar medidas urgentes como tirar as casas da beira do canal. Esse povo não tem onde morar aí vem parar aqui. A necessidade que obriga (Ag. Saúde, 59).

4.4 A VERSÃO DOS PARCEIROS

Dentre os parceiros da articulação, foi possível estabelecer contato maior com os educadores das escolas, com a Igreja e com um representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

Perguntados sobre os problemas das comunidades:

Os problemas são inúmeros como o descaso político e, principalmente o comodismo dos moradores que ainda não perceberam sua força. Muitos alunos são desnutridos, sem sonhos. Seria interessante mobilizar os representantes dessas comunidades. Fazerem um protesto bem direcionado e divulgado com frequência na mídia. [...] todos cobram e reclamam, mas poucos são os que lutam pelos direitos. Muitos só ficam esperando a solução de braços cruzados e para que um ideal comum seja mobilizado tem que ter a união de todos (ASP, Educador, Luzia Dantas).

A parceria das escolas tem sido fundamental desde o início da inquietação acerca dos problemas da comunidade. Baseados nisso, a proposta de trabalho das escolas tem sido desenvolver atividades que despertem o senso de corresponsabilidade e a importância dos papéis destas crianças como agentes multiplicadores e herdeiros de um ambiente que é construído, reconstruído e poluído na atualidade:

Como educadores procuramos inserir na nossa proposta pedagógica os problemas sociais e ambientais procurando assim sensibilizar a comunidade com relação aos valores e atitudes no seu dia a dia. A gente tem trabalhado com gincanas cooperativas, mostra pedagógica, filmes, músicas e palestras. Acreditamos muito nas crianças e a sementinha que estamos plantando está aos poucos surtindo efeito e entendemos que eles serão multiplicadores na comunidade familiar (ASP, Educador, Luiz Gomes).

As escolas e as próprias crianças também são afetadas pelos problemas tanto em casa como na escola: “Tem dia de manhã que a gente não consegue dar aula com tantos mosquitos. Teve um dia que tivemos que retirar os alunos da sala e colocar *baygon*” (ASP, Gestora Luzia Dantas).

Perguntada sobre a receptividade dos alunos quando são abordados os temas como meio ambiente, Riacho das Piabas, mobilização: “De forma positiva. Quando há passeios ecológicos a receptividade é ótima. Todos querem participar e colaborar de alguma forma” (ASP, Educador, Luzia Dantas).

O representante da igreja, parceiro desde o início da inquietação, falou de forma mais abrangente:

É preciso que as autoridades cuidem dos mais pobres e das crianças que são nossos grandes tesouros. Para as festas nunca falta dinheiro. Também é preciso que cada um dê um passo e só através da união de todos é que se consegue mudança. Não perder a paciência é um processo. Se aqueles que tem o poder pudessem agir com mais criatividade, mais esforço, mais iniciativa para cumprir a lei (ASP, Frei Hermano José). (Grifo da autora)

Baseado em princípios franciscanos o discurso do frei aproxima-se dos princípios da justiça ambiental, do tratamento justo a todos os indivíduos, indiscriminadamente. Além disso, e não exclusivamente, o representante da igreja também alega a existência de investimentos em festas em detrimento de questões mais interessantes para o bem estar do povo, assim como fecha seu discurso reforçando a importância da articulação entre os atores para a atuação conjunta e êxito, assemelhando-se com o discurso do representante da Embrapa:

A recuperação do Riacho das Piabas só poderá ser feita com a implantação de um projeto envolvendo, simultaneamente várias áreas do conhecimento, envolvendo os seguintes aspectos: Preservação das áreas das nascentes, transformando-a em uma área de preservação permanente; regularização da vazão do riacho, de forma a eliminar/reduzir o risco de inundações; o reflorestamento das margens do riacho na área rural e urbanização das margens da área urbana; provavelmente a realocação de moradores em áreas de mais riscos; intensificação da coleta de lixo e orientação aos moradores de modo a eliminar a deposição de resíduos sólidos no leito do riacho; instalação de água e esgoto na área do entorno do riacho (ASP, Embrapa). (Grifo da autora).

Embora parceiros, tanto a Igreja como a Embrapa reconhecem a existência de desafios, sobretudo aqueles relacionados à mudança de hábito da população em conjunto com a efetiva participação do poder público.

Descobrir que é uma caminhada. Os interesses diferentes, a questão dos carroceiros que trazem o lixo de longe para colocar no canal. É o sustento. E a prefeitura de campina Grande não ajuda no sentido de encontrar alternativa para eles. A panificadora coloca lixo produzido na frente do comércio; e as famílias que não estão compreendendo. Falta um processo de educação e interesse no hábito que é prejudicial. Não pode perder a paciência, pois existem etapas. E se aqueles que tem o poder pudessem agir com mais passos, mais esforço, mais iniciativa, mais criatividade para cumprir a lei (ASP, Frei Hermano José). (Grifo da autora).

Existe o desafio cultural por parte dos moradores que não preservam o meio ambiente; estão alojados em locais quase sempre inadequados; resistem à ideia de sair do local, mesmo com os riscos de inundação; existe a dificuldade técnica, pois um projeto de revitalização do Riacho das Piabas só poderá ser feito com uma equipe multidisciplinar extremamente complexa para atingir todas as áreas; existe o desafio de ordem política, pois um projeto desta natureza, envolve certamente os poderes públicos, portanto teria que ser uma prioridade para os administradores das três esferas de governo (municipal, estadual e federal) (ASP, Embrapa). (Grifo da autora).

Para os educadores, os desafios residem no fato de existir “resistência em sensibilizar os adultos da comunidade em relação a esse fato, como também o interesse das autoridades competentes em se engajarem nesta luta” (ASP, Educador, Luiz Gomes).

Os parceiros então passam a falar da importância e dos impactos que a articulação tem provocado ou que podem provocar na população, destacando-se, como discutido outrora, a importância do engajamento das crianças na luta por um ambiente equilibrado.

A articulação que está acontecendo e tudo está ligado [campanhas] para reverter no bem-estar das pessoas. Quando elas se sentem valorizadas pelo poder público, podem ser liberadas das drogas e violência, por exemplo (ASP, Frei Hermano José).

Eu diria que o grande impacto seria de ordem cultural. O trabalho realizado junto à comunidade estudantil, certamente trará resultados a um prazo mais longo. Por outro lado, o fato de estar-se discutindo a questão poderá favorecer a obtenção de alguma ação mais efetiva para sua recuperação (ASP, Embrapa).

4.5 A VERSÃO GOVERNAMENTAL

Os atores governamentais foram: Secretaria de serviços urbanos; Coordenação de Defesa Civil; Coordenação de Educação Ambiental e Unidade de Saúde da família.

Tanto a Defesa Civil como a Secretaria de serviços urbanos assinalaram que fazem sua parte e que a população é quem não se sente corresponsável fazendo sua parte:

Falta consciência das pessoas, de parte da população. A coleta domiciliar passa três vezes por semana. Oitenta por cento (80%) do lixo vem de fora através dos carroceiros, principalmente entulhos. É necessário ter um trabalho da prefeitura no sentido das pessoas se conscientizarem, reeducar as pessoas para ver se melhoram. Fazer propaganda na mídia [...] O poder público faz sua parte. Não é porque se paga que deve sujar a cidade. Muitos dizem que pagam impostos e que é obrigação do poder público. Outros dizem: 'eu reconheço o trabalho de vocês'. [...] E disse que tem uma senhora que plantou árvores ao redor do canal para o povo não colocar lixo e vigia o dia todo. Quando a gente limpa fica limpo e quando volta encontra do mesmo jeito ou pior. Se a comunidade se reunisse e tivesse consciência do que estão falando, prejudicam a si próprios (ASG, Secretaria de Serviços Urbanos).

A defesa civil colocou muitas casas de aluguel para os moradores, mas eles permanecem nessas casas. O propósito é urbanizar a área em 2013. Todos os dias os moradores jogam sofás, aqueles que reclamam botam a comunidade Rosa Mística de cabeça para baixo e ainda querem ser ajudados. Alguns resistiram em sair da área de risco. As pessoas ganham as casas e vendem. Eles se acostumam a serem ajudados. Eles trocam os colchões por cachaça. A gente fica de mãos atadas. É um problema grave (ASG, Defesa Civil).

A Secretaria de Planejamento declarou apenas que a área será urbanizada e que “eles estão na vez”. Já a Secretaria de serviços urbanos e meio ambiente respondeu afirmando que o plano de educação ambiental está em andamento, em tramitação.

Outro importante agente governamental é a Unidade de saúde da Família, visto que é por meio dos dados fornecidos pelos postos de saúde que é possível avaliar os quadros clínicos decorrentes da situação degradadora existente.

São três unidades (Conceição I, Conceição II e Jardim Continental) que juntos atendem quase duas mil e setecentas famílias o que equivale aproximadamente a quase treze mil e quinhentos indivíduos.

Os funcionários falam dos problemas e da emergência de uma mudança e do descaso existente por parte dos moradores da área:

Os problemas são: falta de esgotamento sanitário; lixo acumulado devido à falta de educação. Existe coleta, mas alguns colocam o lixo no meio ambiente; baixas condições socioeconômicas das famílias, drogas, ruas acidentadas e algumas sem calçamento; além dos problemas de saúde que afetam as pessoas (USF, Conceição I).

Quando a gente sai para fazer a visita, volta arrasada porque foge do nosso controle. É uma área muito carente e quanto ao lixo, eles não colaboram. Eles reclamam quanto à demora dos exames, mas sobre o ambiente, não. A própria comunidade não se mobiliza para reivindicar melhoria (USF, Conceição II).

São em média de 250 a 600 atendimentos mensais e os problemas mais comuns são hipertensão, diabetes, verminoses, problemas dermatológicos (USF, Conceição II) ou Víroses, infecções respiratórias, hipertensão, diabetes, afecções de pele, verminoses, problemas ginecológicos, ansiedade – depressão (USF, Conceição I) e Diarreia, hepatite A, diabete, amigdalites, dislipidemias (USF, Jd Continental).

Importa destacar que algumas dessas como as verminoses, problemas dermatológicos, viroses, diarreia e hepatite A, são doenças de veiculação hídrica ou causadas, devido ou a partir das condições ambientais às quais a população está submetida.

Perguntados sobre quais ações ou decisões poderiam ser tomadas para que as condições de saúde da população melhorassem:

Implantação do esgoto sanitário, calçamento das ruas, medidas de políticas públicas sérias para o controle de uso e distribuição de drogas, emprego e renda; fiscalização e punição para os que contaminam o meio ambiente com o lixo jogado na rua; serviços de saúde adequados – infraestrutura, pessoal e insumos necessários ao atendimento da população; além de atendimento adequado nas especialidades de referência que forem necessários encaminhamentos (USF, Conceição I).

Desta forma, já não é mais necessário apontar os comunitários como agentes responsáveis pela situação. É hora de agir e, neste sentido, a esfera pública

pouco tem contribuído para o encaminhamento da resolução da situação-problema em estudo.

Melhor que atuar de forma reativa é prevenir o aparecimento de doenças, viroses, dermatites entre outros problemas. É mais inteligente investir em saneamento, calçamento e tudo que se fizer necessário do que gastar dinheiro com medicamentos a serem fornecidos nos postos de saúde, aos comunitários. A ideia do sistema de saúde é atender pacientes eventualmente e não rotineiramente como tem sido neste caso.

4.6 PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS

Além das caminhadas ecológicas com os alunos, onde houve a oportunidade de todos conhecerem a nascente do Riacho das Piabas, foram organizadas uma Mostra pedagógica, em 2012 (Tema: Eu coopero para um planeta sustentável e você? Subtemas: Solo, pra quê te quero; Eu cuido dos animais e você?; Coleta seletiva, alimente esta ideia e; Sacolas Plásticas: vilãs ou não?), com vistas a integrar cada vez mais a comunidade escolar e a comunidade em geral.



Figura 34. “Solo, pra quê te quero?” Mostra Pedagógica, 2012.

Foi desenvolvido ainda um projeto de Entrega de Sacola Retornável pelos educadores da Escola Luiz Gomes. Durante a Mostra Pedagógica, que integrou as

escolas, foram realizadas e apresentadas diversas atividades como desenhos, poemas, hortas, compostagem, utilização de materiais recicláveis entre outros.

O trabalho de percepção fotográfica com posterior expressão verbal e não-verbal foi desenvolvido no segundo semestre de 2012.



Figura 35. Antes do exercício de “percepção fotográfica”. 2012

Inicialmente os alunos demonstraram motivação e entusiasmo para manusearem a câmera fotográfica. Houve até disputa para saber que manusearia. Não houve a definição de percurso. Cada grupo decidiria por onde caminhar na comunidade. A iniciativa, o momento e a paisagem da fotografia também foram definidos pelos alunos (ver Anexo J).

Em comum, os grupos apresentaram resistência aos lugares que consideravam desagradáveis e queriam caminhar apenas em direção à área Urbana do Louzeiro.

Suas expressões iniciais demonstraram tristeza e vergonha de morarem nessas comunidades com um cenário desolador.

Houve dificuldade para que encontrassem imagens agradáveis em meio àquele cenário poluído, segundo o que afirmaram. Preferiram fotografar flores silvestres mesmo que elas estivessem em água poluída, calçadas, pequenos jardins, árvores, animais soltos nas ruas, as matas e as próprias residências.

“Achei bom aquelas plantinhas numa casa, num jardim. Flores roxas no meio do riacho sujo. Alguém devia cuidar” (ASEs, Luzia Dantas).



Figura 36. Percebendo o ambiente. 2012

Alguns direcionaram o olhar admirado para o céu e refletiam sobre a situação.

No retorno para a escola, observaram as próprias fotografias no computador e ficaram admirados com os resultados, sobretudo porque perceberem mais imagens desagradáveis do que agradáveis, conforme os depoimentos abaixo:

Foi ótimo porque tiramos imagens boas e ruins. A maioria foi ruim porque daqui pra frente podemos transformar aquelas imagens em imagens melhores para um mundo melhor. [...] o sofrimento daquelas pessoas afeta tanto que, quando tiramos foto ficamos emocionados com aquela situação. Eu me surpreendi. Não irei esquecer daquela situação (ASEs, Luzia Dantas).

“Muito pouco era as fotografias bonitas. Por isso, aqui é que a gente pode fazer para acabar com a poluição para que se torne no futuro um lugar melhor para se morar” (ASEs, Luzia Dantas).

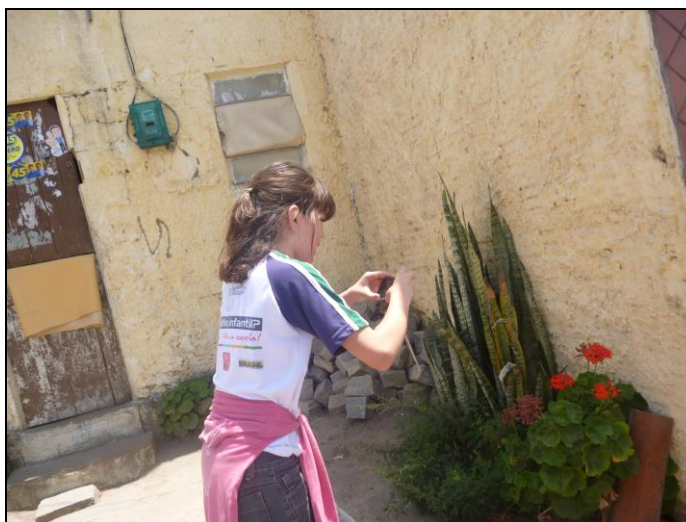


Figura 37. Paisagem agradável: flores vermelhas. 2012

Todos os alunos perceberam as imagens desagradáveis como sendo mais fortes do que as agradáveis. Um destes alunos falou que conheceu lugares novos na comunidade e que, no fim das contas, os moradores trabalhem unidos para que encontrem a solução:

Eu fiquei feliz nesse dia porque conheci ruas que não conhecia e também triste quando percebi tanto descaso: casas caindo, ruas sujas e animais soltos. Fiquei preocupada com aqueles moradores. Espero que eles se unam para buscar o melhor para eles e seus filhos (ASEs, Luzia Dantas).



Figura 38. Paisagem desagradável. 2012

Mesmo com os problemas percebidos, alguns estudantes gostam do lugar de moradia:

*Minha terra é boa de morar
 Todo mundo gosta de morar lá
 Todo dia vejo os passarinhos cantar
 Todo dia vou para a escola estudar
 Aprender sobre a Paraíba, Paraíba meu lugar
 Não troco minha rua por nenhuma outra
 Porque ela é especial
 E não existe outra igual*

(ASEs, Luzia Dantas)

Uma das paisagens mais fotografadas foi a da presença de lixo, seja no canal, nas ruas, nas calçadas ou em quaisquer outros lugares da comunidade.



Figura 39. Paisagem desagradável. 2012

Eu gostaria de ver essas imagens desagradáveis bonitas sem lixo. O canal eu queria ver limpo e os outros lugares floridos, bem verdes e também não poluídos porque é importante ver um lugar limpo (ASEs, Luzia Dantas).

As paisagens, muitas vezes inesquecíveis, mostram um ambiente na concepção dos estudantes, triste, sem qualidade de vida, sem condições de vida digna. Situações inesquecíveis para eles que desejam um lugar transformado com “[...] flores, animais, sem sujeira, mas para isso a população tem que ajudar, cooperando com amor e harmonia” (ASEs, Luzia Dantas).

Além da cooperação dos moradores, os alunos lembraram que a cooperação do poder público é fundamental e que, além disso, eles mesmos pensam em lutar por um mundo melhor para todos para que todos possam viver melhor.

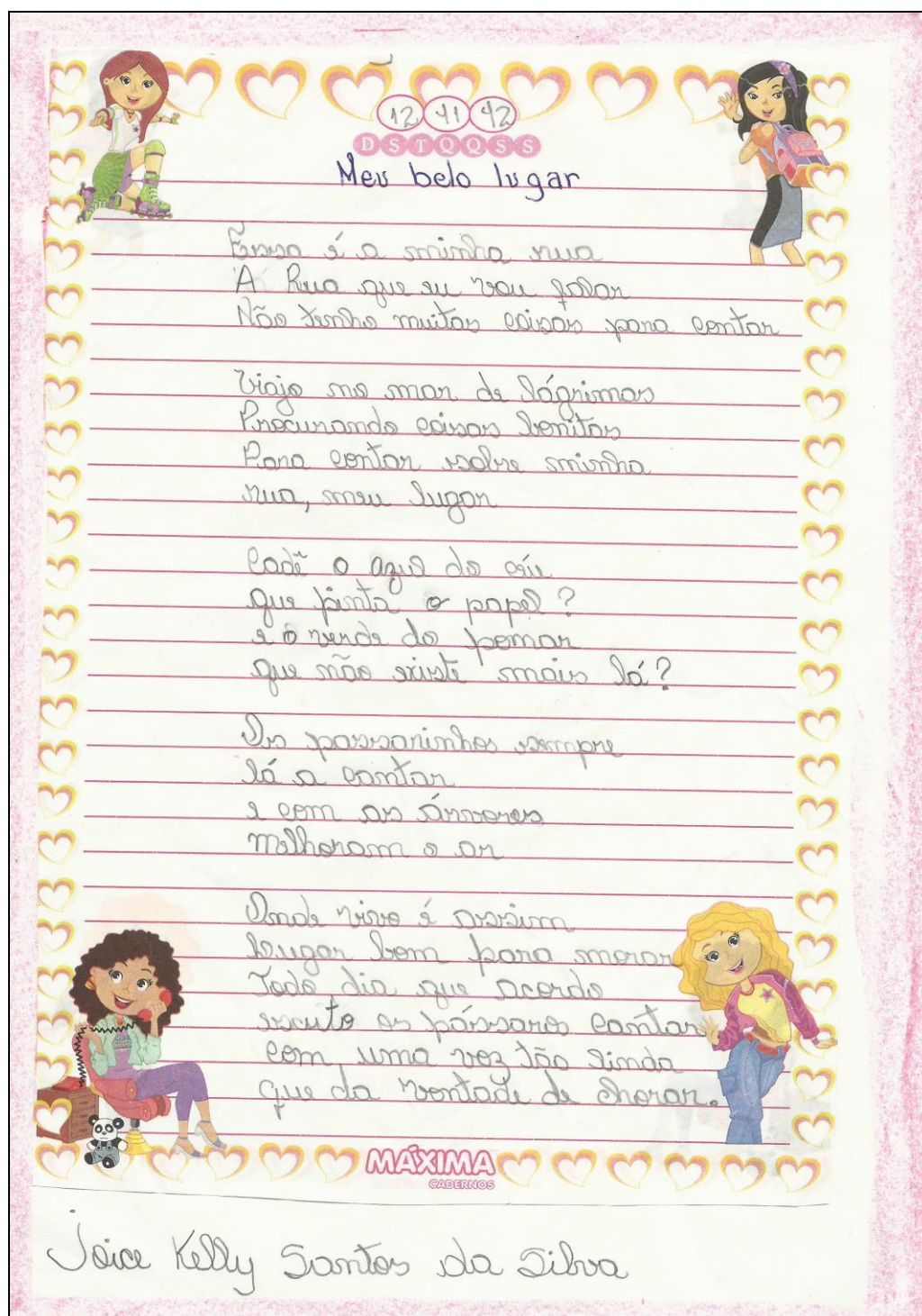


Figura 40. Percepção do ambiente. Resultado do exercício. 2012

Em contraste com os pássaros que cantam com “uma voz tão linda” existe o “lixo infinito” que traz doenças para a população:

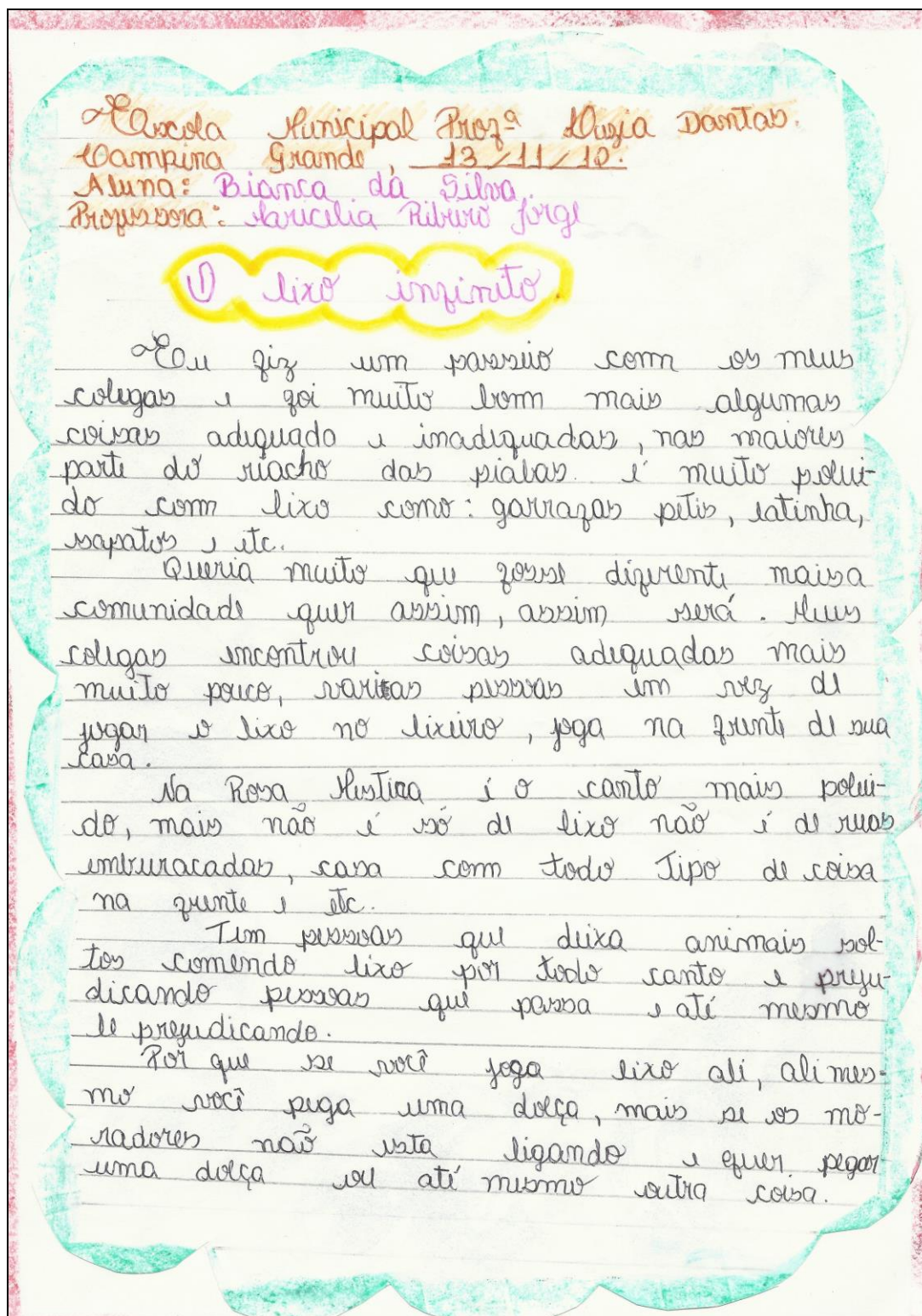


Figura 41. Percepção do ambiente. Resultado do exercício (1). 2012

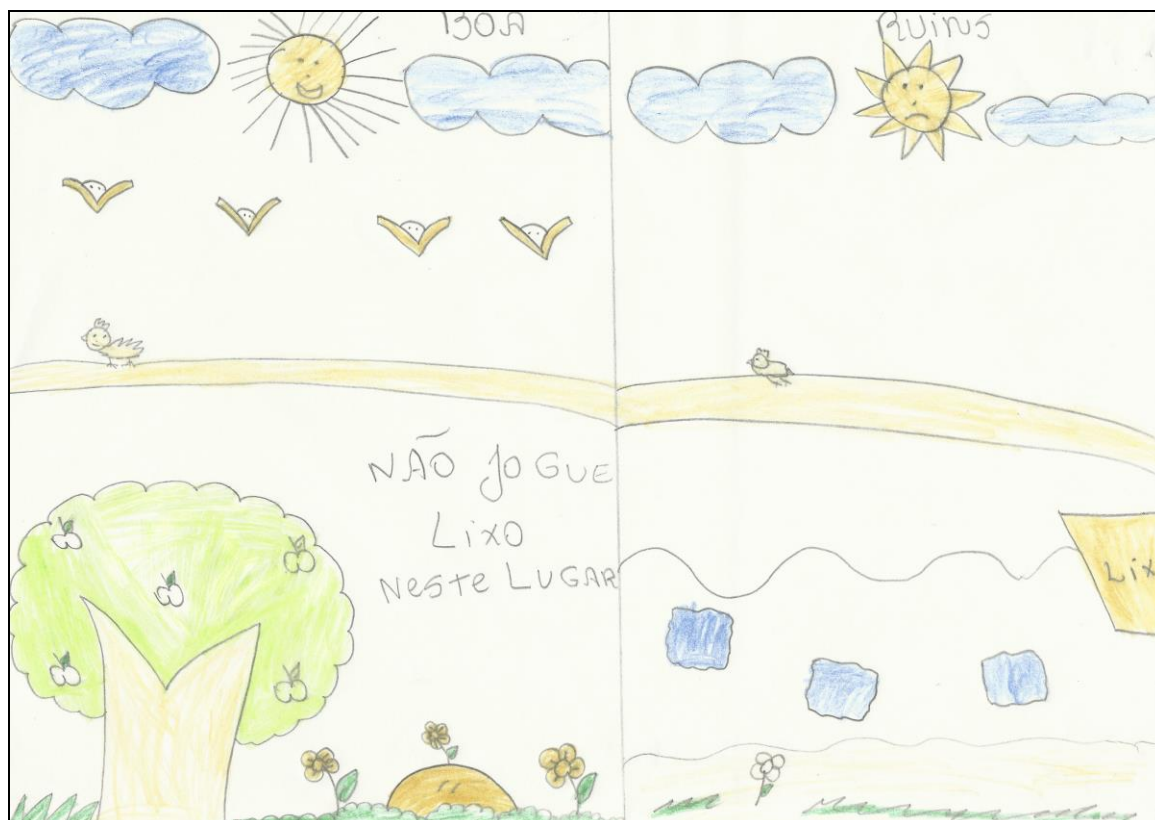


Figura 42. Paisagem desagradável em contraste com o desejo de mudança. Resultado do exercício. 2012

Quanto às sugestões de melhoria, além da cooperação comunitária e pública, atitudes como separação do lixo, plantar árvores e distribuir folhetos para alertar a população foram vistos como possibilidades.

5 CONSIDERAÇÕES

A revitalização do Riacho das Piabas é um processo e uma luta que aos poucos vai tomando maiores proporções, pois além de tudo, é uma questão de saúde pública, onde um contingente populacional, sobretudo pobre, sofre diretamente as consequências de um crescimento desordenado, da falta de políticas públicas e, portanto da ineficiência do poder público em corresponder às expectativas do interesse comum. A região em estudo agrega uma Área de Proteção Ambiental e, por isso, deve ser considerada como estratégica e alvo de diversas ações estruturadas a partir daquilo que vem sendo tratado como as causas da situação de poluição e degradação da área em estudo.

Embora seja um movimento recente (oficializado em 2011), mas com o problema existente há pelo menos 30 anos, consideramos que já existem inúmeros resultados positivos, como o envolvimento de diversos atores, as caminhadas ecológicas, as gincanas nas escolas, em detrimento dos negativos, como a não participação da população comunitária. Ao pensar que o início do processo envolvia ações pontuais como a formação de professores nas escolas, iniciadas pela prefeitura ainda na década de 1990 e que depois, por questões de mudança de governo, deixou de cumprir seu papel social, percebe-se que a semente plantada já germinou e a “plantinha” está crescendo.

Aqui cabe ressaltar o papel imprescindível da escola Luiz Gomes e Luzia Dantas que assumiram o compromisso desde o início. Se não fosse a participação, dedicação e empenho dos educadores e educandos que participaram das formações iniciais oferecidas pela prefeitura, parte dos comunitários e outros atores não teriam despertado para a situação, talvez tratando-a com naturalidade, em certo sentido, como vimos em alguns discursos onde os comunitários afirmaram que já estavam acostumados com o mau cheiro.

O desempenho efetivo do papel de cada um dos atores tem sido fundamental no fortalecimento da luta. Neste sentido, o projeto de extensão Universidade Cidadã, o Exército, a Igreja, as escolas, os educadores e educandos tem buscado, mesmo diante dos obstáculos como a ausência do poder público e a não participação de toda comunidade, a continuidade nas ações pela revitalização. No entanto, verificou-se que é preciso mais efetividade nas ações destes atores.

Os avanços são expressivos. Só pelo fato de ser uma luta já conhecida, legitimada, oficializada e ter sido levada a público e aos órgãos gestores municipais, já é conferida uma nova dimensão, uma maior dimensão, visibilidade ao movimento de revitalização, antes invisibilizado.

A participação das crianças e seu empenho enquadram-se como avanço ,enquanto que o desinteresse de grande parte da população que encontra-se desmotivada constitui um obstáculo ao crescimento do movimento. A conquista do apoio da mídia constitui mais um avanço, assim como o apoio do exército. Já a ausência do comitê de bacia na situação constitui um obstáculo, visto que, dentre outras funções, este órgão ligado à Agência Executiva de Águas – AESA, tem a função de mediar conflitos e de gerir, de forma compartilhada, todo o território da bacia.

Trata-se de uma situação de conflito indireto ou de conflito potencial, em que não há o enfrentamento, mas acusações, omissões e manifestações de poder e influências entre os atores.

Sendo assim, faz-se necessário um processo de sensibilização ambiental com os moradores em geral para que compreendam que a situação é o reflexo de suas ações e, algumas vezes, reflexo da falta de ação. Só a partir disso, surgirão indivíduos críticos e transformadores.

O Estado mostra-se ineficiente em suas responsabilidades e a igreja tem papel importante à medida que, além de outras tarefas, pode trabalhar no sentido de mediar as negociações entre os atores em geral.

A percepção gira em torno da não atuação responsável, tanto da população como do poder público e, quanto à motivação, poucos são aqueles que ainda se mantêm dispostos a reivindicar legalmente.

Sendo assim, este estudo tratou de investigar os avanços e os limites da mobilização pela revitalização do Riacho das Piabas. Os avanços são claros, assim como os obstáculos são inegáveis. Resta o fortalecimento dos atores, das responsabilidades e que cada qual assuma de fato, seu papel, deixando de procurar culpados e passando a agir nas múltiplas causas existentes. Investir em educação formal, ambiental e política é um fator preponderante para que a injustiça ambiental existente, neste caso, seja minimizada gradativamente até que o problema seja efetivamente solucionado.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALIER, Juan Martínez. **O Ecologismo dos Pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Maurício Waldman (Trad.). São Paulo: Contexto, 2007.

ALENCAR, Isabela. **Dia da Árvore celebra o Rio Piabas**. Atividades educacionais e manifesto pela preservação da nascente do Riacho das Piabas, fazem da programação alusiva ao Dia da árvore. 2012. Disponível em: <http://pmapb.blogspot.com.br/2012/09/dia-da-arvore-celebra-o-rio-piabas.html>. Acesso em: 30.Mai. 2013.

ARAÚJO, Caline Mendes; SARAIVA, Luiz Arthur Pereira. Urbanização e Processos socioespaciais: o caso da Comunidade Rosa Mística em Campina Grande. **XVI Encontro Nacional de Geógrafos-ENGE**. Anais. Porto Alegre. 2010. Disponível em: <http://migre.me/f7KPI>. Acesso em: 02.Jun. 2013.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – UFCG. **Ação pela revitalização do Riacho das Piabas acontece nesta sexta**. 2013. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=15022. Acesso em: jun. 2013.

AVAAZ.Org. Petições da Comunidade. Revitalização das nascentes dos Riachos Piabas e Bodocongó. 2012. Disponível em: <http://migre.me/f8RNS>. Acesso em: 30.mai.2013.

BATISTA, G.B. A atuação da organização não governamental associação civil alternativa Terra azul na formação de ativistas ambientais. In: Matos, K.S.A.L.de (org.). **Educação ambiental e sustentabilidade III**. Fortaleza: Edições UFC, 2011 p. 256 -270.

BEZERRA, A. S. S. Gestão Ambiental no Município. In: Filho, J.D. et al (org.). **Meio Ambiente, Sustentabilidade e Saneamento**: relatos sergipanos. Porto Alegre: Redes Editora, 2010. P.95-106.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei Nº 9795, de 27 de abril de 1999.

CAVALCANTE, Givaldo. Poluição do Riacho das Piabas. Ambientalistas discutem alternativas para salvar o Riacho das Piabas que vem sendo afetado pela poluição. IN: Jornal da Paraíba. 30.03.2012.

COPETTI, C. e LOTTERMANN, O. Em Busca da Justiça Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável na Sociedade de Risco. Desenvolvimento em questão: In: **Desenvolvimento em questão**. Revista do programa de pós-graduação em

desenvolvimento / universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ano 1. N. 1 (jan./jun.2003. Ijuí : Ed. Unijuí, 2003 p.133-152.

CORREIO DA PARAÍBA. **Ecologista diz que há mais danos do que a fogueira.** Paraíba. 25.mai.2005.

FEITOSA, R. A. e FEITOSA, V. A.d. e O. Educação Ambiental e o Intelectual Transformador In: Matos, K.S.A.L.de (org.). **Educação ambiental e sustentabilidade III.** Fortaleza: Edições UFC, 2011 p. 271-284.

FONSECA, A.C.S. **Percepção Ambiental de Alunos de Escolas Públicas do Município de Cuité/PB.** Trabalho de Conclusão de Curso(TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Lic. em Biologia-CES- UFCG, Cuité/PB, 2011

GALANO, C. Educación Ambiental: construcción desde los silencios de la Cuenca del Plata In: Cunha, L.H.de O.& Ferreira, A.D.D.F(org.). **Desenvolvimento e Meio Ambiente:** Dimensões Socioambientais: Aportes Críticos e Perspectivas Diversas. Curitiba, PR: Editora UFPR, n 20. Jul/dez. 2009.

IPARAÍBA. **As águas de volta ao seu lugar.** 2011. Disponível em: <http://www.clicrn.com.br/noticias,197864,,as+aguas+de+volta+ao+seu+lugar.html>. Acesso em: 05. Mai. 2013.

JACOBI, P.R. 2005. Comitês de bacias hidrográficas: o que está em jogo na gestão compartilhada e participativa. In: Dowbor, L. et al (org). **Administrando a água como se fosse importante.** São Paulo: Editora Senac. p.81-88.

JORNAL DA PARAÍBA. **MP quer recuperar área devastada.** Paraíba. 07. mai.2004.

KALIKOSKI, Daniela *et al* (orgs.). **Gestão compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros:** agir para refletir. Brasília: IBAMA, 2009. Disponível em: <http://migre.me/f8xj2>. Acesso em: 02.jun.2013.

LEFF, Henrique. **Epistemologia Ambiental.** Sandra Valenzuela (Trad.). 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Saber Ambiental:** Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Lúcia Mathilde Endlich Orth (Trad.). 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LISTINGE, S.C & SORRENTINO. M. As contribuições a partir do olhar atento: Estudo do meio ambiente e educação para a vida. **Ciência & Educação**, v. 14, n. 3, p. 601-19, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v14n3/a15v14n3.pdf>. Acesso em: mai. 2013.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação Ambiental Crítica: Do Socioambientalismo às Sociedades Sustentáveis. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a10v35n1.pdf>. Acesso em: 8. Set. 2012.

_____, Gustavo Ferreira da Costa. **Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória.** In: LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Vera Lúcia Antunes *et al.* Avaliação preliminar de impactos ambientais no entorno do Louzeiro e do Riacho das Piabas – Campina Grande – PB. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Vol. 7. N. 1. 2008. UEPB. Disponível em: <http://migre.me/ff8wA>. Acesso em: Mai. 2013.

LITTLE, Paul E. **Os conflitos Socioambientais: um campo de estudo e de ação política.** In: BURSZTYN, Marcell (Org). A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. P. 107-123.

MMA. **Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.** Primeiro Relatório Nacional para a Convenção sobre a diversidade biológica. Brasília, 1998.

MOREIRA, D. A. **O Método Fenomenológico na Pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004, p.55.

PARAÍBA HOJE. Chuva deixa 60 famílias desalojadas e 40 desabrigadas na cidade de Campina Grande. 2011. Disponível em: <http://migre.me/f8Siz>. Acesso em: 05. Mai.2013.

PB1. **Riacho das Piabas será revitalizado na gestão de Guilherme Almeida.** Segundo ambientalistas, os problemas ambientais foram causados pelo crescimento urbano e industrial. 2012. Disponível em: http://pb1.com.br/noticias_dentro.php?pt1=10457. Acesso em: 30. Mai. 2013.

PERALTA & RUIZ. **Educação popular ambiental.** Para uma pedagogia da apropriação do ambiente. IN: Leff, E (coord.) et al. São Paulo: Cortez, 2003 p. 241-280.

PHILIPPI JR, A; BRUNA, G. C. Política e Gestão Ambiental. In: PHILIPPI, JR, A; ROMERO, M de A. (editores) **Curso de Gestão Ambiental.** 1. ed. Barueri, SP: editora Manole.

PINHEIRO,E. **Percepção Ambiental e a atividade turística no Parque Estadual do Guartelá-PR.** Ciência e Tecnologia, Rio Claro-SP. V.4 (1): 376-393, abril, 2004

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social.** São Paulo: Cortez,1995.

RIBEIRO, L. M. **Sobre a percepção:** contribuições da história para a Educação Ambiental. Olam - Ciência & Tecnologia Rio Claro/SP, Brasil 4 (1): 649-666, 2004.

RODRIGUES, A.G. A Cidadania como Mecanismo Indutor do Desenvolvimento Regional no Âmbito do Mercosul. In: **Desenvolvimento em questão.** Revista do programa de pós-graduação em desenvolvimento / universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ano 1. N. 1 (jan./jun.2003. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003 p.99-131.

RODRIGUES, Ivete. et al. Estratégias de gestão ambiental nas empresas: análises de um projeto interinstitucional. In: RABECHINI JÚNIOR, R; CARVALHO, M. M. (Org). **Gerenciamento de projetos na prática: casos brasileiros**. São Paulo: Atlas, 2009. P. 123 – 141.

RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. 2.ed. re.v e ampl. Porto Alegre: Penso, 2012.

SANCHEZ, S. **Instrumentos da Pesquisa Qualitativa: Método Científico e suas Aplicações**. Disponível em www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo...Pesquisa_Qualitativa.ppt. Acesso em: 21. Nov. 2012.

SATO, Michèle. Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. In: **Educação Teoria e Prática**. Rio Claro, v. 9, n. 16/17, p. 24-35, 2001.

SERRER, F. Repensando a Democracia: a elaboração de uma gramática social-participativa In: **Desenvolvimento, gestão e cidadania**. Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ano 1. N.1 (jan/jun, 2003) Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. p.169-191.

SEIXAS, Cristina S. *et al.* **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis, 2005, p.81-87

SILVA, Francinete. **Devastação de reserva florestal em Campina Grande (PB) ameaça nascente de água doce**. In CORREIO DA PARAÍBA. 17. Dez. 2006.

SOUZA, A. F.F. de. **Açude Jatobá I, Patos – PB: Colonização de invertebrados e percepção ambiental dos atores sociais de seu entorno**/João Pessoa, 2009. 138p. Dissertação (Mestrado) UFPB – PRODEMA, 2009. 138p, p. 19-20.

SOUZA, Veneziano Guedes. *Et al.* Análise ambiental da microbacia hidrográfica do Riacho das Piabas, no trecho que compõe suas nascentes e a reserva urbana do Louzeiro, Campina Grande-PB, através de imagens de satélite. IN: **QUALIT@S Revista Eletrônica**. ISSN 1677-4280 V.7.n.1. Ano 2008. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/225/187>. Acesso em: 13. Jun. 2013.

_____, V. G. **Diagnóstico e prognóstico socioeconômico e ambiental das nascentes da Microbacia do Riacho das Piabas**. 2010. Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande-PB. 2010.

TRIGUEIRO, A et al. **Meio ambiente no século21: especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. P.313

TUAN, YI-FU. **Topofilia**. Um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VASCO, A.P.; ZAKRZEWSKI, S.B.B. **O estudo da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil**. Perspectiva, Erechim. V.34, n.125, p. 17-18, março/2010.

ZEFRET, A. P.B. A Globalização Alternativa como Estratégia de Desenvolvimento do Estado-Nação In: **Desenvolvimento em questão**. Revista do programa de pós-graduação em desenvolvimento, gestão e cidadania/Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ano 1. N.1 (jan./jun.2003) – Ijuí: Ed. Unijuí,2003, p. 151-168

ZHOURI, Andréa. **Conflitos Socioambientais e Meio Ambiente Urbano**. Comunidade, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Série Documenta Eicos. FAFICH – UFMG. Disponível em: <http://migre.me/ffi7l>. Acesso em: 15. Set. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionários

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Programa Regional de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente Mestrado

Questionário/roteiro de entrevista

Área de estudo: Comunidades ribeirinhas do Riacho das Piabas

Público-alvo: moradores em geral, comerciantes, líderes comunitários, representantes da igreja, policiais etc.

1. Sexo () M () F
2. Idade () Até 20 anos () 21 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () 51 ou mais
3. Escolaridade _____
4. Tempo de moradia no local _____
5. Ocupação _____
6. Renda Mensal _____
7. Participa de alguma organização comunitária: _____ Qual? _____

• **Condições de Moradia**

1. Tipo de Moradia (própria, alugada, cedida, herdeiros, N/R) _____
2. Abastecimento de água (rede pública, cedida, outra, N/R) _____
3. Instalação elétrica (com medidor, sem medidor, gambiarra, outro, N/R) _____
4. Instalação sanitária (individual, coletiva, não existe, N/R) _____
5. Eliminação dos dejetos (rede de esgoto, fossa, enterra, “joga no mato”, joga no canal, outro, N/R) _____
6. Destino do lixo (rede pública: rua para ser coletado, joga no canal, “joga no mato”, queima, N/R) _____

• **Sobre a área de estudo**

1. O que tem de bom onde você mora?
2. Quais os problemas?
3. O que foi feito para melhorar?
4. O que deve ser feito para melhorar?

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Programa Regional de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente Mestrado

Questionário/roteiro de entrevista

Área de estudo: Comunidades ribeirinhas do Riacho das Piabas

Público-alvo: Não-moradores que possuem algum tipo de vínculo com a localidade (comércio em geral, oficinas etc).

Sobre as comunidades ribeirinhas do Riacho das Piabas:

1. Quais os problemas e as interferências no seu local de trabalho?
2. O que tem sido feito para melhorar esta área?
3. Apresente sugestões de melhoria para esta área.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Programa Regional de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente Mestrado

Questionário/roteiro de entrevista

Área de estudo: Comunidades ribeirinhas do Riacho das Piabas

Público-alvo: Estudantes das Escolas Luzia Dantas, Luiz Gomes e Frei Dagoberto

1. Sexo () M () F
2. Idade _____ anos
3. Série _____

Sobre o lugar que mora:

1. Como é o lugar que você mora? Quais os problemas encontrados/
2. O que você fará para melhorar o lugar que você mora?
3. Como está o Riacho das Piabas?
4. Como vocês gostariam de ver o Riacho das Piabas no futuro?

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Programa Regional de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente Mestrado

Questionário/roteiro de entrevista

Área de estudo: Comunidades ribeirinhas do Riacho das Piabas

Público-alvo: Funcionários da Unidade Básica de Saúde

1. Quais os problemas dessa área?
2. Apresente sugestões de melhoria.
3. Quantos pacientes são atendidos por esta USF por mês e qual a faixa etária?
4. Quais os motivos (doenças) dos atendimentos?
5. Quais as principais reclamações desses pacientes?
6. Óbitos: Há registro? Causas? Faixa etária?

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Programa Regional de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente Mestrado

Questionário/roteiro de entrevista

Área de estudo: Comunidades ribeirinhas do Riacho das Piabas

Público-alvo: Parceiros da articulação interinstitucional

1. Instituição
2. Motivações para se tornar parceiro da causa?
3. Principais desafios encontrados.
4. Impactos positivos observados no decorrer das ações realizadas.
5. Quais as sugestões de melhoria para a área?

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Programa Regional de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente Mestrado

Questionário/roteiro de entrevista

Área de estudo: Comunidades ribeirinhas do Riacho das Piabas

Público-alvo: Educadores das escolas municipais Luzia Dantas, Luiz Gomes e Frei Dagoberto

1. Escola:
2. Tempo de atuação:
3. Nível de ensino:
 - Quais os problemas das comunidades ribeirinhas do Riacho das Piabas e as interferências na vida escolar dos alunos?
 - Apresente sugestões de melhoria para a área.
 - Relate as principais experiências referentes à inserção da questão ambiental na proposta pedagógica da escola?
 - Como tem sido a receptividade por parte dos alunos?

ANEXOS

A- Memória da segunda reunião pela revitalização do Riacho das Piabas

No dia vinte e cinco de abril de dois mil e onze, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se no Grupo Escolar Professora Luzia Dantas, localizada na rua Henrimar Costa de Oliveira s/n, no Bairro do Alto Branco, através da Campanha da Fraternidade 2011, o Frei Hernano José do Convento São Francisco e os representantes das comunidades da Palmeira, Conceição, Jardim Continental, Jardim Menezes e Alto Branco. A Universidade Federal de Campina Grande, através do Projeto de Extensão Universidade Cidadã (UFCG/PUC), mediou o diálogo pela REVITALIZAÇÃO DAS NASCENTES DO RIACHO PIABAS entre a Paróquia do Convento São Francisco, que apoia a comunidade e, o Dr. Eulâmpio Duarte, Promotor do Ministério Público para o Meio Ambiente. O Professor Fernando Garcia/UFCG, facilitador dessa reunião, fez a abertura da sessão que contou com 22 pessoas, entre as quais, a gestora e professores da escola Luzia Dantas e a Diretora da E.M.E.F Luiz Gomes da Silva, sito à Rua Franklin Araújo, no Bairro do Alto Branco, além do Professor Jógerson P. G. Pereira, do mestrando Enoque Oliveira e do doutorando em Recursos Naturais Veneziano G. S. Rêgo, pela UFCG. O Professor Fernando Garcia deu as boas vindas aos integrantes da assembleia e acatou a sugestão da Professora Márcia para iniciar os trabalhos através de uma oração que foi proferida pelo o Frei Hermano José. Após o pedido das bênçãos a Deus, houve a apresentação pessoal de cada ator em situação e registro de imagens e contatos. Professor Fernando Garcia historiou a reunião anterior resumindo como tema a REVITALIZAÇÃO DO RIACHO DAS PIABAS (PB) e seguidamente sugeriu uma nova data para o coletivo reunir-se às terças feiras, quinzenalmente, o que foi acatado por todos, ficando o próximo encontro para dez de maio às nove horas e trinta minutos. Como reflexão ele apresentou duas questões: a) o que esse grupo pode fazer juntos e b) o que se está fazendo individualmente? A partir dessa discussão sugeriu se construir OBJETIVOS E METAS, CALENDÁRIO DE AÇÕES E DIVISÕES DE TRABALHO. A seguir entregou ao Promotor Eulâmpio Duarte dois artigos científicos recentemente publicados sobre esse segmento de microbacia hidrográfica que totalizam trinta páginas ambos e estão disponíveis pela rede mundial de computadores (I - Análise ambiental da

microbacia hidrográfica do Riacho das Piabas, no trecho que compõe suas nascentes e a Reserva Urbana do Louzeiro, Campina Grande - PB. II - Avaliação preliminar de impactos ambientais no entorno do Louzeiro e Riacho das Piabas, Campina Grande – PB). O Doutor Eulâmpio, atendendo pedido da diretora, cedeu os documentos à Escola com o fim especial de instrução pedagógica para suas educadoras e seguidamente ele discorreu sobre as dificuldades de ação no campo jurídico orientando ao grupo instituir ações no campo político municipal estadual e federal, porque já há ação judicial em andamento e registrou a inserção da monografia de Veneziano (Impactos antrópicos e integridade ecológica no Sítio Louzeiro) nos autos do processo que se encontra na 3ª instância desde 1995. Ele parafraseou Dr. Elpídio de Almeida ao citar “o Louzeiro como um refrigerio para a cidade” e “a cacimba do Louzeiro abastecia Campina Grande”. Justifica-se essa ação por ser área histórica e agradável. Citou ainda ser fundamental a Educação como formação cívica, exemplificando a campanha contra as fogueiras em anos passados e orientou os nomes do Professor Daniel Duarte, do Padre Acírio e do Bispo Don Jaime como potenciais parceiros dessa conquista. O professor Fernando pediu permissão ao grupo para veicular essas reuniões na página eletrônica da UFCG e Universidade Cidadã, bem como, republicar o que já foi escrito sobre a área. Para Frei Hermano o saneamento básico e o lixo são as questões mais preocupantes para as comunidades, fazendo-se mister a adoção de medidas práticas e viáveis rápidas. A diretora lembrou se a história do Riacho das Piabas for transcrito em cordel pelo Poeta Manoel Monteiro muito favorecerá o envolvimento dos vários atores nessa questão do meio ambiente. Frei Hermano José entregou abaixo-assinado com mais de duzentas assinaturas para fortalecer o pedido de INICIATIVA POPULAR. O Promotor do Meio Ambiente, dentro de sua experiência jurídica sugeriu aproveitar essa petição popular em audiência pública com o Ministério Público a ser programada. A seguir, foi citado o mutirão da limpeza do Riacho das Piabas para os dias vinte e nove e trinta de abril com a participação dos segmentos da Prefeitura Municipal de Campina Grande e comunidade de moradores. Para esse mutirão serão plantadas algumas árvores cedidas pelo Horto Florestal Lauro Pires contando com a participação das escolas e da UFCG. Professor Fernando Garcia passou a palavra para Veneziano que concebeu o sistema hidrográfico aconselhando tornar a montante área de Preservação Espacial, a região de transição urbano-rural da Mata do Louzeiro parque zoobotânico aos

animais mutilados, para o segmento urbano desviar e tratar os efluentes do canal das Piabas e Açude Velho, despoluindo-os para receberem água das nascentes, juntamente com o segmento oposto do Riacho das Piabas que corta a antiga Cachoeira até o Parque do Poeta, também tombado pela Lei. Professor Fernando comentou a grandeza do desafio e orientou tornar público o movimento, pediu em seguida ao Doutor Eulâmpio que fosse disponibilizado à comunidade o que já se tem da região, em especial artigos escritos, a Lei de Proteção e cópia do processo de Ação Civil Pública já em andamento, recebendo resposta positiva. Ato contínuo deu início aos encaminhamentos, 1) para firmar contatos com o Professor Daniel Duarte, com o Padre Acírio, o Bispo Don Jaime e, o Poeta Manoel Monteiro, buscando apoio e suas participações na próxima reunião; 2) comunicar a assessoria de imprensa da UFCG as ações do movimento; 3) construir arquivo na escola para disponibilizar a memória das assembleias e documentos afins; 4) facilitar a visita das escolas a trechos do Riacho Piabas familiarizando-os a região e sua realidade; 5) dar importância para a comunidade fazer seus depoimentos no início dos trabalhos. Em seguida, O Professor Fernando Garcia, agradeceu a presença de todos e deu como encerrada a 2ª Reunião da Comunidade de São Francisco em Ação através da Campanha da Fraternidade 2011 em defesa da Revitalização das Nascentes do Riacho das Piabas, sendo lavrada a presente memória.

Campina Grande, 25 de Abril de 2011.

ANEXO B- Campanha da Fraternidade 2011

ANEXO C- 1ª página do regulamento do “Ladeira a baixo”



Centro de Ciência e Tecnologia
Unidade Acadêmica de Design
LADEIRA A BAIXO!
2ª Corrida de Máquina Corredora de Campina Grande

Tema: Ecologia.

Data: Domingo, 06 de Novembro de 2011.

Local: Parque do Povo, Campina Grande / PB.

REGULAMENTO DO EVENTO

DEFINIÇÕES GERAIS

1 Máquina Corredora

Veículo desenhado e construído para ser impulsionado por força humana. As suas dimensões devem estar dentro dos limites de cotas máximas impostas pela organização. Deverão ser construídas com materiais reaproveitados, reutilizados e/ou reciclados ou se construídos com material novo na estrutura/chassi deve na sua configuração externa e decoração deve atender a temática ecológica. Assim podemos ter:

- A. Veículo construído todo de materiais reaproveitados, reutilizados e/ou reciclados.
- B. Veículo construído na estrutura/chassi com materiais reaproveitados, reutilizados e/ou reciclados com qualquer temática externa/decoração.
- C. Veículo construído na estrutura com materiais novos, porém com temática externa/decoração ecológica.

2 Pista

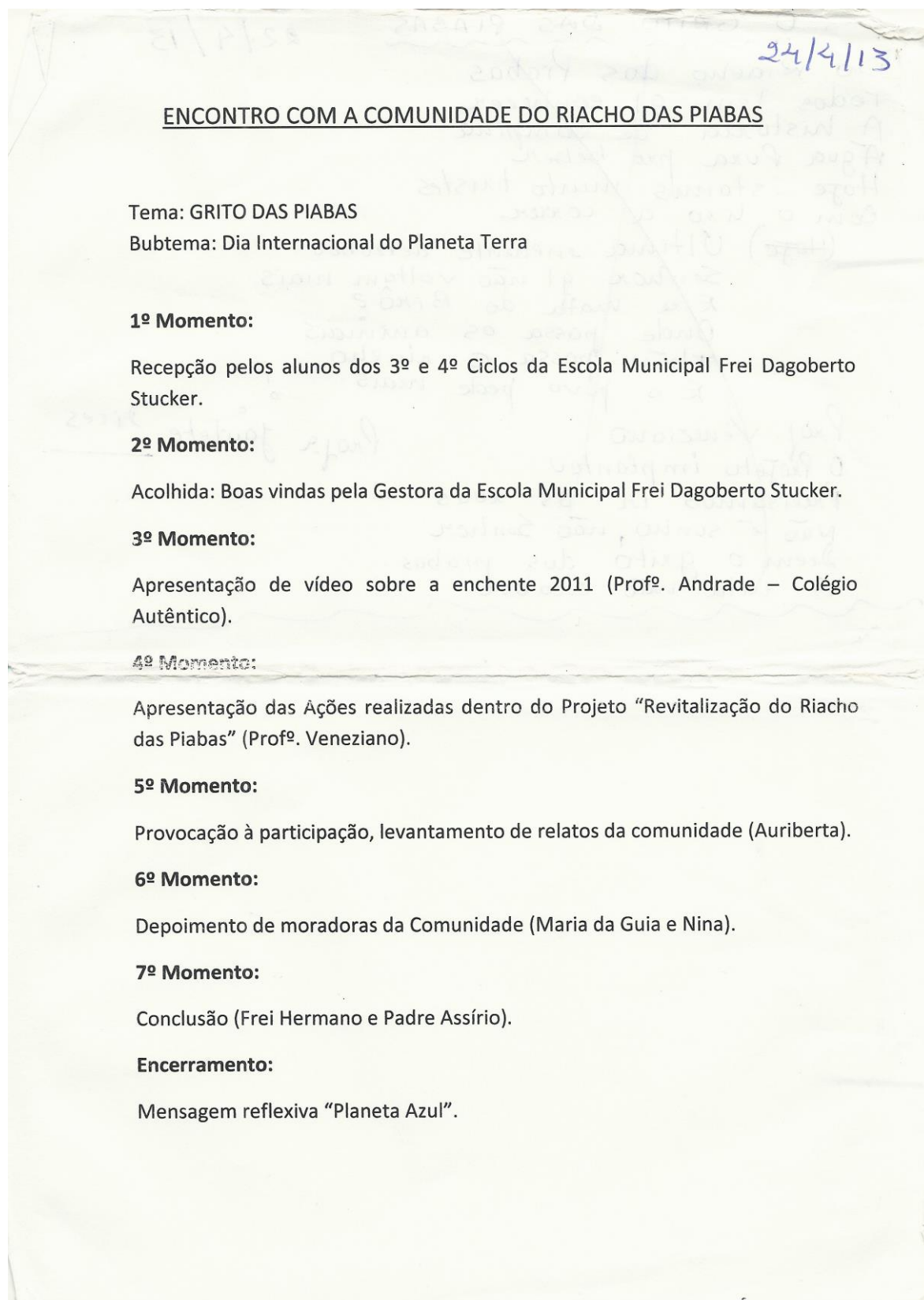
Pista em descida, com curvas.

3 Partida / Largada

A partida/largada será em área plana e terá uma área limite para a equipe empurrar a máquina corredora, que tem obrigatoriamente, que percorrer antes da descida para realizar a prova.

4 Equipe

Composta de 4 (quatro) ou 5 (cinco) participantes responsáveis pelo desenho, desenvolvimento, construção, preparação e pilotagem da máquina corredora. Cada equipe deve ter um número, nome de identificação e uma trilha sonora. Durante o evento até dois participantes poderão pilotar

ANEXO D- Pauta de Reunião

ANEXO E – “O Grito das Piabas”

**Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Campina Grande – PMCG
Secretaria de Educação – SEDUC
Escola Municipal Frei Dagoberto Stucker**

O Grito das Piabas

No Riacho das Piabas
Todos têm que conhecer
A história de Campina
Água pura pra beber
Hoje estamos muito tristes
Com o lixo a correr

Última enchente derrubou
Sonhos que não voltam mais
E a Mata do Biró?
Onde passam os animais
Também passa o riacho
E o povo pede mais

Professor Veneziano
Com a “turma” implantou
Precisamos ir às ruas
Não é sonho não Senhor
Deem o grito das piabas
A luta não acabou

Nosso Prefeito Romero
Que aqui veio nos visitar
Entregamos a petição
Com todos a assinar
Pois o Riacho das Piabas
Queremos revitalizar

Prof.^a Jaidete Dias
(Educadora popular)

ANEXO F – Poema pela revitalização do Riacho das Piabas

Riacho das Piabas

Quero falar aos senhores
História que vi e ouvi contar
Uma das contadas por moradores
Que mandaram tipografar

Trata-se do Riacho das Piabas
Que tem centenas de nascentes
Perfeita criação de Deus
Antes de chegar o bicho gente
E este quando chegou
Da fauna e flora não cuidou
E esta beleza se ameaçou
De desaparecer completamente

Por isso estamos aqui
Juntos queremos gritar
A todos os cidadãos
Independente de credo
E também de profissão
Pois, juntos devemos estar
E com apoio de todos
O Riacho das Piabas salvar

O Riacho das Piabas
Faz lembrar Campina Grande
Esta terra cativante
Foram os índios Ariús
Seus primeiros habitantes
Que nas imediações do Açude velho encontraram
Água doce abundante

O Açude Velho manifesta
Resultados exemplares
Dos quinhentos hectares
Que forma a microbacia
Desaguando no sítio Louzeiro
Isto está na geografia
É uma excelente água
Que compõe essa hidrografia

Essa bacia hidrográfica
Permeia três municípios
Ainda nas cabeceiras
Da flora existe resquícios
Do que restou da floresta
Devastada desde o início

Citando os três municípios

Campina Grande, Lagoa Seca e Puxinanã
Cidades emancipadas
Que devem estar preocupadas
Em tornar esta água sã
Que hoje pode não fazer falta
Mas fará falta amanhã

Este potencial hídrico
Forma córrego, várzeas e riachos
Poços, cacimbas, barreiros e barragens
E tudo isso interage
Com necessidades ambientais
De zonas rurais e urbanas
E até em nossos quintais

Pois, toda essa beleza
É obra da natureza
E na história dessa cidade
Teve a capacidade
De oferecer fartura
Isso faz parte da cultura
Da nossa sociedade

A cidade foi crescendo
E o povo infelizmente esquecendo
De zelar pelo riacho
Esgoto, lixo e metralha
Além da quantidade de bichos
Que trazem doenças aos humanos
Em todos os dias do ano

Esta situação é necessário mudar
O povo se conscientizar
De zelar pela natureza
E os governantes investirem
Em toda essa beleza
Que são os recursos naturais
Disso todos tem certeza

Revitalizar o Riacho das Piabas
Não é limpar o canal apenas
Isso só evita a cena
De uma paisagem crucial
Que enfeia a cidade
Traz doenças aos moradores
Gerando gemidos e dores
Preocupando a comunidade
Que faz apelo aos gestores
Pelo bem da sociedade

O canal é só um trecho
Que faz parte do contexto
Que encaminha as águas vertentes
Mas sendo jogado esgoto e lixo
Altera o meio ambiente

O que é puro e cristalino
Transforma-se em poluente

É bom que seja decidido
Colocar o lixo no canal
Deva ser proibido
Pois a concreta verdade
Manter a cidade limpa
É de todos a responsabilidade
Dos eleitos políticos
E também da sociedade

Então vamos falar agora
De ideias e ideais
Que por muitos são sonhados
E podem ser realizadas
Quando alguém joga a semente
Lembrando o saudoso Frei Anísio
Com seu programa e seus escritos
Visando salvar o meio ambiente

Não esquecendo o Frei Hermano
Com toda boa vontade
Em nossa paróquia há dois anos
Apaixonado pelas comunidades
Visitando moradores a margem do riacho
Viu muita vulnerabilidade
E o projeto de limpeza do canal
Tornou-se prioridade

É uma luta constante
2009 marca o tempo
Reuniões semanais é alento
Além de envio às autoridades de cartas e documentos
Encontros com representantes políticos e comunitários
Também faz parte desse invento
Tudo em nome da comunidade São Francisco
Considerando a localização do convento

Mas tudo se ampliou
Quando se iniciou
A Campanha da Fraternidade “CF 2011”
Com tema tão pertinente
Pois vida no planeta é trabalhar
Muitos tipos de sementes

O lema fala do parto e dor
Parece até coisa estranha
Mas todo parto vem das entranhas
E o rebento é amor
A criança, então chorou
A comunidade ouviu
Em nome da CF se reuniu
A propósito se juntou
Outras ideias pendentes

Dando força ao projeto maior
Projeto de muita gente

Gente como Veneziano
Que alimenta a ideia
Como grande Odisséia
Busca essa revitalização
Não de hoje, há alguns anos
Nos seus estudos de Doutorado
Enfatiza este plano

Neste juntar de ideias
Surge novas parcerias
Como a Escola Municipal Luzia Dantas
Com empenho e autonomia
Abre as portas aos encontros
Com carinho e alegria

Parceiras e parceiros
Todos serão bem vindos
Citamos o P^e. Acírio
Que na mobilização de escolas é pioneiro
Na CF de 2004
Fez caminhada ao Louzeiro
Para chamar atenção
De todo aquele aguaceiro

Em tempo lembramos
Das nossas universidades
Prometendo se envolver
Com a sua intelectualidade
Além do quartel do exército
Com caráter e qualidade
Contamos ainda com o empenho
Da nossa comunidade

Tudo isso ainda é pouco
Dado projeto importante
Revitalização do canal das Piabas
Propõe progresso gigante
Foi o olho d'água do passado
Que tornou Campina avante

Com ideias futuristas
Campina Grande está na lista
Para esse desenvolvimento
Dentro de um planejamento
Que faça crescer a região
Ter governos a cooperação
Esta é uma ação legal
Que gera o crescimento
Da zona urbana e rural

Transformar essas nascentes
Em verdadeiros santuários

Traz vida para o meio urbano
E também para o meio urbano
E também para o meio agrário
E o sítio Louzeiro, em reserva oficial
Lá foi feito tijolo e telha
Para construir a Catedral
Então já está abençoado
Em ser Reserva legal

Todos os segmentos da sociedade
Precisam se envolver
Sejam autoridade ou povão
Todos devem perceber
Que o grito é da natureza
Clamando de forma lamentável
Para cuidarmos da mãe terra
Isso é bem agradável
Pois cuidar dessas nascentes
É uma atitude louvável
E Campina Grande pode se tornar
Uma cidade sustentável

Auriberta Cardoso da Rocha
(moradora das imediações)

Campina Grande, 07 de setembro de 2011

ANEXO G – Cartilha de Educação Ambiental (2001) para integrar as três escolas (Luzia Dantas, Frei Dagoberto, Luiz Couto)



ANEXO H – Repercussão da reunião de 17 de junho (2013)

Romero quer fazer em Campina o maior parque botânico do Nordeste

junho 18, 2013 | Arquivado em: [Ações, Bairros, Notícias, Últimas Notícias](#) | Publicado por: [Bruno Herbert](#)

O prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues, revelou que vem, desde o início de sua gestão, realizando ações que visam à preservação do meio ambiente e garantiu que está trabalhando para fazer na cidade o maior parque botânico da região Nordeste.

A afirmação foi feita pelo prefeito na última segunda-feira (17), na Escola Municipal Luiza Dantas, onde recebeu a carta das comunidades Jardim Continental, Jardim Menezes, Rosa Mística, Palmeira, Alto Branco e Louzeiro, elaborada pela Articulação pela Revitalização do Riacho das Piabas, composta de várias entidades. Anexo ao documento, também consta um abaixo assinado com quase três mil assinaturas.

O ato contou com a participação de professores e alunos das escolas Luzia Dantas, Frei Dagoberto Luiz Gomes e do Colégio Autêntico. Também prestigiaram o acontecimento a secretária de Cultura do Município, Marlene Alves, o vereador Inácio Falcão, o professor Fábio Medeiros e o padre Acírio, um dos grandes responsáveis pelo movimento.

Romero mostrou-se sensível ao pleito e assegurou total empenho para atendê-lo. De imediato, assegurou que todas as reivindicações apresentadas serão analisadas com atenção especial e, posteriormente, será elaborado projeto para se buscar a sua viabilidade.

Por sugestão de Romero, será realizada uma caminhada pela área, nos próximos dias, com a participação de todas as entidades envolvidas para se observar a real situação de degradação. A partir daí, após análises técnicas, será definido o conjunto de medidas a serem adotadas.

“Vamos cuidar dessa área com muito carinho e dedicação, na defesa do ecossistema. Estamos lutando para trazer cada dia mais benefícios e qualidade de vida para a população. Temos dado provas de procuramos fazer o melhor para a população. Sou um defensor do meio ambiente e não seria no meu governo que a cidade iria perder em qualidade de vida”, garantiu.

Ao lembrar que já na atual gestão conseguiu adquirir uma área de 21 hectares, no Loureiro, a área mais degradada de Campina Grande, o prefeito disse estar feliz em anunciar mais esta importante ação.

“Com fé em Deus, entraremos para a história como o governo que mais defendeu a ecologia, o ecossistema e o meio ambiente do município. Pretendo ampliar essas áreas. Estamos tentando. Queremos ali o maior parque botânico do Nordeste. É isso que desejamos e vamos trabalhar com esse objetivo”, assegurou.

Disponível em: <http://campinagrandepb.com.br/romero-rodrigues-quer-fazer-em-campina-o-maior-parque-botanico-do-nordeste/>. Acesso em: 18. Jun.2013.

ANEXO I – Folder da Mostra Pedagógica



Texto coletivo do 1º ano

Não poluam os rios, os animais bebem água.

Vamos cuidar bem dos nossos animais.

Os animais são nossos amigos, não os mate.

Quem maltrata os animais, está destruindo vidas.

Precisamos da natureza muito mais que ela precisa de nós.

Profª: Maria Verônica Lira Silva

Texto coletivo 2º ano

No dia 01 de Agosto de 2012, a nossa turma do 2º ano fez uma experiência sobre como se decompõe o lixo.

Na parte de trás da escola, enterramos: laranja, papel, sacola e garrafa pet.

Em 13 de Agosto, voltamos ao local e desenterramos os objetos.

Observamos que, a laranja e o papel logo se deterioraram, enquanto a sacola plástica e a garrafa pet permaneceram do mesmo jeito.

Depois dessa experiência, percebemos o quanto nós prejudicamos o meio ambiente.

Profª: Eliezelma Demétrio de Souza



Texto do 3º ano

RIACHO DAS PIABAS

A cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba-Brasil, evoluiu às margens do Riacho das Piabas no trecho correspondente ao Açude Velho. Essa microbacia conservada, esteve disponível ao seus primeiros habitantes: os índios Cariris e Ariús.

A água doce que brotava das fontes atraía os antigos viajantes (Tropeiros da Borborema) que amarravam seus animais nas "campinas grandes". Neste exato momento, essas nascentes estão ameaçadas pela poluição e os espaços verdes da nossa cidade são destruídos pelo interesse privado.

Junte-se a nos pela REVITALIZAÇÃO DESSE RIACHO.

Profª: Kênia Solange Cavalcanti



Texto Coletivo Produzido pelos Alunos Do 4º Ano

Você sabe de que é feito o plástico?

O plástico é feito com petróleo. O petróleo vem do fundo do mar.

Com o plástico fazemos várias coisas: bonecas, carro, bacia, copos, liquidificadores, roupas, bolsas...

Uma das coisas que são feitas de plásticos as sacolas de supermercados.

As sacolas plásticas podem causar muitos danos ao meio ambiente: entopem os bueiros, poluem, as ruas canais e rios; matam animais; poluem o ar...

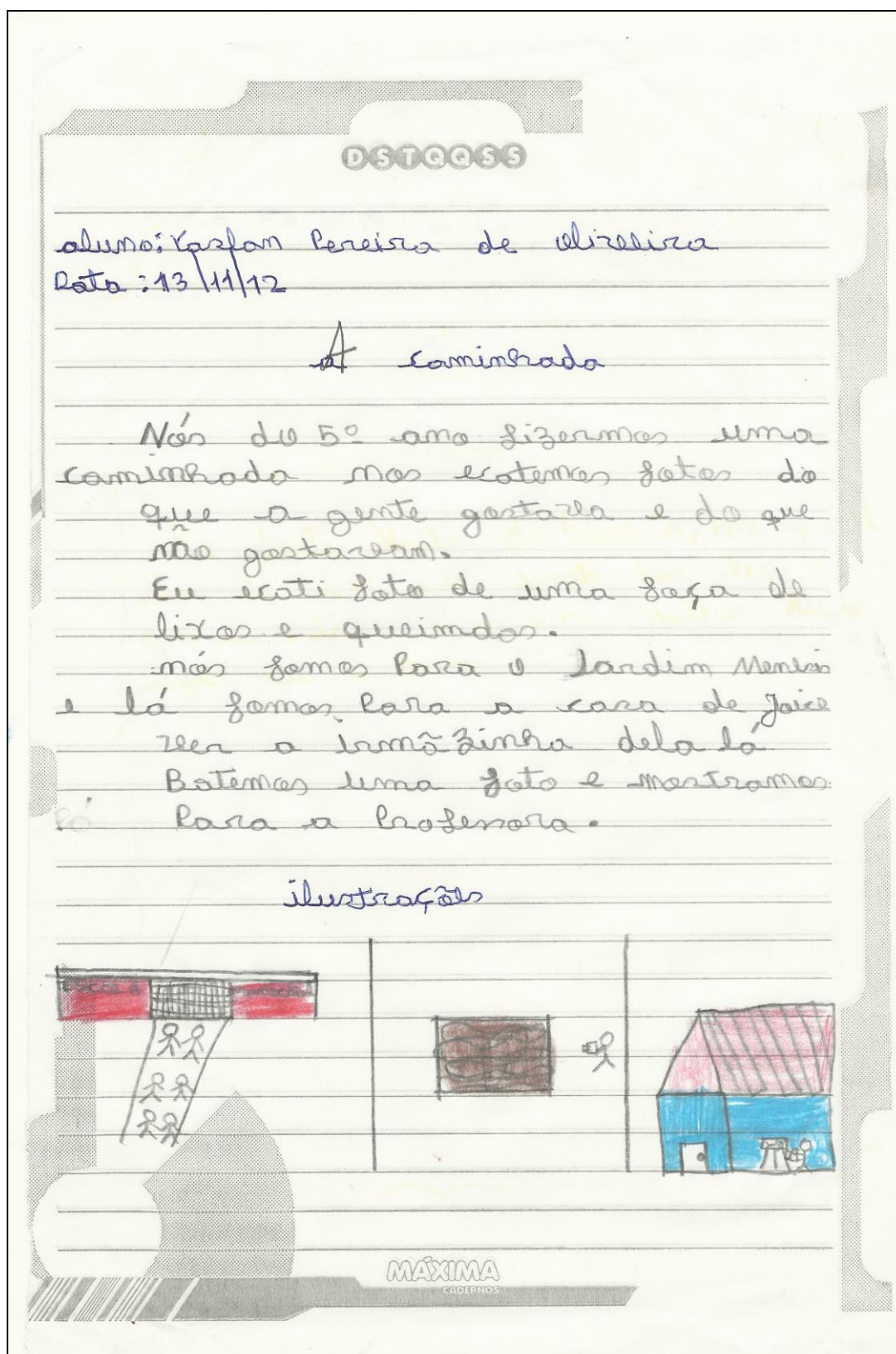
Mas, também, podem ser reaproveitadas! Produzindo tecidos plásticos, bolsas, roupas, tapetes, jogo americano, chapéu, toalha de mesa...

Depois de ler este texto **VOCÊ ACHA QUE AS SACOLAS PLÁSTICAS SÃO VILÃS? VAI DEPENDER DE VOCÊ!**

Profª: Maria de Fátima Silva Salles Lopes



ANEXO J – Produtos do “Exercício Fotográfico” de percepção





Que lugar é esse ?

Fizemos um passeio com Vanda para observarmos melhor o bairro do Alto Branco.

Eu fiquei feliz nesse dia porque conheci ruas que não conhecia e também fiquei triste quando percebi tanto deste caso: Casas caíndo, ruas sujas, animas soltas.

Fiquei preocupada com aqueles moradores. Espero que eles se unam para buscar o melhor para eles e seus filhos.

Laura Maria Ribeiro Jorge



ANEXO K - DOSSIÊ RIACHO DAS PIABAS – UFCG

- Notícias de Jornais e Portais

DATA	TÍTULO	VEÍCULO
07.05.2004	MP quer recuperar área devastada	Jornal da Paraíba
25.05.2005	Ecologistas dizem que há mais danos que a fogueira	Correio da Paraíba
29.04.2011	UFCG integra movimento pela revitalização do Riacho das Piabas	UFCG http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=12073
30.04.2011	Projeto de revitalização do Riacho das Piabas	Diário da Borborema http://www.diariodaborborema.com.br/2011/04/30/educacao1_0.php
05.05.2011	As águas de volta ao seu lugar	CLICK RN http://www.iparaiba.com.br/noticias.php?noticia=197864&categoria=39&titulo=as+aguas+de+volta+ao+seu+lugar
05.05.2011	Chuvas deixam 60 famílias desalojadas e 40 desabrigadas em campina grande	Blog Paraíba Hoje http://paraibahoje.wordpress.com/2011/05/05/chuva-deixa-60-familias-desalojadas-e-40-desabrigadas-na-cidade-de-cg/
08.06.2011	Projeto de educação ambiental através do estudo histórico-geográfico e ecológico da Bacia do Riacho das Piabas	USP WWW.educar.sc.usp.br/biologia/pb_camp.html
17.07.2011	Ecologia, mercado de carbono e meio ambiente	ZOONEWS www.zoonews.com.br
28.03.2012	UFCG participa de atividades pela revitalização do Riacho das Piabas	PBJÁ http://www.pbja.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14123:ufcg-participa-de-atividades-para-revitalizacao-do-riacho-das-

		piabas&catid=39:gente-interna-parte-03
30.03.2012	Poluição no Riacho das Piabas	Jornal da Paraíba http://www.jornaldaparaiba.com.br/noticia/79892_poluicao-no-riacho-das-piabas
05.06.2012	Projeto da UFCG promove ação ecológica no dia mundial do meio ambiente	UFCG www.ufcg.edu.br
13.06.2012	caminhada ecológica promovida pelo projeto Universidade Cidadã	UFCG www.ufcg.edu.com.br
04.09.2012	Proposta do candidato à prefeitura de Campina Grande Guilherme Almeida	PB1 WWW.pb1.com.br
08.09.2012	Campanha utiliza a <i>internet</i> para a revitalização do Riacho das Piabas	Jornal da Paraíba http://www.jornaldaparaiba.com.br/noticia/91426_campanha-utiliza-a-internet-para-a-revitalizacao-do-riacho-das-piabas
18.09.2012	Projeto da UFCG vai celebrar o dia da árvore	UFCG
22.09.2012	Crianças fazem trilha na mata do Louzeiro	INTERJORNAL
21.09.2012	Dia da árvore celebra o Riacho das Piabas	BLOG PMAPB http://pmapb.blogspot.com.br/2012/09/dia-da-arvore-celebra-o-rio-piabas.html
04.10.2012	Riacho das Piabas	Espaço Ecológico WWW.espacoecologiconoar.com.br/

- **Matérias de Telejornais relacionadas à revitalização do Riacho das Piabas**

DATA	VEICULAÇÃO
23.04.2011	TV PB COMUNIDADE http://www.youtube.com/watch?v=L1YhFOr-aFg
03.06.2011	TV ITARARÉ (Poluição em Campina Grande) http://www.youtube.com/watch?v=epyo3-qnePI
06.09.2011	TV ITARARÉ (Dia da árvore) http://www.youtube.com/watch?v=W75p3UwbGz0
07.11.2011	TV ITARARÉ http://www.youtube.com/watch?v=W0hD0iGaSIY
11.05.2012	PROGRAMA MEIO DIA NA ITARARÉ http://www.youtube.com/watch?v=OPxBhtQviFI
05.06.2012	JPB 2ª EDIÇÃO (III Caminhada Ecológica) http://globo.vglobo.com/rede-paraiba/jpb-2a-edicao/v/criancas-participam-da-iii-caminhada-ecologica-pela-revitalizacao-do-riacho-das-piabas/1984163/
18.08.2012	JPB 2ª EDIÇÃO (Mobilização) http://www.youtube.com/watch?v=eQ_ctxgBKfc
21.09.2012	JPB 1ª EDIÇÃO (Mobilização) http://globo.vglobo.com/rede-paraiba/jpb-1a-edicao/v/estudantes-fazem-mobilizacao-pela-revitalizacao-do-riacho-das-piabas-em-cg/2150979/

- **Memória de Reuniões**

DATA	DESCRIÇÃO
04.05.2006	11ª REUNIÃO DA COMDEMA
	ANO 2011
S/D	1ª REUNIÃO PELA REVITALIZAÇÃO DO RIACHO DAS PIABAS
25.04.2011	2ª REUNIÃO PELA REVITALIZAÇÃO DO RIACHO DAS PIABAS
10.05.2011	3ª REUNIÃO PELA REVITALIZAÇÃO DO RIACHO DAS PIABAS

	ANO 2012
19.01.2012	1ª REUNIÃO PELA REVITALIZAÇÃO DO RIACHO DAS PIABAS
29.03.2012	2ª REUNIÃO PELA REVITALIZAÇÃO DO RIACHO DAS PIABAS
22.05.2012	3ª REUNIÃO PELA REVITALIZAÇÃO DO RIACHO DAS PIABAS
28.08.2012	4ª REUNIÃO PELA REVITALIZAÇÃO DO RIACHO DAS PIABAS
04.09.2012	5ª REUNIÃO PELA REVITALIZAÇÃO DO RIACHO DAS PIABAS

- **E-MAILS**

DATA	TÍTULO/ASSUNTO
02.11.2011	AÇUDE VELHO NAS ANTIGAS
02.11.2011	PARÓDIA ASA BRANCA – AÇUDE VELHO
02.11.2011	RIACHO DAS PIABAS E AÇUDE VELHO
08.11.2011	CAMINHADA ECOLÓGICA
09.11.2011	REUNIÃO PELO APOIO A GINCANA – RIACHO DAS PIABAS
11.11.2011	GINCANA PELA REVITALIZAÇÃO DO RIACHO
15.11.2011	AÇÕES DO GRUPO
22.11.2011	REUNIÃO PELA REVITALIZAÇÃO
10.01.2012	BREVE RELATO SOBRE O RIACHO DAS PIABAS
13.01.2012	ATERRO SANITÁRIO DE PUXINANÃ
19.01.2012	CONVITE PARA A 1ª REUNIÃO DE 2012
22.01.2012	PRIMEIRA REUNIÃO DE 2012
02.04.2012	ATA DA REUNIÃO DE 29.03.12
02.05.2012	EMAIL PARA PROFESSORA MONICA